

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano –
Campus Urutaí**
Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica

**EDUCAÇÃO SEXUAL: CONCEPÇÕES DE
PROFESSORES E ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO MARANHÃO CAMPUS SÃO
RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS**

CLEOCIDES SILVA SOARES

Orientadora: Prof. Dra. Cristiane Maria Ribeiro

Urutaí, 26 de abril de 2023

CLEOCIDES SILVA SOARES

**EDUCAÇÃO SEXUAL: CONCEPÇÕES DE
PROFESSORES E ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO MARANHÃO CAMPUS SÃO
RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS**

Orientadora

Professora Dra. Cristiane Maria Ribeiro

Dissertação apresentada ao Instituto Federal Goiano
– Campus Urutaí, como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em Ensino para a
Educação Básica para obtenção do título de Mestre.

Urutaí (GO)

2023

Os direitos de tradução e reprodução reservados.

Nenhuma parte desta publicação poderá ser gravada, armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada ou reproduzida por meios mecânicos ou eletrônicos ou utilizada sem a observância das normas de direito autoral.

ISSN XX-XXX-XXX

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano

S676e Soares, Cleocides Silva
Educação Sexual: Concepções de Professores e Alunos do Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão Campus São Raimundo das Mangabeiras / Cleocides Silva Soares; orientadora Cristiane Maria Ribeiro. -- Urutai, 2023. 139 p.

Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica) -- Instituto Federal Goiano, Campus Urutai, 2023.

1. Educação Sexual. 2. Ensino Médio. 3. Práticas Educativas. I. Ribeiro, Cristiane Maria, orient. II. Título.

Responsável: Johnathan Pereira Alves Diniz - Bibliotecário-Documentalista CRB-1 nº2376



INSTITUTO FEDERAL
Goiano

Repositório Institucional do IF Goiano - RIIF Goiano
Sistema Integrado de Bibliotecas

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO
INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input checked="" type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: | _____ |

Nome Completo do Autor:

CLEOCIDES SILVA SOARES

Matrícula: 2021101332140282

Título do Trabalho: EDUCAÇÃO SEXUAL: CONCEPÇÕES DE PROFESSORES E ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO CAMPUS SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS.

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 12/05/2023

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO
NÃO-EXCLUSIVA

A referida autora declara que:

1. O documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
2. Obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autora, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
3. Cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Urutaí - GO, 17/05/2023.

Cleocides Silva Soares

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos
Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Guatiana Maria Ribeiro

Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 47/2023 - CREPG-UR/DPGPI-UR/CMPURT/IFGOIANO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, às quinze horas, reuniram-se os componentes da banca examinadora, em sessão pública realizada *on line*, para procederem à avaliação da apresentação e defesa de dissertação em nível de mestrado, de autoria de **Cleocides Silva Soares**, discente do **Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí**, com o trabalho intitulado "**EDUCAÇÃO SEXUAL: CONCEPÇÕES DE PROFESSORES E ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO CAMPUS SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS.**" A sessão foi aberta pelo presidente da banca examinadora, **Prof^a. Dr^a. Cristiane Maria Ribeiro**, que fez a apresentação formal dos membros da banca. A palavra, a seguir, foi concedida a autora da dissertação para, em até 40 minutos, proceder à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da banca arguiu a examinanda, tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo-se em vista as normas que regulamentam o Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica, a dissertação foi **APROVADA**, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **MESTRE EM ENSINO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA**, na área de concentração em **Ensino para a Educação Básica**, pelo Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí. A conclusão do curso dar-se-á após o depósito da versão definitiva da dissertação, mediante incorporação dos apontamentos realizados pelos membros da Banca, ao texto desta versão, no Repositório Institucional do IF Goiano e cumprimento dos demais requisitos dispostos no Regulamento do PPGEnEB/IFGoiano. Assim sendo, a defesa perderá a validade se não cumprida essa condição, em até **60 (sessenta) dias** da sua ocorrência. A banca examinadora recomendou a publicação dos artigos científicos oriundos dessa dissertação em periódicos e o depósito do produto educacional em repositório de domínio público. Cumpridas as formalidades da pauta, a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de dissertação de mestrado, e para constar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, será assinada eletronicamente pelos membros da banca examinadora.

Membros da Banca Examinadora:

Nome	Instituição	Situação no Programa
Profa.Cristiane Maria Ribeiro	IF Goiano – Campus Urutaí	Presidente
Prof. Dr. Ricardo Diogenes Dias Silveira	IF Goiano – Campus Urutaí	Membro interno
Profa. Dra. Keith Daiani da Silva Braga	IF Goiás	Membra externa

Documento assinado eletronicamente por:

- Keith Daiani da Silva Braga, Keith Daiani da Silva Braga - 2345 - PROFESSORES NA ÁREA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DO ENSINO SUPERIOR - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Ifg (1), em 29/04/2023 14:06:03.
- Ricardo Diogenes Dias Silveira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 20/04/2023 16:17:52.
- Cristiane Maria Ribeiro, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 20/04/2023 16:03:55.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 20/04/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 488298
Código de Autenticação: 2144fc410b



INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Urutaí
Rodovia Geraldo Silva Nascimento, Km 2,5, Zona Rural, None, None, URUTAÍ / GO, CEP 75790-000
(64) 3465-1900

*“Nunca deixe que lhe digam
Que não vale a pena acreditar no sonho que se tem
Ou que seus planos nunca vão dar certo
Ou que você nunca vai ser alguém
Se você quiser alguém em quem confiar
Confie em si mesmo
Quem acredita sempre alcança” (Renato Russo)*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, claro, agradeço ao maior mestre e senhor “Deus”, pois sem ele jamais teria capacidade, para lutar e alcançar meus objetivos, por isso, “obrigada senhor por mais uma vitória concedida”.

Agradeço à minha mãe Maria do Carmo Coelho, que mesmo diante de dificuldades, sempre priorizou os meus estudos, me incentivou a buscar novas oportunidades e por me auxiliar a cuidar do meu filho. Agradeço também ao meu esposo Jairo Soares, pela sua compreensão, apoio, companheirismo, por me ajudar a enfrentar e superar os desafios. Ao meu filho Arthur Gael, pelo amor incondicional e a toda minha família e amigos pelo apoio concedido e compreensão pela minha ausência.

À minha orientadora, professora Dr^a. Cristiane Maria Ribeiro, por dividir seus conhecimentos, vivências, tempo compartilhado, pela paciência, pelas palavras de incentivo e por ter a sensibilidade de enxergar o meu potencial e desenvolvê-lo.

A todos os professores do Mestrado em Ensino para Educação Básica do IFGOIANO Campus Urutaí, por dedicarem seu tempo e compartilharem seus conhecimentos durante as disciplinas letivas, contribuindo para alcançar meus objetivos.

Aos colegas de mestrado, foi muito gratificante passar esse tempo com vocês, em especial os do IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras, que já se tornaram família.

À Direção Geral do IFMA – Campus São Raimundo das Mangabeiras pela oportunidade concedida assim como as demais Diretorias do Campus (DAP e DDE).

Aos professores e alunos participantes dessa pesquisa, pela disponibilidade, solicitude e compromisso, sem vocês não teria conseguido chegar até aqui.

E, antes de finalizar, gostaria de dizer que nessa jornada, como em muitas outras, tive muita colaboração, ensinamentos e incentivos de vários amigos e colegas. Dentre eles, destaco o professor Dr. Carlos Antônio Firmino, você sempre acreditou que eu poderia ir muito além do que eu imaginava. Professor Dr. Benjamim Cardoso, você é uma pessoa iluminada e muito competente em tudo que faz. Professor Dr. Mauricio Chaves, obrigada por sua contribuição na realização desse sonho. Professora Dr^a Marilena Braga, meu muito obrigada. A Mestre Glenda Barros, você sempre foi solícita quando precisei de você. A Mestre Raissa Gomes, obrigada por suas contribuições. A minha amiga Ellen Julli Maia, obrigada por estar presente quando precisei.

A todos vocês que acreditaram, contribuíram e fizeram parte dessa vitória, meu muito obrigada.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	REVISÃO DE LITERATURA: EDUCAÇÃO SEXUAL E SEXUALIDADE.....	20
2.1	A FINAL O QUE É EDUCAÇÃO SEXUAL?	20
2.2	UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A SEXUALIDADE.....	22
2.2.1	Sexualidade Primitiva Mítica	22
2.2.2	O Modelo Patriarcal.....	23
2.2.3	A sexualidade proscrita na Idade Média.....	24
2.2.4	A puritanização do sexo	25
2.2.5	A descompressão sexual.....	26
2.2.6	Sexualidade na atualidade	27
2.3	A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: A LUTA PELA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL.....	29
2.4	A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL.....	35
2.4.1	A Educação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)	36
2.4.2	Plano Nacional de Educação (PNE)	49
2.4.3	A Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	52
2.5	EDUCAÇÃO SEXUAL NOS DOCUMENTOS DO INTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO e CAMPUS SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	57
2.5.1	Projeto Pedagógico Institucional do IFMA (2019/2023)	58
2.5.2	Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMA (2019/2023)	59
2.5.3	Plano do Curso Técnico em Aquicultura na Forma Integrada ao Ensino Médio	61
2.5.4	Plano do Curso Técnico em Agropecuária na Forma Integrada ao Ensino Médio	62
2.5.5	Plano do Curso Técnico em Informática na Forma Integrada ao Ensino Médio	62
3	OBJETIVOS.....	64
3.1	OBJETIVO GERAL	64
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	64
3.2.1	Analisar as conceituações e os desafios da Educação Sexual para os docentes do IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras;	64
3.2.2	Entender as concepções e expectativas dos discentes do IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras;	64
3.2.3	Construir, a partir dos desafios e expectativas analisados, um guia educativo para auxiliar na abordagem da educação sexual.....	64
4	NOSSO CAMINHO METODOLÓGICO PERCORRIDO	65
4.1	LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA	65
4.2	POPULAÇÃO ESTUDADA.....	66
4.3	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	67

4.4	DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	67
4.4.1	Primeira Etapa – Pesquisa Bibliográfica e Documental.....	68
4.4.2	Segunda Etapa – Aplicação de Questionários	68
4.4.3	Terceira Etapa – Desenvolvimento, Teste Piloto e Aplicação do Produto Educacional	70
4.4.4	Quarta Etapa - Avaliação do Produto	73
5	EDUCAÇÃO SEXUAL NA REALIDADE DA ESCOLA	74
5.1	A EDUCAÇÃO SEXUAL NA CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES	74
5.2	EDUCAÇÃO SEXUAL NA CONCEPÇÃO DOS ALUNOS	85
6	PRODUTO EDUCACIONAL	101
6.1	DESENVOLVIMENTO DO GUIA EDUCATIVO.....	102
6.2	TESTE PILOTO E APLICAÇÃO DO GUIA EDUCATIVO.....	105
6.3	AVALIAÇÃO DO GUIA EDUCATIVO.....	107
7	CONCLUSÃO.....	112
8	REFERÊNCIAS	114

. RESUMO

A Educação Sexual ainda enfrenta muitas barreiras na sua abordagem dentro das escolas e fora delas também. Esse fato está relacionado com os preconceitos, sexismo, religião, tabus, polêmicas, mitos, entre outros que a concernem. Diante disso, essa pesquisa teve como objetivo geral compreender as conceituações, desafios e expectativas de docentes e estudantes sobre a Educação Sexual no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras; e os objetivos específicos foram analisar as concepções e os desafios da educação sexual para os docentes do IFMA/SRM; entender as concepções e as expectativas sobre educação sexual para os estudantes do IFMA/SRM, e construir, a partir dos desafios e expectativas analisados, um guia educativo para auxiliar na abordagem da educação sexual. Usamos como metodologia para alcançar esses objetivos a pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de questionários com alunos dos 3º anos dos cursos técnico/integrado da instituição e com os professores que ministraram aulas nos referidos 3º anos. Como resultados, inferimos que as concepções da maioria de ambos os grupos pesquisados sobre educação sexual apresentaram uma visão biologicista, higienista e preventiva; as dúvidas da maior parte dos alunos estavam de acordo com o que os professores acreditavam que deveria ser ensinado (prevenção de doenças, métodos contraceptivos, IST, gravidez, aborto, anatomia e fisiologia, entre outros); os professores indicaram que possuem dificuldades em ensinar sobre educação sexual, sugerindo que necessitam de treinamento/capacitação para tal ato, enquanto os alunos esperam que aconteça de fato o ensino de educação sexual em sua escola. Observamos, ainda, através dos questionamentos realizados e análise dos documentos da referida instituição, que assuntos relacionados à educação sexual são abordados com baixa regularidade no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campus São Raimundo das Mangabeiras. Assim como, que o Guia Educativo foi de suma importância para os professores pesquisados, pois através de suas respostas notamos que essa ferramenta pedagógica será útil, tanto no preparo de suas aulas, quanto na abordagem da educação na escola. Esse fato torna-se visível, quando eles afirmaram que indicariam esse produto para os demais colegas de profissão que não participaram da pesquisa. E com isso, chegamos à conclusão que conseguimos alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa. Contudo, surgiram novos questionamentos: Qual a melhor maneira de realizarmos uma formação continuada de professores para a Educação sexual? Como as universidades, os cursos de licenciatura têm abordado o tema? Entre outras. Diante disso, como ressalva, acreditamos que ainda faltam muitas pesquisas e estudos para alcançarmos uma educação sexual emancipatória, na qual os professores se sintam qualificados e capazes de quebrar tabus e preconceitos relacionados à temática e os alunos sejam contemplados com conteúdos que proporcionem maior autonomia referente ao exercício de sua sexualidade.

Palavras-chave: Educação Sexual; Ensino Médio; Concepções; Práticas Educativas.

ABSTRACT

Sex Education still faces many barriers in its approach inside schools and outside them, too. This fact is related to prejudices, sexism, religion, taboos, polemics, myths, among others that concern it. Therefore, this research had the general objective to understand the concepts, challenges and expectations of teachers and students about Sexual Education at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Maranhão - IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras; and the specific objectives were to analyze the conceptions and challenges of Sexual Education for IFMA/SRM professors; understand the conceptions and expectations about sex education for IFMA/SRM students, and build an educational guide to assist in approaching sex education, based on the challenges and expectations analyzed. As a methodology to achieve these objectives, we used bibliographic and documentary research and the application of questionnaires with students of the 3rd year of the technical/integrated courses of the institution and with the teachers who teach classes in the referred 3rd years. As a result, we infer that the conceptions of the majority of both groups surveyed about sex education presented a biologicist, hygienist and preventive view; most students' doubts were in line with what the professors believed should be taught (disease prevention, contraceptive methods, STIs, pregnancy, abortion, anatomy and physiology, among others); teachers indicated that they have difficulties teaching about sex education, suggesting that they need training/qualification for such an act, while students expect that sex education will actually be taught at their school. We also observed, through the questioning carried out and analysis of the documents of that institution, that subjects related to sex education are approached with low regularity at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Maranhão - Campus São Raimundo das Mangabeiras. As well as that the Educational Guide was extremely important for the researched teachers, because through their answers we noticed that this pedagogical tool will be useful, both in the preparation of their classes, and in the approach to education at school. This fact becomes visible when they stated that they would recommend this product to other professional colleagues who did not participate in the research. And with that, we come to the conclusion that we can achieve the objectives proposed in this research. However, as a caveat, we believe that there is still a long way to go to achieve an emancipatory sex education, where teachers are qualified and able to break taboos and prejudices related to the subject and students are covered with contents that provide greater autonomy regarding the exercise of their sexuality.

Keywords: Sex Education; High school; Conceptions; Educational Practices.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está organizada e dividida de forma a contribuir com a leitura e compreensão da Educação Sexual na Escola. Logo após essa Introdução, apresenta-se o capítulo “REVISÃO DE LITERATURA: EDUCAÇÃO SEXUAL E SEXUALIDADE” no qual expomos o referencial teórico, oriundo de pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa/quantitativa, que discorre sobre a conceituação de educação sexual, um breve histórico sobre a sexualidade. Narra, também, a história da Educação Sexual nas escolas do Brasil e disserta sobre a importância, interferência e orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em especial o volume destinado a Educação Sexual (Orientação Sexual), sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o dia a dia no ambiente escolar da Educação Básica e a Educação Sexual nos Documentos do Instituto Federal do Maranhão Campus São Raimundo das Mangabeiras PPI, PDI, PPCs. Em seguida temos o capítulo no qual expomos os “OBJETIVOS: GERAL E ESPECÍFICOS”. O outro capítulo é referente ao “NOSSO CAMINHO METODOLÓGICO PERCORRIDO” onde descrevemos a metodologia aplicada para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa. No capítulo “EDUCAÇÃO SEXUAL NA REALIDADE DA ESCOLA”, mostramos e discutimos os resultados da pesquisa de campo, de abordagem qualitativa/quantitativa, realizada com a aplicação de questionários. No capítulo, “GUIA EDUCATIVO - EDUCAÇÃO SEXUAL: PRA ONTEM”, é apresentado o produto educacional construído com o propósito de auxiliar na abordagem da educação sexual na escola. O produto educacional trata-se de um Guia Educativo, no qual abordamos as principais dúvidas dos alunos e o que os professores pesquisados acreditavam que deveria ser ensinado sobre educação sexual, tais como: primeira vez, gravidez na adolescência, infecções sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos e diversidade sexual; apresentamos, ainda, algumas sugestões de oficinas e leituras complementares. E no último capítulo está a “CONCLUSÃO” do nosso trabalho de pesquisa, onde fizemos uma síntese dos resultados encontrados.

A palavra sexualidade traz consigo vários “entendimentos” e “conceituações”, de maneira que a maioria dos estudiosos considera que a sexualidade vai além de corpos, uma vez que nela estão envolvidas fantasias, valores, linguagens, rituais, comportamentos, representações mobilizadas ou postas em ação para expressar desejos e prazeres (LOURO, 2007).

Segundo Godoy (2014), sexualidade possui um conceito muito amplo, que está em constante processo de construção e reconstrução, envolvendo assuntos relacionados a pensamentos, sentimentos, relacionamentos, identidades sexuais de gênero, erotismo, sendo que dentre esses assuntos inclui o sexo e a educação sexual.

Bretas (2011, p.45), define sexo com sendo o ato sexual propriamente dito, “a parte física da relação sexual”, além de ser compreendido como um termo usado para diferenciar macho e fêmea, referindo-se aos órgãos genitais das espécies. No entanto, esse conceito não leva em consideração os significados históricos e socioculturais associados às distinções entre masculino e feminino, ao presumir uma noção essencialista, binária e pré-discursiva de sexo (SOUZA, 2018; LOURO, 2000).

Por sua vez, a Educação Sexual ¹, segundo Bonfim (2010, p. 27) “é antes de tudo, uma prática ou ação de transmissão de conhecimentos, representações, valores e práticas, ou seja, é essencialmente uma forma de educação”, podendo ser compreendida como um “campo transdisciplinar desenvolvido, de modo contínuo e sistemático, em todas as fases da vida, pela família e por todas as instâncias educacionais, inclusive a escola, para informar, orientar e também educar sobre temas como sexualidade, gênero, sexo, diversidade sexual, raça/etnia, identidade, cultura, entre outros” (SOUZA, 2018, p. 44/45).

Magalhães (2016) argumenta que a educação sexual está além do ponto de vista biológico, uma vez que envolvem valores baseados na religião, nos relacionamentos, afetos, corpo, cultura, classe social, nacionalidade, entre outros.

A educação sexual é toda educação ensinada de maneira formal ou informal, no seio familiar, no bairro, na escola, na televisão, nos meios de comunicação, responsável pela formação dos valores éticos, morais, culturais e sexuais dos indivíduos, gerando opiniões e comportamentos conforme os costumes religiosos e culturais em que cada um está inserido (LEÔNICIO, 2013).

Já as autoras Figueiró (2007), Maia (2005), Rocha (2015) dizem que a educação sexual pode acontecer de dois modos: intencional e não intencional. No modo intencional, a educação sexual acontece no ambiente escolar, de forma planejada e organizada, já no modo não intencional, ela acontece através de mensagens, palavras do cotidiano de cada sociedade e

¹ Utilizamos o termo Educação Sexual nesta Dissertação por entendermos que é mais abrangente e apropriado para as práticas pedagógicas, uma vez que o termo Orientação Sexual pode ser visto como “ambíguo com relação ao sentido da sexualidade expressa pelo sujeito, ou seja, ser homossexual, heterossexual, bissexual, entre outros” WEREBE (1998, p.55).

cada cultura, religião, através das mídias, redes sociais (Facebook, WhatsApp, músicas, filmes, programas de televisão), nos comentários diversos, entre outros.

Já Xavier (2017) destaca a diferença entre educação sexual e orientação sexual. Para a referida autora a orientação sexual é aquela ensinada na escola, de maneira organizada, planejada, por profissionais preparados, através de conteúdos nas diferentes áreas do currículo, enquanto a educação sexual é aquela ensinada de maneira informal, no dia a dia.

Provavelmente essas concepções diversas sejam causadas pelas mudanças ocorridas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), no final da década de 1990, nas quais, segundo Brabo, Silva e Maciel (2020), a expressão Educação Sexual passou a ser chamada de Orientação Sexual.

Segundo Furlani (2005, p.199) a mudança nos termos “Educação Sexual” para “Orientação Sexual” pode ter ocasionado uma “descaracterização do processo educacional”. Portanto, para a autora, os PCN ao afirmarem que a orientação sexual passaria a ser aquela que aconteceria na escola de modo formal e a educação sexual passaria a ser aquela que aconteceria de modo informal, ou seja, fora da escola, estaria impondo a informalidade da educação sexual.

Para os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental – PCNEF, a orientação sexual (termo usado nos PCN) deverá ser trabalhada nas escolas de forma transversal, isto é, em todas as disciplinas.

Por outro lado, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - PCNEM tratam a orientação sexual (termo usado nos PCN) de forma restrita, limitando-se a assuntos tais como o corpo humano, aparelho reprodutor, uso de drogas, conforme descreve o item 4.4 “Contextualização” do parecer nº 15 da CEB/CNE, de 01 de junho de 1998:

Conhecer o corpo humano não é apenas saber como funcionam os muitos aparelhos do organismo, mas também entender como funciona o próprio corpo e que consequências isso tem em decisões pessoais da maior importância tais como fazer dieta, usar drogas, consumir gorduras ou exercer a sexualidade. A adolescente que aprendeu tudo sobre aparelho reprodutivo, mas não entende o que se passa com seu corpo a cada ciclo mensal não aprendeu de modo significativo (CEB/CNE, 1998).

Mesmo que os PCN sinalizem que a orientação sexual (termo usado nos PCN) deverá ser ensinada de forma transversal, normalmente são os professores de Ciências e Biologia que abordam a educação sexual em sala de aula e acabam ensinando o conteúdo de forma limitada a conhecimentos biológicos, não levando em consideração os questionamentos e dúvidas, associados a componentes emocionais e afetivos, contribuindo para a falta de diálogo e tornando os jovens vulneráveis a diversas situações de risco (ZUANON, DINIZ e NASCIMENTO, 2010). Além disso, ainda existe a carência de metodologias e de suporte

teórico para os poucos professores que realizam trabalhos e estimulam discussões sobre educação sexual.

Figueiró (2007) argumenta que o planejamento das atividades para trabalhar à educação sexual formal, deverá seguir os seguintes preceitos:

Educar sexualmente é muito mais que ensinar os conteúdos de biologia e fisiologia da sexualidade; educar sexualmente é criar oportunidades para o aluno expressar seus sentimentos, angústias e dúvidas, refletir sobre suas atitudes e rever preconceitos; para educar sexualmente é preciso saber ouvir; o aluno deve ser visto como sujeito ativo no processo ensino aprendizagem e deve ter muito espaço para falar e ouvir seus colegas; o professor deve ser a pessoa que cria as condições para o aluno aprender, ao invés de ser um simples transmissor de conhecimentos (FIGUEIRÓ, 2007, p.7).

Aliados a estas diferentes formas de definir a educação sexual, ainda existe a influência de grupos religiosos e conservadores que vêm travando, praticamente, uma guerra contra o ensino de educação sexual nas escolas, uma vez que, segundo eles, a educação sexual na escola irá incentivar o “homossexualismo” e a “promiscuidade”, usando o sufixo “-ismo” para se referir a homossexualidade como uma doença (BRABO, SILVA e MACIEL, 2020, p.14,15). Contudo, percebe-se que um dos obstáculos para a educação sexual acontecer na escola é a homofobia e o machismo.

A aprovação da atualização do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014- 2024, documento promulgado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, corrobora com as falas dos autores Brabo, Silva e Maciel (2020, p.14, 15), onde diz:

Art. 2º São diretrizes do PNE:

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

Art. 6º - § 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PNE.

Dessa forma, houve um retrocesso nas conquistas relacionadas à educação sexual nas escolas, deixando a cargo dos gestores federais, estaduais e municipais se incluem ou não educação sexual em seus Planos de Educação Local (BRABO, SILVA e MACIEL, 2020, p. 15).

Diante desses entendimentos teóricos, onde a educação sexual deverá ser ensinada na escola de forma transversal e os desafios que a definem, surgiram os questionamentos que nortearam esta pesquisa: Como é ensinada Educação Sexual no IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras? Quais as concepções dos professores e alunos da instituição sobre educação

sexual? Quais as contribuições que um Guia Educativo, como produto educacional, trará para a prática pedagógica?

A abordagem da educação sexual não é posta em prática em algumas escolas, devido a inúmeras barreiras enfrentadas pelos educadores, como seus próprios tabus, além de famílias que acreditam que seus filhos ainda não estão preparados para debater e entender sobre educação sexual, tudo isso, aliado a ausência de apoio da coordenação e gestão da escola, de metodologia e ferramentas didáticas apropriadas para desenvolverem seus trabalhos (FIGUEIRÓ, 2007).

Segundo Kishimoto (1996), o professor deve rever suas metodologias e práticas pedagógicas, passando a trabalhar de forma que os alunos não sejam ignorados, pois o objetivo de seu trabalho está na aprendizagem dos discentes.

Sendo atuante tanto na área de saúde, como profissional Técnica em Enfermagem, do quadro de funcionários do IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras quanto com formação acadêmica educacional na área de Licenciatura em Ciências Biológicas, tive várias experiências relacionadas à educação sexual, participei de muitos eventos e sempre tive interesse em trabalhar com educação sexual. No meu ambiente de trabalho (IFMA/SRM), acompanhando o dia a dia dos alunos (como Técnica em Enfermagem), observei o quanto a educação sexual é importante na vida dos adolescentes, assim como também senti seus anseios, inseguranças, falta de informações e tabus arraigados pelos pais, sociedade, religião, dentre outros. Segundo Silva (2015), os adolescentes geralmente recebem informações errôneas e preconceituosas sobre educação sexual através das redes sociais, da mídia e de amigos, isso ocorre devido ao afastamento e a falta de diálogo com a família.

Além disso, tive a oportunidade de coorientar um Projeto de Conclusão de Curso, intitulado: A perspectiva dos discentes do curso de Biologia do IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras em relação à temática AIDS/HIV, do discente Altemom Queiroz da Silva, no ano de 2020, o qual teve como objetivo: avaliar a percepção dos discentes do curso de Licenciatura Ciências Biológicas do IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras em relação ao tema AIDS/HIV. Na análise dos dados da aplicação de questionários, em uma das perguntas feita pelo autor, observou-se que mais da metade dos alunos não sabem a diferença entre AIDS/HIV. E em suas considerações finais, concluiu que “dentro do ambiente acadêmico ainda existe falta de capacitação a respeito dessa temática, principalmente, quando se trata da diferença entre o vírus e a doença”. Portanto, essa pesquisa veio corroborar com a falta que os adolescentes e jovens sentem em discutir sobre educação sexual e sua importância no desenvolvimento de sua sexualidade.

Teixeira (2016) menciona que sentiu muitas dificuldades ao lecionar assuntos sobre educação sexual em sala de aula para adolescentes de 15 e 16 anos de idade, além de perceber que os livros abordavam assuntos limitados à reprodução humana, tais como infecções sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos, descrição e função dos aparelhos reprodutores masculinos e femininos, onde falavam sobre a ereção do pênis, porém, não apresentavam os mecanismos fisiológicos de ereção do clitóris.

Para a Organização das Nações Unidas – ONU, a fase da adolescência é compreendida entre o período de 10 a 19 anos. Segundo essa Organização (ONU), é nessa fase que ocorre a transição entre a infância e a fase adulta, sendo o início da puberdade e das modificações no comportamento sexual e psicológico do indivíduo (UNICEF, 2011, p.14). Nessa fase da vida, os adolescentes necessitam de acompanhamento e conselhos que devem partir tanto dos pais, quanto da escola, tornando-se necessário que participem de debates e discussões sobre educação sexual nos mais variados segmentos sociais, educação, saúde e família, tendo a família como o pilar mais importante na formação de sua identidade sexual. No entanto, esse papel está sendo transmitido para a escola e essa, por sua vez, ainda não está preparada para tal ação (SILVA, 2015).

Para que o professor consiga ensinar educação sexual de forma transversal, conforme a proposta dos PCN deve-se pensar na realidade desses docentes, assim como na qualidade de sua formação profissional, uma vez que a educação sexual foge da especialidade que estão acostumados a ensinar (MOIZES e BUENO, 2010). Ainda, segundo as autoras, a tarefa de ensinar educação sexual em sala de aula pode se tornar uma missão difícil para os professores, tendo em vista que eles vêm de uma cultura cheia de equívocos, tabus, crenças e nem sempre se sentem preparados, maduros frente a sua própria sexualidade.

Segundo Moreira e Folmer (2011), a falta de preparo dos profissionais da educação é um dos fatores determinantes aos desafios do ensino de educação sexual nas escolas. Os professores não se sentem preparados para enfrentar tal desafio.

Para Mokwa (2014), o despreparo do profissional em abordar a educação sexual na escola origina estereótipos, preconceitos, tabus, mitos e uma educação sexual inadequada, impregnada de preconceitos. Ainda segundo a autora, quando falamos em educação sexual devemos nos lembrar de que a educação não é só oferecida na escola ou família, mas em toda situação que possibilita o ser humano adquirir experiência e construir conceitos, e isso envolve o professor.

Por tanto, mesmo com tantas barreiras, a escola deverá encontrar uma maneira de garantir um espaço para que os adolescentes possam expor seus questionamentos referentes à

educação sexual, sanar suas dúvidas e desconstruir os vários tipos de preconceitos que envolvem a temática (SILVA, 2015).

Com base nesses entendimentos, é notória e justificada a necessidade da abordagem da educação sexual nas escolas de todo o país, porém também é bem visível a dificuldade enfrentada tanto pelos familiares quanto pelos professores ao se tratar de assuntos relacionados a temática com os adolescentes.

Diante disso, esta pesquisa teve grande relevância para a educação, uma vez que nos proporcionou analisar as conceituações e os desafios da Educação Sexual para os docentes do Educação Sexual no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras; entender as concepções e as expectativas sobre Educação Sexual para os estudantes do IFMA/SRM e construir, a partir dos desafios e expectativas analisados, um guia educativo para auxiliar na abordagem da educação sexual.

2 REVISÃO DE LITERATURA: EDUCAÇÃO SEXUAL E SEXUALIDADE

Neste capítulo expomos o referencial teórico, que embasa essa pesquisa, no qual discorreremos sobre a conceituação de educação sexual e um breve histórico sobre a sexualidade. Narramos também a história da educação sexual nas escolas do Brasil e dissertamos sobre a importância, interferência e orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em especial o volume destinado à Educação Sexual (Orientação Sexual), sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Educação Sexual nos Documentos do Instituto Federal do Maranhão Campus São Raimundo das Mangabeiras, tais como: PPI (2019-2023), PDI (2019-2023), PPC dos cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio (Agropecuária, Informática e Aquicultura), para o dia a dia no ambiente escolar.

2.1 AFINAL O QUE É EDUCAÇÃO SEXUAL?

Quando falamos em conceituação de educação sexual é necessário falar sobre as discussões em torno de sua terminologia e significados para melhor entendimento dos leitores.

São várias terminologias usadas como sinônimos ou substituição ao termo educação sexual, segundo Figueiró (1996), tais como: orientação sexual (usada nos PCN), informação sexual, instrução sexual, entre outros. Apesar dessa recorrente sinonímia entre “educação sexual” e “orientação sexual”, concordamos com Furlani (2009), Figueiró (1996) e Maia e Ribeiro (2011) que o termo educação sexual é o mais adequado para uso como intervenção pedagógica, uma vez que para as autoras o termo “orientação sexual” possui uma dubiedade, pois essa expressão se refere ao direcionamento sexual e afetivo dos seres humanos, no campo dos estudos sobre a sexualidade e nos movimentos sexuais, assim como na bibliografia internacional (FURLANI, 2009; ARAUJO, 2018).

Tuckmantel (2009) acrescenta que a expressão “orientação sexual”, escolhida pelos elaboradores dos PCN, se apresenta mais ligado ao objetivo higienista, com uma abordagem controladora, que visa “[...] aumentar o controle sobre os indivíduos, através de mecanismos, metodologias e práticas de auto disciplina da vivência da sexualidade para maior e

melhor intervenção” (TUCKMANTEL, 2009, p. 192). Motivo pelo qual adotamos o termo educação sexual nesta dissertação.

Segundo explicação de Maia e Ribeiro (2011), a educação sexual está no seio familiar, na vivência social e se fazendo presente desde o nascimento do indivíduo, mesmo que de modo inconsciente. Ainda segundo os autores, quando a educação sexual rompe as barreiras socioculturais, sendo convertida em objeto de ensino, transforma-se em educação sexual escolar, o que requer métodos e técnicas, planejamento e treinamento dos educadores para atuarem nesse campo de conhecimento (MAIA e RIBEIRO, 2011).

Figueiró (2010, p. 3) define a educação sexual como toda ação que envolve “ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja ao nível de conhecimento de informações básicas, seja ao nível de conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionadas à vida sexual”. A autora ainda ressalta que a educação sexual não deve ser vista como uma ação que acontece de forma separada da educação global adquirida pelo indivíduo e sim como parte desse processo (FIGUEIRÓ, 1996).

A educação é vista como fenômeno que engloba as questões culturais, sociais, políticas e históricas que se identificam com diferentes metodologias, objetivos e conceitos. Falando especificamente da educação sexual no Brasil, com referência ao fenômeno escolar, “apresentou divergências e se constitui enquanto objeto de estudo e aprendizado em diversas épocas com singularidades específicas, pois ora atendia os conceitos biológicos, ora médicos e também políticos na formação do cidadão” (PETRENAS, 2015, p.52).

Dessa forma, podemos dizer que a educação sexual consiste num processo de socialização em que os indivíduos repassam sua cultura sexual às novas gerações objetivando integrá-los ao contexto cultural de seu grupo, assim como promover a troca de experiências e informações através do diálogo, maior autonomia referente ao exercício da sua sexualidade (ALENCAR et al., 2008; BORGES; TRINDADE, 2009). Assim, não devemos limitá-la, ainda que seja importante, a um objetivo de prevenir uma gravidez não planejada ou a transmissão das ISTs, mas usá-la como uma educação emancipadora, na qual os alunos possam buscar seu prazer pessoal, respeitando a liberdade sexual, os limites, as desigualdades e a integridade dos outros (VITIELLO, 1995).

2.2 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A SEXUALIDADE

Falar sobre e também viver plenamente a sexualidade no Brasil não é uma tarefa fácil, portanto, qualquer reflexão teórica sobre ela precisa debruçar sobre a trajetória de como ela é concebida e vivida.

Não existe um conceito único e permanente que defina a sexualidade, ao longo dos anos, a sexualidade é moldada e entendida de acordo com a época, as crenças religiosas, culturais, políticas, morais e familiares. Dessa forma, seu conceito vem sendo modificado de acordo com a visão histórico-política e de mudanças comportamentais referentes à vida sexual da sociedade e baseado no interesse econômico-social de cada período (MOKWA, 2014, p.25; ARGENTI, 2018, p.21).

O autor César Aparecido Nunes, em sua obra *Desvendando a Sexualidade* (1997), busca analisar a evolução histórica e cultural da sexualidade, direcionando sua pesquisa mais para o mundo Ocidental, dividindo-a em cinco etapas de compreensão. A primeira etapa está relacionada com a compreensão mítica, semidivinizada, das sociedades agrárias no Oriente Médio. Na segunda, o autor fala sobre o advento das civilizações urbanas do mundo antigo. A terceira aborda a evolução que chamou de "civilização cristã". A quarta está "ligada à transformação do mundo medieval com o advento da sociedade capitalista, das entranhas do feudalismo" e na quinta, discorre sobre a perda da hegemonia europeia sobre o mundo: a sociedade de consumo.

2.2.1 Sexualidade Primitiva Mítica

A primeira evidência da sexualidade humana foi datada no período Paleolítico, que durou por volta de 500 mil a 10 mil a.C. onde pinturas, gravuras e esculturas reverenciando o corpo feminino, em especial as partes íntimas da mulher, foram encontradas em cavernas (NUNES, 1997; SANTOS, 2019). Nunes (1997) argumenta que a mulher era vista como um ser místico para as comunidades agricultoras do Oriente Médio. Esses povos endeusavam a mulher como símbolo de fertilidade representado pela "Deusa Mãe" ou "Terra Mãe". Essa representação simbólica era manifestada através da veneração dos órgãos genitais femininos, mais especificamente a vagina, representada por um triângulo. Ainda segundo o autor, esse período foi dominado pelo matriarcalismo, ou seja, a mulher era responsável pela procriação e

organização da sociedade daquela época, em outras palavras, era a chefe da família (NUNES, 1997; SANTOS, 2019).

Esse poder adquirido pelas mulheres foi destituído logo depois, no período Neolítico, que é o seguinte ao Paleolítico e teve início por volta do ano 9000 a.C. Nesse período, devido às mudanças no clima do planeta, aumento da população e a descoberta da pedra lascada, os homens foram obrigados a viver do pastoreio (domesticação de animais) e aprender a dominar a agricultura, uma vez que a caça e a pesca se tornaram escassas (SANTOS, 2019). A partir daqui, surge uma nova era, onde o patriarcalismo começa a dominar e formar um novo grupo social similar a uma família primitiva e as maneiras rudimentares de uma organização política, na qual o homem passa a ter a função de pai e chefe da família (SAFFIOTI, 2015).

Devido a essa mudança hierárquica, na qual a figura masculina é detentora de todo o poder real, surge a religião, a formação de exércitos para defender as propriedades de terra recentemente delimitadas, e o início da submissão da mulher e sua semi-escravização cultural em muitas sociedades (NUNES, 1997; SAFFIOTI, 2015; SANTOS, 2019).

As mulheres, até então endeusadas, foram substituídas pelas representações simbólicas do poder dos homens, onde os deuses são machos, as leis, funções, organização militar e religiosa, são privilégios, exclusivamente, masculinos (NUNES, 1997).

2.2.2 O Modelo Patriarcal

O modelo patriarcal, conhecido também como "crescente fértil", segundo Nunes (1997) e Saffioti (2015) foi o marco inicial da repressão à sexualidade e teve início por volta do oitavo milênio a.C. no Oriente Médio, surgindo a partir da formação e organização das civilizações urbanas do mundo antigo. Nesse modelo organizacional, a mulher perde sua divindade e passa a ser dominada e explorada pelo homem, sendo que ele adquire várias vantagens relacionadas à sexualidade, aos bens patrimoniais, à liberdade, entre outros. Nesse período, o ato sexual também começa a perder sua característica mítica e passa a ser "racionalizado" e controlado (NUNES 1997; SAFFIOTI, 2015). Para Nunes (1997), as três vertentes fundamentais desse patriarcalismo ocidental são, de modo genérico, a tradição religiosa e moral Hebraica, a cosmovisão e estrutura social Greco-Romana e as instituições familiares bárbaras medievais.

Vale ressaltar que os padrões que diferenciam a masculinidade e feminilidade na atualidade foram criados no modelo patriarcal, onde era ditado como homens e mulheres deveriam se portar diante da "sexualidade e à liberdade de ser, sentir e viver, fortalecendo o

padrão patriarcal, monogâmico e heterossexual de família e de expressão da individualidade” (DANTAS, 2017, p.5). Dessa forma, as repressões à sexualidade não se aplicavam somente às mulheres, pois limitavam os homens à heterossexualidade (SAFFIOTI, 2015; DANTAS, 2017).

O homem poderia ter quantas mulheres quisesse desde que pudesse alimentá-las e defendê-las. Em contrapartida, as mulheres deveriam ser fiéis e reservadas, para que o homem pudesse chamar as suas proles de “meus filhos” e eram tidas como propriedade dos mesmos, assim como os rebanhos que pastoreavam (SPITZNER, 2005).

Durante esse período ocorreu um aumento significativo da população, devido aos avanços na agricultura e melhoria na nutrição. Dessa forma, quanto mais filhos tinham, maior seria a mão de obra na lavoura, e, conseqüentemente, o aumento do índice de nutrição e fertilidade da mulher. No final desse período, a população conseguiu uma qualidade de vida melhor, devido à diversidade genética, associada a uma alimentação mais nutritiva e à “nova auto segurança da humanidade” (SPITZNER, 2005, p.22).

2.2.3 A sexualidade proscrita na Idade Média

Segundo Nunes (2007), o terceiro momento da sexualidade surgiu no século IV, a partir da união das relações e de significações construídas no início da era Cristã, onde o Cristianismo torna-se a "religião oficial do Império Romano" sob comando de Constantino.

Na Idade Média, a igreja impõe aos seus fiéis, principalmente à nobreza feudal, um rígido moralismo religioso, com uma visão negativa da sexualidade, formando a base da tradição cristã, conforme afirma (NUNES, 2007, p.35):

- O patriarcalismo, a exaltação do poder do homem hebreu.
- O dualismo platônico idealista e místico.
- O estoicismo moral que negava a matéria e o prazer como intrinsecamente "maus".
- O maniqueísmo agostiniano que vê na sexualidade a fonte de todos os pecados, o pecado original conseqüente da "queda" de Adão.
- O lento enquadramento dos agentes religiosos no celibato e o ideal de virgindade (NUNES, 2007, p.35).

Nessa época, a doutrina cristã teve como base a moral sexual imposta pelo padre Agostinho, que era extremamente rígida e contra a sexualidade. Para ele, era pecado a anticoncepção com o uso de drogas ou com a interrupção do ato, relações anais ou felação, relações sexuais no período fértil da mulher, sendo que o sexo era permitido apenas como meio de procriação e essa condição estava condicionada ao casamento. Essa moral sexual

cristã, pregada não só pelo padre Agostinho, mais também por vários padres da igreja católica, foi imposta aos povos bárbaros de forma lenta e gradual, entre os séculos VI e XII (NUNES, 2007; SAFFIOTI, 2015).

Apesar de todo rigor e estratégias criadas para controlar a sexualidade, a igreja não conseguia convencer todas as classes sociais, principalmente os pobres, a plebe rural e urbana, a adotar seus preceitos (NUNES, 2007). Por isso, passou a pregar o medo e a condenação do inferno entre essas classes, no entanto, a estratégia que se tornou eficaz na sua abordagem foi à confissão, a qual usou como ferramenta para controlar a sexualidade entre a população pobre no século XII e, depois da Contrarreforma, expandiram para os demais povos, por meio de inúmeras ordens religiosas missionárias (NUNES, 2007; DANTAS, 2017).

No final da Idade Média e início do século pós-tridentino, os povos acreditavam fielmente que Satanás existia e criavam imagens alucinantes do inferno e que Satanás criava armadilhas, tentações e tramava para a perdição eterna dos homens (NUNES, 2007; SANTOS, 2019).

2.2.4 A puritanização do sexo

A Era Medieval começa a ser substituída pelo crescimento da burguesia e o surgimento de uma nova visão “racional, empirista e dessacralizadora” que supera as crenças medievais (NUNES, 2007, p.39). Esse novo mundo é profano, crítico, liberal, que usa a razão ao invés da fé e das doutrinas usadas na era medieval (NUNES, 2007; SANTOS, 2019).

Nesse período, a Igreja Católica é forçada a mudar seus métodos, diante do surgimento da Reforma proposta por Martinho Lutero. Dessa forma, através do Concílio de Trento² (1546-1563), ela propõe a Contrarreforma, que nada mais é que uma reforma dentro da própria Igreja, dando origem à chamada "Identidade Tridentina". Nessa proposta a Igreja torna suas doutrinas mais austeras e rígidas (NUNES, 2007; DANTAS, 2017; SANTOS, 2019).

A proposta de Lutero surge como protesto ao relaxamento dos padres e bispos diante da imoralidade sexual da época e tem como base o rigor e a moral imposta por Agostinho. Porém, com o passar do tempo, toma um novo rumo, no qual defende que o sexo deve ser destinado somente para fins de procriação e que deverá ficar em segundo plano, uma vez que

² Um concílio significa uma reunião das principais autoridades eclesiásticas da Igreja Católica para deliberar sobre assuntos doutrinários referentes ao modo de evangelização, comportamento e conduta de clérigos e leigos católicos. O Concílio de Trento teve como objetivo de tomar decisões referentes às críticas dos reformistas protestantes e organizou-se entre os anos de 1545 e 1563 (ALBERIGO, 1998).

as energias gastas com o mesmo deverão ser direcionadas para o trabalho escravo e alienado, dando início ao capitalismo. Diante disso, o ato sexual passa a ser o grande inimigo do trabalho e as publicações em livros sobre o assunto são controladas. Em contrapartida, a Igreja Católica também adota uma postura austera, rígida, castradora, representada pelos Jesuítas e outros grupos religiosos que surgiram com o início da igreja protestante (NUNES, 2007; DANTAS, 2017; SANTOS, 2019).

No século XVI, paralelo ao processo de puritanização do sexo, surge a divisão da sociedade por faixa etária. No século XVIII foi definida a idade que compreende o mundo infantil. No século XIX é definida a faixa etária dos jovens-adolescentes e são criados os internatos para meninos e meninas, separadamente. Nesse período, os pedagogos, educadores, Igrejas (Católica e Protestante) e médicos do mundo moderno se unem numa cruzada contra a sexualidade ou qualquer assunto correlacionado, inclusive o ato sexual. A masturbação era vista como "doença", "anomalia", responsável pelos males mentais e calamidades e era proibido falar sobre educação sexual ou qualquer assunto relacionado ao ato sexual nas instituições de ensino, tornando-se o único pecado por excelência (NUNES, 2007; ARAUJO, 2018).

2.2.5 A descompressão sexual

No início do século XIX, as repressões dos movimentos contra a sexualidade, que tiveram início na Idade Média e se intensificaram nos séculos XVI, XVII e XVIII, começaram a sofrer transformações causadas pelo capitalismo do mundo moderno. Essas mudanças são reforçadas com a teoria de Charles Darwin sobre o evolucionismo, a teoria de Sigmund Freud que “revolucionou os conceitos tidos como certos sobre o homem, suas neuroses e traumas além do consciente” e a de Karl Marx que “inaugura uma compreensão estrutural das sociedades humanas e seus mecanismos de exploração e reprodução ideológica” (NUNES, 2007, p.42).

Entre 1870 a 1918, a sociedade ainda é cheia de preconceitos e equívocos relacionados à sexualidade. De 1914 até 1945, após a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo norte-americano assume a liderança, tornando-se modelo para as demais sociedades. Neste novo modelo, o consumismo e a dependência de aparelhos sofisticados tornam-se prioridade, crescendo a necessidade de consumir e ter sempre mais. Ainda, por conta desse capitalismo imposto, cria-se a "aldeia global", responsável pelo progresso das comunicações, onde todos se sentem integrados (NUNES, 2007; SAFFIOTI, 2015).

Junto ao nascimento deste modelo de capitalismo, surgiram os movimentos de luta contra as diferenças e desigualdades sociais causadas por esse sistema, tais como: o Rock'n'Roll, o movimento em prol das causas feministas, da população LGBT e dos negros, entre outros. Além desse enfrentamento, esses movimentos lutavam pela libertação sexual, símbolo e base de outras liberdades reivindicadas. No entanto, o capitalismo viu a oportunidade de ganhar mais recursos, incorporando a sexualidade à sua máquina de consumo, na qual toda propaganda se refere a sexo, estimulando os desejos sexuais contemporâneos. Nessa logística, a mulher acaba tornando-se a "garota propaganda" do consumismo, mas nem por isso deixa sua luta de lado, assim como os demais movimentos, continua reivindicando o seu lugar na sociedade (NUNES, 2007; SPITZNER, 2005).

2.2.6 Sexualidade na atualidade

Com o passar dos tempos, a sociedade ocidental mudou seus conceitos sobre a sexualidade. Porém, ainda existem pessoas que insistem em manter as antigas maneiras da moral cristã em pleno século XXI (CRUZ, 2015).

A sexualidade no mundo contemporâneo relaciona-se de modo mais presente a fatores religiosos, clínicos, sanitários, biológicos, judiciais, psicológicos, e até políticos. E, associado a esses fatores estão às questões ligadas ao prazer, à identidade e a afetividade, levando os estudiosos e pesquisadores do assunto a conduzir seu foco de estudo para as formas de prazer, especialmente o sexo, referindo-se aos modos pessoais e íntimos, de obtê-lo (CRUZ, 2015).

Atualmente, quando se fala em relação sexual, refere-se ao prazer igualitário entre homens e mulheres, fato que por muitas gerações restringia-se somente aos homens. Nessa perspectiva, a sociedade começa a rever seus conceitos, assim como aceitar e agir de maneira natural diante de situações que eram vistas e consideradas como pecado, tais como a masturbação, o prazer e o próprio ato sexual (CRUZ, 2015; SANTOS, 2019). Como tal, podemos citar tanto a Igreja Católica, quanto as Igrejas Protestantes, que começaram a rever seus conceitos sobre sexualidade. A Igreja Católica, por exemplo, ainda não permite o casamento de homossexuais, mais sinaliza que deveria aceitar o desafio de encontrar uma maneira de abrir espaço para a homossexualidade, sem abdicar da doutrina católica sobre família e o matrimônio (ARAUJO, 2018; SANTOS, 2019).

Segundo Martins (2021), mesmo com essa sinalização, ainda é de grande importância para as Igrejas (Católica e protestante) proteger a preservação da família, da moral e dos bons costumes, lutando contra o ensino de educação sexual nas escolas, pois acreditam que este

tipo de ensino irá estimular e despertar as crianças e adolescentes para o ato sexual. Diante disso, são muitas as barreiras encontradas pelos estudiosos e defensores de tal ensino em pleno século XXI.

Figueiró (2001) acredita que a educação sexual não deve permanecer restrita a uma abordagem biológica, uma vez que é uma questão essencial na vida e desenvolvimento dos seres humanos, cujas significações e vivências são determinadas pela natureza, pela subjetividade de cada indivíduo e, sobretudo, pela cultura, que deve ser compreendida, por todos como uma construção social vivida em diferentes momentos históricos, econômicos, políticos e sociais. Nesse contexto, a sexualidade é de crucial importância na formação do ser humano, pois envolvem seus valores, tabus, concepções, medos e, conseqüentemente, caracteriza a sociedade, uma vez que difere seu contexto histórico, cultural e social (MAIA, 2010).

Em corroboração, Petrenas (2015) argumenta que mesmo diante de tantos avanços, a sexualidade quando direcionada ao contexto escolar, ainda é vista apenas pela tendência da abordagem biológica, transmitindo, algumas vezes, somente conhecimentos técnicos e higienistas. Enquanto, como contrapartida, a mídia, especificamente os meios de comunicação, propagam uma sexualidade que pode ser vendida e comprada, com valores efêmeros e manipulados, recomendando o consumismo (PETRENAS, 2015). O que torna como desafio, adotar uma nova concepção sobre a educação sexual que possibilite uma interpretação cultural, na qual a expressão das diferenças, das peculiaridades, referentes a um mesmo espaço e um mesmo tempo sejam contempladas, valorizando a vivência e a historicidade de cada indivíduo, inserido no coletivo social (MOKWA, 2014).

Portanto, nos tempos atuais, ainda há grande resistência relacionada à sexualidade quando se refere à abordagem da educação sexual nas escolas, pois como vimos e veremos no decorrer dessa dissertação, para muitos pais conservadores, igrejas e alguns políticos da bancada religiosa parlamentar que defendem a bandeira de “conservador da moral cristã”, esse assunto não deveria ser ensinado no ambiente escolar, nem em seus lares ou fora dele (CRUZ, 2015; ARAUJO 2018).

Em síntese, o que vimos até aqui é que a sexualidade desde o início de sua história, é tratada e vista como ameaça a moral e bons costumes da sociedade, causando a discriminação, os tabus e até mesmo incentivando a organização de grupos que lutam contra o ensino da educação sexual nos estabelecimentos educacionais. Nesse sentido, como nossa pesquisa está voltada para a percepção de professores e alunos sobre a educação sexual em uma escola da rede federal de ensino, o próximo tópico da nossa dissertação aborda sobre a luta pela

institucionalização da educação sexual no Brasil; a educação sexual nas políticas públicas do Brasil; a educação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (fundamental e médio); o Plano Nacional de Educação (PNE) e as três versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

2.3 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: A LUTA PELA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

O início da educação sexual no país, segundo relata Ribeiro (2004, p. 16), se remete ao Brasil Colônia, no qual era de costume o “sexo pluriétnico libidinoso³ para o homem; submissão e repressão do comportamento sexual da mulher; e normas, regras e condenações por parte da Igreja”, sendo que o sexo era androcêntrico, fora do casamento ou dos dogmas religiosos e muitas vezes não consentidos, resultando em abusos sexuais das mulheres indígenas, negras e brancas dentro do matrimônio.

Entretanto, mesmo havendo essa menção da educação sexual no Brasil Colônia, que conforme Ribeiro (2004, p.18), nessa época era “informal e se pautava praticamente apenas nos usos e costumes correntes”, a mesma só foi oficializada no país, no final do século XIX e início do século XX e era tida como objeto de estudo na área da medicina. Os médicos da época foram os responsáveis pelas pesquisas voltadas para a educação sexual e durante esse percurso criaram o termo sexologia, além de serem os grandes protagonistas da implantação e difusão dos saberes sexuais no país, ainda que voltados para o Higienismo e a Eugênia (CORRÊA, 1998; RIBEIRO, 2009; FERREIRA, 2020).

A partir da institucionalização da educação sexual, entre as décadas de 1920 a 1940, vários livros abordando sobre o perfil da mulher brasileira, patologias e impotência sexual masculina, dentre outros assuntos nesse tema, foram publicados por médicos, educadores e sacerdotes com a finalidade de orientar os indivíduos sobre a higiene e as práticas sexuais (RIBEIRO, 2004; BUENO E RIBEIRO, 2018; FERREIRA, 2020).

Esses educadores, médicos e sacerdotes defendiam a normatização e implantação da educação sexual no currículo escolar, transformando as regras sexuais em postulados

³ ATO LIBIDINOSO: ato de libidinagem que não consiste em relação sexual normal. Qualquer perversão sexual. Constitui crime violento de atentado ao pudor obrigar alguém a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal (VADE MECUM BRASIL, 2022). PLURIÉTNICO: Diversidade de grupos étnicos e culturas; Relativo a várias etnias.

científicos, pois tinham a preocupação em ensinar a fisiologia sexual nos moldes do discurso higienista, onde “o erotismo cedia lugar à biologia da reprodução e as práticas sexuais passaram a ser reguladas a partir de seu objetivo maior (ou único): a reprodução” (FIGUEIRÓ, 1998; RIBEIRO, 2009, p.133).

Ribeiro (2006, p.04) relata que alguns autores, tais como lorde William Acton (1813-1875) e o médico alemão Von Krafft-Ebing (1840-1903) defendiam, ainda, “teorias caracterizando a prática sexual como responsável por doenças; a perda do esperma e a masturbação levavam o indivíduo à loucura e provocavam doenças da pele e tuberculose; as mulheres eram criaturas assexuadas e não tinham orgasmo; a sexualidade aberta levava ao crime, etc”. Esses médicos, educadores e religiosos, através de suas obras, reforçavam a ideia da relação sexual como uma doença repugnante, convencendo a sociedade da época de que o sexo deveria ser evitado ao máximo possível, em prol do benefício e bem-estar coletivo (RIBEIRO, 2006; BAZHUNI, 2016; BUENO E RIBEIRO, 2018).

Segundo Figueiró (1998), a primeira tentativa de incluir a educação sexual no currículo escolar brasileiro, ocorreu no Colégio Batista do Rio de Janeiro, em 1930. No entanto, esse ensaio não deu certo e teve como consequência a demissão e abertura de processo contra o professor Stawiarski, idealizador do projeto, em 1934.

No período que compreende 1930 a 1960, a Igreja Católica teve grande influência na rede de ensino do país, a qual a autora Rosemberg (1985, p. 12) chamou de “cultura sexual” da escola. Ainda segundo a autora, a Igreja Católica criou barreiras, praticamente intransponíveis, até a década de 60, que impediam a implantação da educação sexual formal no sistema escolar brasileiro, uma vez que a mesma era detentora de vários orfanatos e instituições de ensino no país. Contudo, isso não quer dizer que a educação sexual não era ensinada nas escolas, mais que era tratada de forma controlada, com discursos específicos, pautados nas diretrizes ditadas pela Igreja, a qual a tratava como algo pecaminoso, que deveria servir somente para o propósito da reprodução dentro do casamento (ROSEMBERG, 1985; BUENO E RIBEIRO, 2018).

A partir do Concílio Vaticano II (1962-1965), começaram a ocorrer mudanças dentro de algumas ordens religiosas, que passaram a ver a educação sexual como necessária para a vida dos adolescentes e jovens. Dessa forma, na década de 1960, algumas escolas católicas deram início à implantação de programas voltados para a educação sexual, assim como instituições educacionais do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte (FIGUEIRÓ, 1998; RIBEIRO, 2004, 2013; ROSEMBERG, 1985).

Em São Paulo, esse processo teve início através de escolas que propunham uma renovação pedagógica, tais como: o Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), os Ginásios Vocacionais e Ginásios Pluricurriculares Experimentais (GEPEs), o Grupo Experimental Dr. Edmundo de Carvalho (FIGUEIRÓ, 1998; RIBEIRO, 2004, 2013; ROSEMBERG, 1985). No Rio de Janeiro, as instituições que abraçaram a causa foram: o Colégio Pedro de Alcântara, André Maurois, Infante Dom Henrique e Orlando Rouças. E em Belo Horizonte, o Grupo Escolar Barão do Rio Branco (RIBEIRO, 1990; GUIMARÃES, 1995; MAIA, 2004; FIGUEIRÓ, 2006; FERREIRA, 2020).

No final da década de 1960, ocorreram várias mudanças nas políticas públicas e sociais do país causadas pela Ditadura Militar imposta pelo Golpe de Estado de 1964 e, associada a essas mudanças, vieram a redução das liberdades individuais e manifestações da sexualidade, causando um retrocesso no avanço da implantação da educação sexual nas escolas, com o fechamento de instituições de ensino e denúncias de professores que insistiam em continuar com projetos nessa área, de forma clandestina (FIGUEIRÓ, 1998; RIBEIRO, 2004, 2013; ROSEMBERG, 1985).

Em 1968, a deputada Júlia Steinbruck, do Partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB-RJ), colocou para apreciação da Câmara dos Deputados um projeto de lei que tinha como proposta a inclusão obrigatória da educação sexual nos currículos de 1º e 2º Graus. Em 1970, após várias tramitações burocráticas, o referido projeto foi recusado e engavetado pela Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC) da qual faziam parte o padre Francisco Leme Lopes, o almirante Benjamim Sodré e o general Moacir Araújo Lopes, onde emitiram pareceres com alegações de que a moral, a família e os bons costumes deveriam ser preservados (BEDIN, 2016; FIGUEIRÓ, 1998; RIBEIRO, 2004 e 2013; ROSEMBERG, 1985). Com esse veto e pareceres no projeto supracitado, os relatores da CNMC conseguiram criar uma Lei proibitória imaginária, ou seja, uma Lei que não existia no papel, somente baseada no medo de críticas e represálias, que freou professores, orientadores, educadores e pesquisadores que seguiam essa linha, causando o início da exclusão da educação sexual na sala de aula (FIGUEIRÓ, 1998; RIBEIRO, 2004, 2013; ROSEMBERG, 1985).

Apesar do retrocesso no processo de institucionalização da educação sexual no Brasil, causados pela Ditadura Militar, os anos 1970 serviram de palco de transformações na família brasileira, que foi influenciada pela modernização tecnológica e os ideais de liberdade sexual provenientes, principalmente, dos Estados Unidos (FERREIRA, 2020).

Em 1971, foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino do 1º e 2º Grau (Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971) e dentro dessa Lei foi criada a disciplina Programa de Saúde, fundamentada pelo Parecer nº 2.264/71 (Brasil, Conselho Federal de Educação [CFE], 1974), que orientava a inclusão da educação sexual no 2º Grau, assim como a produção de instrumentos pedagógicos com conteúdo sobre saúde e educação sexual. Porém, por ter sido criada dentro do período da Ditadura Militar, os conteúdos desses materiais eram questionados constantemente, uma vez que as Diretrizes orientavam a discussão sobre “desvios dos padrões de normalidade”, aliado a isso, ainda existia o fato de que as publicações na área da saúde eram restritivas a aspectos biologicistas da educação sexual (PINHEIRO, 1997; SILVA, 2002; FERREIRA, 2020).

A retomada oficial da educação sexual nas escolas brasileiras só aconteceu na segunda metade da década de 1970, após a abertura política e, conseqüentemente, o afrouxamento da censura imposta pela Ditadura Militar, motivada pelos movimentos feministas, de controle populacional, pelo comportamento sexual da juventude com o surgimento da pílula como anticoncepcional e pelos avanços na medicina contra as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs)⁴ (FERREIRA, 2020).

A Prefeitura Municipal de São Paulo (1978 a 1982) e Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (1980 a 1986) foram as primeiras a iniciar esse processo de (re)introdução da educação sexual nas escolas. Em 1978, aconteceu o I Congresso sobre Educação Sexual nas Escolas, em São Paulo/SP. Este primeiro Congresso, e os demais seguintes, deram espaço para o debate público sobre educação sexual nas escolas, atendendo a vontade da sociedade brasileira em falar e ouvir sobre sexualidade, ganhando grande destaque nos meios de comunicação de massa (ROSEMBERG, 1985; FERREIRA, 2020).

O início dos anos 1980 foi marcado pela liberação sexual, a qual favoreceu as mudanças no comportamento e questionamentos sobre tabus, preconceitos e posturas conservadoras da sociedade. Desse modo, atos sexuais começaram a aparecer em filmes, revistas e como artigos de lojas especializadas, ou seja, os sex shops, favorecendo ainda a

⁴ O Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais passa a usar a nomenclatura “IST” (Infecções Sexualmente Transmissíveis) no lugar de “DST” (Doenças Sexualmente Transmissíveis). A nova denominação é uma das atualizações da estrutura regimental do Ministério da Saúde por meio do pelo Decreto nº 8.901/2016. A denominação ‘D’, de ‘DST’, vem de doença, que implica em sintomas e sinais visíveis no organismo do indivíduo. Já ‘Infecções’ podem ter períodos assintomáticos ou se mantém assintomáticos durante toda a vida do indivíduo e são somente detectadas por meio de exames laboratoriais (DEPARTAMENTO DE CONDIÇÕES CRÔNICAS E INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS – MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

liberdade de expressão das mulheres através dos meios de comunicação de massa, como programas de rádio e de televisão.

Maria Helena Matarazzo e Marta Suplicy, ambas com formação específica na área da educação sexual e da Sexologia, se destacaram na área de comunicação. Maria Helena Matarazzo trabalhou em um programa da Rádio Globo sobre educação sexual e em dois serviços de orientação sexual via telefônica. Enquanto Marta Suplicy, por outro lado, falava abertamente sobre sexualidade em um programa da Rede Globo, a TV Mulher (RIBEIRO, 2004; BEDIN, 2016; BUENO E RIBEIRO, 2018). Vale ressaltar que os jovens e adolescentes dos anos 1980 foram os que mais sofreram com a transição das mudanças entre os ensinamentos anteriores e as novas regras e valores instituídos pela “Liberdade Sexual”.

Segundo Louro (2009), o surgimento da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS), na década de 1980, serviu como grande estímulo para que os órgãos oficiais, como o Ministério da Educação e Cultura (MEC) incentivassem projetos voltados para a educação sexual nas escolas. Ainda segundo a autora, os educadores e órgãos públicos se preocupavam somente com o combate a ameaça e a ideia de risco causada pela AIDS, deixando para segundo plano as questões relacionadas ao prazer, aos sentimentos, relacionamentos e à vida.

Ainda na década de 1980 foram criadas várias instituições voltadas para o ensino de educação sexual, tais como: a Associação Brasileira de Educação Sexual (EDUSEX), fundada em 1980, por Haruo Okawara (ginecologista), Gilda Fucs (psiquiatra), Leon Francisco Lobo (pediatra) e Maria Helena Matarazzo (socióloga). Também, em 1980 aconteceu a oficialização da fundação do Centro de Sexologia de Brasília (CESEX), que utilizava técnicas de Masters e Johnson e ofereceu o primeiro curso de sexologia do país (BEDIN, 2016; SILVA, 2002).

Em 1984 foi criado o projeto denominado Grupo de Trabalho para Formação e Capacitação de Professores em Orientação Sexual, que mais tarde tornou-se parte da Lei Orgânica Municipal de Campinas -SP, em 1990. O projeto supracitado, que teve a mais longa duração na referida cidade (1984 a 1998), foi responsável pela organização do Encontro Nacional de Adolescentes, que reuniu “adolescentes e professores de todo o Brasil que participavam de trabalhos semelhantes em suas cidades e vinham relatar suas experiências” (RIBEIRO, 2004, p. 22/23).

Dessa forma, os anos 1980 foram marcados pela criação de projetos, grupos de trabalhos, Leis, programas de saúde, entre outros que debatiam, criavam e incentivavam a retomada educação sexual nas escolas, dentre eles destacamos: 1) O Programa de Saúde chamado de Sexualidade Humana: reflexões e proposta em ação, que envolveu 11.208 alunos,

de 70 escolas, no período de 1984 a 1986; 2) O Centro Avançado de Educação para a Saúde e Orientação Sexual (CAESOS), criado em 1985, pela professora Sonia Maria Vilela Bueno; 3) A Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana (SBRASH), fundada em 1985 (BEDIN, 2016).

No final dessa década e início dos anos 1990, (1989 a 1992) Marta Suplicy e colaboradores coordenaram um novo projeto de Educação Sexual, o Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS), oficializado pela Rede Municipal de Ensino de São Paulo, em 1987. Com esse referido projeto conseguiram atingir 30.000 alunos e 1.105 professores (FIGUEIRÓ, 1998; RIBEIRO, 2004).

Na década de 1990, os programas oficiais dos Ministérios da Educação e da Saúde continuaram estimulando a ampliação, o debate e a disseminação de informações importantes para a prevenção de ISTs e gravidez entre adolescentes. As escolas nesse período eram vistas como ambiente propício para debater e discutir assuntos referentes à sexualidade e, em várias delas, houve resultados importantes nesse sentido (SFAIR; BITTAR; LOPES, 2015).

Em 1990 foi criado o grupo de estudo Sexualidade e Vida, pela professora Maria Alves de Toledo Bruns. No início dos anos 1990, a sexualidade é incluída em currículos de escolas municipais de diversos estados, como São Paulo e Rio Grande do Sul (RIBEIRO, 2004 e 2013). Ainda no início dos anos 90, as Organizações não governamentais (ONGs) realizaram vários trabalhos na área de educação sexual voltados para a capacitação de profissionais da saúde e educação, produção de materiais educativos (vídeos, manuais e guias), prestação de serviços e consultorias. Dentre essas instituições estão o Instituto Kaplan, o Centro de Educação Sexual (CEDUS), o Centro de Orientação e Educação Sexual (CORES), a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), a Comunicação em Sexualidade (ECOS) e o já citado GTPOS (BEDIN 2016; SILVA 2002).

Em 1994, Marta Suplicy e colaboradores lançaram o Guia de Orientação Sexual, voltado para o público da pré-escola ao 2º Grau. O referido Guia foi testado em várias escolas do país e abordava a necessidade do planejamento e as intervenções sistêmicas, criando um meio permanente de comunicação entre crianças e adolescentes sobre educação sexual, além de orientar a supervisão dos educadores e o envolvimento da família (PINHEIRO, 1997).

Mesmo com tantos projetos, grupo de trabalhos, ONGs, entre outros, voltados para a educação sexual na escola, apenas em 1996 foram estabelecidas às bases para uma escola pluralista e de respeito à diversidade como educação formal, através da Lei Federal Nº 9.394/96 que promulgou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

(ZANATTA et al., 2016). Com isso, no ano seguinte (1997), o Ministério da Educação divulgou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

2.4 A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL

Segundo Sartori (2022), para discutir sobre a educação sexual e assuntos relacionados à sexualidade na escola, é preciso realizar desconstruções de concepções culturais, sociais e religiosas, sendo necessário compreendê-la como uma característica existente e fisiológica do ser humano. Ainda segundo o autor, para que isso ocorra, primeiramente tem que haver o interesse do poder público em fomentar o conhecimento e a discussão, depois a sociedade e a equipe pedagógica têm que buscar formação e desenvolver metodologias para ensinar a educação sexual de maneira que os aproximem do mundo e das vivências das pessoas. Além disso, é imprescindível que as políticas públicas sejam efetivadas de forma eficaz buscando atender os princípios de cidadania e educação (SARTORI, 2022).

Com o objetivo de assegurar uma formação básica comum nas escolas de todo o país, o governo brasileiro criou as políticas públicas, assim como os documentos que serviram para implantá-las. No entanto, ao longo dos anos essas políticas públicas vêm sofrendo alterações devido às articulações entre a atuação dos movimentos sociais (datada desde a segunda metade do século passado), as teorizações acadêmico-científicas sobre temas relacionados a tais movimentos e entre as mudanças no meio normativo, inclusive no que diz respeito à esfera educacional (BRABO, SILVA, MACIEL, 2020).

Atualmente, com a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil, ensino fundamental e médio, originou-se novas discussões relacionadas aos enlaces e entraves sobre a inclusão do ensino de educação sexual nos currículos das escolas brasileiras (SILVA, BRANCALEONI, OLIVEIRA, 2019). Ainda segundo os autores, a BNCC se apresenta como substituto dos PCN, cuja elaboração e promulgação foram acompanhadas pelos diversos canais da mídia (SILVA, BRANCALEONI, OLIVEIRA, 2019).

Portanto, usaremos esse tópico para apresentar o que os Parâmetros Curriculares Nacionais das séries finais do Ensino Fundamental, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) e Parâmetros Curriculares Nacionais mais Ensino Médio (PCN+), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Plano Nacional de Educação (PNE) propõem sobre o ensino de educação sexual na escola.

2.4.1 A Educação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)

Elaborados em 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais foram a primeira referência oficial que deu legitimidade as questões relacionadas à sexualidade, através do tema transversal, criados para servir de base nacional para construção dos currículos, além de possibilitar uma flexibilidade dos mesmos, incentivando um aprendizado aberto sobre as questões reais da vida (BRASIL, 1997).

2.4.1.1 Parâmetros Curriculares para o Ensino Fundamental (PCNEF)

Apesar de o enfoque desta pesquisa ser o ensino médio, analisamos também os documentos dos PCN dos anos finais do ensino fundamental (5º a 8º série), uma vez que esses documentos são maiores e mais complexos, além de complementar os PCN+Ensino Médio (lê-se: PCN mais Ensino Médio) relacionados à educação sexual como tema transversal.

Dessa forma, estão divididos em dez volumes para os dois últimos ciclos (PCNs de 5ª a 8ª série) do ensino fundamental. O primeiro volume, denominado introdução aos PCN, aborda os fundamentos que levaram a elaboração de tais documentos. Seis volumes para as áreas específicas das disciplinas de Língua Portuguesa (incluindo a Língua Estrangeira), Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação Física. E três volumes que tratam de temas transversais: Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo.

O caderno de volume dez foi destinado para tratar de temas transversais ligados à educação sexual no espaço escolar, denominada “Orientação Sexual”, sendo dividido em duas partes. A primeira parte apresenta a justificativa da importância da inclusão da educação sexual nos currículos escolares, assim como a postura e posicionamento do professor no ensino de educação sexual e a proposição dos objetivos que deverão ser alcançados. Já a segunda parte apresenta os blocos de conteúdos a serem ensinados, os critérios de avaliação e as didáticas a serem adotadas para o ensino de educação sexual nas séries iniciais e os anos finais do ensino fundamental (BRASIL,1998), visando promover reflexões e discussões entre educadores, pais e responsáveis, sobre a ação pedagógica da escola no trato de questões da educação sexual dos alunos (BRASIL,1998).

Como justificativa para inclusão do tema nas escolas, o documento apresenta uma breve retrospectiva sobre a introdução da educação sexual nos currículos escolares, falando

sobre o surgimento da temática nas escolas brasileiras desde os anos 1920, intensificando-se nos anos 1970, provavelmente devido aos movimentos feministas e de grupos que pregavam o controle de natalidade e seu fortalecimento nos anos 1980, por causa do surgimento do HIV (Vírus da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida-AIDS) e da gravidez não planejada entre os adolescentes e jovens. O documento recomenda que as barreiras que limitam e relacionam o ensino de educação sexual às noções relativas à anatomia e fisiologias do corpo humano sejam ultrapassadas, fazendo-se necessária a inclusão das dimensões culturais, afetivas e sociais nesses ensinamentos. Além disso, discorre sobre as mudanças físicas e comportamentais dos adolescentes, causadas pelos hormônios sexuais da puberdade, apontando a necessidade das intervenções pontuais por parte dos educadores e pais ou responsáveis durante essa fase de suas vidas (BRASIL,1998). Também pontua que com a inclusão de educação sexual nas escolas, tal medida favorece os debates sobre questões polêmicas e delicadas como:

Masturbação, iniciação sexual, o “ficar” e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em muito contribui para o bem-estar das crianças, dos adolescentes e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura (BRASIL, 1998, p.293).

Com relação à função e postura dos professores, o documento orienta que os educadores busquem ao máximo informações e orientações sobre educação sexual, assim como as diferentes formas de ensinar tais questões no âmbito escolar. Enfatiza quanto ao cuidado que esses educadores deverão ter para não repassar suas crenças, valores e opiniões pessoais como verdade absoluta e que é importante estabelecer uma relação de confiança entre professores e alunos, sem emitir julgamentos sobre os assuntos abordados pelos discentes. Destaca, ainda, que os professores deverão dar abertura para que os alunos se sintam à vontade para conversar e tirar suas dúvidas a respeito de educação sexual, sendo pontual ao responder os questionamentos de forma clara, objetiva e esclarecedora, mantendo uma postura democrática e pluralista, refletindo sobre os objetivos gerais a serem alcançados (BRASIL,1998).

Com relação à escola-família, os PCN orientam que a educação sexual na escola deverá ser um complemento à educação dada pela família e que não compete à instituição de ensino, em hipótese alguma, julgar como certa ou errada a educação proposta pela família, uma vez que o papel da escola é “abrir espaço para que a pluralidade de concepções, valores e crenças sobre sexualidade possa se expressar”, podendo intervir somente em situações que “haja violação dos direitos das crianças e dos jovens” (BRASIL,1998, p. 305).

Segundo os PCN, “a orientação sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica, que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados”, contribuindo para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer, segurança, saúde, respeito e responsabilidade (BRASIL, 1998, p. 287).

Para Almeida *et al.* (2011), a inserção da orientação sexual nos PCN serviu para descentralizar o tema e incluir o mesmo em diferentes campos disciplinares, favorecendo abordagens pluralistas, interdisciplinares e privilegiando questões associadas à saúde, sexualidade, gênero e afetividade dos educandos.

No entanto, para Altmann (2001, p.576) a função dos PCN não é somente traçar algumas diretrizes - não obrigatórias - para a Educação Básica, com o lançamento dos temas transversais, dentre eles a orientação sexual, mas também manter o controle sobre a sexualidade das populações, dos nascimentos, mortes e doenças, uma vez que esses são investimentos que estão diretamente relacionadas às “riquezas, à capacidade de trabalho, ao povoamento e à força de uma sociedade”.

Para Leão (2012), a proposta de inovação dos PCN foi à transversalidade de temas considerados importantes para a sociedade, possibilitando que conteúdos escolares fossem ensinados em diferentes disciplinas, mesmo não fazendo parte dos currículos oficiais. Da mesma forma, de acordo com os PCN, a transversalidade pressupõe um:

Tratamento integrado das áreas e um compromisso das relações interpessoais e sociais escolares com as questões que estão envolvidas nos temas, a fim de que haja uma coerência entre os valores experimentados na vivência que a escola propicia aos alunos e o contato intelectual com tais valores (BRASIL, 1997a, p.45).

Quando trata dos objetivos gerais, os PCN destacam que a finalidade do ensino de educação sexual nas escolas é contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer, segurança, saúde, respeito e responsabilidade, garantindo seus direitos básicos de saúde, informação e conhecimentos, elementos fundamentais para sua formação como cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades (BRASIL, 1998). Com isso, espera-se que o ensino de educação sexual possa proporcionar conhecimentos aos alunos de forma que, ao final do ensino fundamental, estejam aptos a:

- Respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, reconhecendo e respeitando as diferentes formas de atração sexual e o seu direito à expressão, garantida a dignidade do ser humano;
- Compreender a busca de prazer como um direito e uma dimensão da sexualidade humana;
- Conhecer seu corpo, valorizar e cuidar de sua saúde como condição necessária para usufruir prazer sexual;

- Identificar e repensar tabus e preconceitos referentes à sexualidade, evitando comportamentos discriminatórios e intolerantes e analisando criticamente os estereótipos;
- Reconhecer como construções culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a elas associadas;
- Identificar e expressar seus sentimentos e desejos, respeitando os sentimentos e desejos do outro;
- Reconhecer o consentimento mútuo como necessário para usufruir prazer numa relação a dois;
- Proteger-se de relacionamentos sexuais coercitivos ou exploradores;
- Agir de modo solidário em relação aos portadores do HIV e de modo propositivo em ações públicas voltadas para prevenção e tratamento das doenças sexualmente transmissíveis/Aids;
- Conhecer e adotar práticas de sexo protegido, desde o início do relacionamento sexual, evitando contrair ou transmitir doenças sexualmente transmissíveis, inclusive o vírus da Aids;
- Evitar uma gravidez indesejada, procurando orientação e fazendo uso de métodos contraceptivos;
- Consciência crítica e tomar decisões responsáveis a respeito de sua sexualidade (BRASIL, 1998, p.311 e 312).

Na segunda parte do documento, são apresentados os critérios de seleção e os blocos de conteúdos. Sobre os critérios de seleção dos conteúdos, os PCN enfatizam que a vivência da sexualidade em cada indivíduo inclui fatores oriundos de ordens distintas: aprendizado, descoberta e invenção. Portanto, levaram em consideração três fatores diferentes:

- Relevância sociocultural, isto é, conteúdos que correspondam às questões apresentadas pela sociedade no momento atual;
- Consideração às dimensões biológica, psíquica e sociocultural da sexualidade, buscando contemplar uma visão ampla e não reducionista das questões que envolvem a sexualidade e o seu desenvolvimento no âmbito pessoal;
- Possibilidade de conceber a sexualidade de forma prazerosa e responsável (BRASIL, 1998, p. 318 e 319).

De acordo com o documento, esses conteúdos foram escolhidos devido aos seus aspectos conceituais, que garantem as informações pertinentes, e acima de tudo, por seus aspectos procedimentais e atitudinais (BRASIL, 1998).

Com base nesses critérios supracitados, os conteúdos estão agrupados em três blocos ou eixos norteadores: Corpo: matriz da sexualidade; Relações de Gênero; Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS. Apesar dos PCN destacarem esses três eixos, deixa a critério do educador a seleção dos conteúdos, indicando que o mesmo deve ser flexível e levar em conta a faixa etária e o conhecimento prévio dos alunos (BRASIL, 1998).

No eixo de conteúdo Corpo: matriz da sexualidade, o documento propõe a construção de noções, imagens e um conceito global de corpo, ligados a um conjunto de sistemas, referentes aos aspectos biológicos, culturais, emocionais, e pelas mudanças que ocorrem ao decorrer do tempo. Nesse bloco, o documento exemplifica como a educação sexual poderá ser

ensinada em diferentes disciplinas, tais como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação Física e que os educadores deverão incluir assuntos relacionados à sexualidade de diferentes culturas, à puberdade, aos mecanismos da concepção, gravidez e parto, além da integração entre as dimensões físicas, emocionais, cognitivas e sensíveis. É recomendado, ainda a abordagem de diferentes métodos contraceptivos, dos padrões de beleza veiculados pela mídia, do respeito mútuo e o fortalecimento da autoestima (BRASIL, 1998; VICENTE, 2021).

No que diz respeito os conteúdos relacionados às relações de gênero, são abordados a necessidade de mudanças referentes às diferenças existentes no comportamento cultural estabelecido para homens e mulheres. Tais comportamentos refletem diretamente na vivência da sexualidade e relacionamentos de ambos, apontando para a equidade entre os sexos. Segundo o documento, o “trabalho sobre relações de gênero tem como propósito combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação” (BRASIL, 1998, p.322). Como sugestão de conteúdos a serem ensinados, diz que são muitas as possibilidades da transversalidade desse bloco de conteúdo:

Na língua portuguesa: podem-se perceber as perspectivas de gênero por meio da análise das personagens e descrição de suas características. Em Geografia, podem-se incluir as perspectivas de gênero, analisando as consequências das migrações nos arranjos familiares, nas ocupações profissionais e na ocupação de espaços. Em Arte seria interessante trabalhar as discriminações. A história das mulheres, suas lutas pela conquista de direitos e as enormes diferenças que podem ser encontradas ainda hoje nas diversas partes do globo, etc. (BRASIL, 1998, p. 323 e 324).

Segundo Ferreira (2020), as questões relacionadas a gênero e sexualidade vêm se destacado ao longo dos anos, em diversas áreas de nosso país, atravessado pelo viés dos Direitos Humanos, que tem como fundamento o reconhecimento e o respeito às diferenças e às particularidades de cada indivíduo ou seus grupos. Portanto, para a autora, os temas transversais dos PCN serviram de “caminho para promover o enfrentamento à resistência e, até mesmo a dificuldade da família em discutir sexualidade com os seus filhos, revelando o quanto o sexo foi historicamente tratado como tabu” (FERREIRA, 2020, p.85).

E no último bloco de conteúdos referente à prevenção das doenças sexualmente transmissíveis DST/AIDS, o referido documento enfatiza que as informações relacionadas a essas doenças devem estar voltadas para a promoção e prevenção da saúde dos indivíduos, tendo bastante cuidado com a forma que essas informações são repassadas, não devendo associar à sexualidade a doença ou morte, como tem sido divulgado pela mídia: “**Aids mata**”, uma vez que, segundo os PCN essa forma de abordagem serve apenas para causar medo e

angústia entre os adolescentes e jovens. Com relação aos conteúdos principais a serem ensinados estão as principais Infecções Sexualmente Transmissíveis, seus sintomas no homem e na mulher, assim como as formas de transmissão e as condutas necessárias para sua prevenção. Reforça que a AIDS deve ser abordada com ênfase especial, pois mesmo com a descoberta de medicamentos que melhoram a vida dos portadores do vírus, ainda não existe uma cura, devendo incluir esclarecimentos sobre fatos e os preconceitos a ela associados (BRASIL, 1998).

Essa análise dos PCN para as séries finais do ensino fundamental, indica que eles foram elaborados tendo como ideia central tentar romper as ideias biologicistas a respeito da sexualidade humana (FERREIRA, 2020). No entanto, para Altmann (2001), quando os PCN afirmam que a orientação sexual ultrapassa as questões conteudistas sobre a anatomia do corpo e qualifica a sexualidade como uma produção em uma dimensão processual histórica em cada cultura e cada indivíduo, na verdade está retrocedendo e não rompendo com a referida visão biologicista:

Todavia, esta dimensão histórica é pensada como sendo construída em cima de algo naturalmente dado. Em outras palavras, a sexualidade e o sujeito são pensados como essências sob as quais há um investimento da cultura. “Corpo: matriz da sexualidade” é o título de um dos blocos de conteúdo. Esta questão volta a vir à tona no trecho seguinte. Afirma-se que, apesar de parecer algo tão “natural”, o corpo e os modos de usá-lo e valorizá-lo têm determinações sociais de várias ordens: econômica, política e cultural (ALTMANN, 2001, p. 581).

Já na visão de Oliveira (2015), os PCN ressaltam que a sexualidade tem grande importância para o indivíduo, sendo construída ao longo da vida, através de um processo histórico marcado pela cultura, ciência, e por uma série de sentimentos. Diante disso, o autor reitera que os PCN “aceitam que a sexualidade se manifesta em todas as idades inclusive na infância” (OLIVEIRA, 2015, P.127).

César (2009) afirma que mesmo que a preocupação dos PCN com a inclusão da educação sexual nos currículos escolares brasileiros estivesse voltada para uma atenção à saúde e não para questões relacionadas à sexualidade dos estudantes, a intenção foi boa e válida, uma vez que colaborou para diversas outras ações que cooperaram com a inclusão da temática no espaço escolar, o que até então não era visto no âmbito brasileiro.

E em corroboração, Ferreira (2020) acredita que a proposta dos PCN para o Ensino Fundamental não contempla todas as perspectivas da educação sexual, no entanto, reconhece que essa iniciativa de inclusão da *orientação sexual* nos referenciais curriculares abriu espaço e caminho para que a essa temática fosse incluída nas escolas, norteando os educadores para que conteúdos específicos fossem incorporados aos currículos da educação básica.

Altmann (2003) em sua pesquisa “Orientação sexual em uma escola: recortes de corpos e de gênero” participou de aulas durante cinco (05) meses em uma escola de ensino fundamental (5ª a 8ª séries), situada na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2002, e frequentou o Núcleo de Adolescentes Multiplicadores (NAM) – principal projeto da prefeitura no desenvolvimento desse trabalho. Na oportunidade, a autora entrevistou 15 meninas e 05 meninos, com idades entre 13 e 15 anos e constatou que “a considerar a proposta dos PCN, ela deveria ser trabalhada transversalmente. Entretanto, na prática, isso se demonstrava de difícil implementação e essa proposta aparecia muito mais como um ideal, como aquilo que deveria ser feito, do que concretamente no dia-a-dia escolar” (ALTMANN, 2003, p.295).

2.4.1.2 Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio (PCNEM)

Como foi dito anteriormente, o foco de nossa pesquisa é no ensino médio, portanto, nesse tópico analisamos o que dizem os PCNEM e PCN+ sobre o ensino de educação sexual, tema da sexualidade e sua relação com o trabalho pedagógico de educadores na escola.

Como veremos mais a frente, os PCN para o ensino médio (BRASIL, 2000) são documentos mais sucintos, uma vez que sua função seria a de continuidade e complemento à extensa base aplicada no ensino fundamental, tendo como objetivo principal, auxiliar os educadores na reflexão sobre a prática no cotidiano em sala de aula e servir como apoio no planejamento de aulas e no desenvolvimento do currículo escolar. Anteriormente, foram divididos em quatro partes ou blocos de abrangência das áreas, sendo eles:

1. Bases Legais;
2. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias que abarcam as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Educação Física, Arte e Informática;
3. Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias que englobam as disciplinas de Biologia, Física, Química, Matemática;
4. Ciências Humanas e suas Tecnologias que abrangem as disciplinas de História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Filosofia e Política;

No entanto, essa política curricular, apresentada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, levantou muitas críticas de vários pesquisadores brasileiros. Dentre elas, destacamos a subordinação da educação ao mercado de trabalho, através do processo de resignificação de conceitos como flexibilização, autonomia e descentralização; a permanência da divisão entre

formação geral e formação para a mão de obra no país, associada à capacidade limitada de indução das diretrizes (JUNIOR E ROMEIRO, 2020).

Do ponto de vista legal, não há mais duas funções difíceis de conciliar para o Ensino Médio, nos termos em que estabelecia a Lei nº 5.692/71: preparar para a continuidade de estudos e habilitar para o exercício de uma profissão. A duplicidade de demanda continuará existindo porque a idade de conclusão do ensino fundamental coincide com a definição de um projeto de vida, fortemente determinado pelas condições econômicas da família e, em menor grau, pelas características pessoais (BRASIL, 2000, p. 72).

Diante desse cenário, em 2002 o MEC divulga mais três volumes de PCN, com a finalidade de complementar os documentos lançados em 2000, nomeando-os como “PCN Mais Ensino Médio – PCN+” (documento que contempla, na parte da biologia, aspectos relacionados à saúde reprodutiva e sexual e, também, com a proposta de compreensão da sexualidade sem preconceitos), propondo atender de forma mais atualizada o novo formato do ensino médio brasileiro, trazendo temáticas, propostas teórico-metodológicas e estratégias que propõem a aproximação dos PCNEM à orientação da prática docente. Esse novo documento complementar (PCN+) foi dividido da seguinte forma:

1. Ciências Humanas e suas Tecnologias;
2. Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias.
3. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.

Vale ressaltar que não foram produzidos em nenhuma das versões dos PCNEM e PCN+ um volume específico para os temas transversais, inclusive para educação sexual, como aconteceu para o ensino fundamental. Dessa forma, averiguamos as duas versões dos documentos em busca de indícios que pudessem nos levar a uma análise, mesmo que de forma indireta, sobre a abordagem de educação sexual no ensino médio. Para tal ação, a melhor forma encontrada foi o uso de palavras chaves tais como: sexo, sexualidade, educação sexual, gênero, corpo, homem, mulher, masculino, feminino, reprodução humana, anatomia humana.

O Bloco (I) dos PCNEM lançado em 2000, intitulado: “Bases Legais”, apresenta de forma longa e detalhada a justificativa legal para o formato do novo ensino médio. Ao pesquisar as palavras chaves no documento, encontramos um trecho no qual faz menção a suas expectativas sobre a introdução do novo programa nas escolas brasileiras:

Espera-se que a escola contribua para a constituição de uma cidadania de qualidade nova, cujo exercício reúna conhecimentos e informações a um protagonismo responsável, para exercer direitos que vão muito além da representação política tradicional: emprego, qualidade de vida, meio ambiente saudável, igualdade entre homens e mulheres, enfim, ideais afirmativos para a vida pessoal e para a convivência (BRASIL, 2000, p. 59).

Dando seguimento, ainda no Bloco I, os PCNEM defendem uma “Política da Igualdade” na educação para toda a sociedade, buscando equidade no acesso à educação, ao emprego, à saúde, ao meio ambiente saudável e a outros benefícios sociais, e no combate a todas as formas de preconceito e discriminação por motivo de raça, *sexo*, religião, cultura, condição econômica, aparência ou condição física (BRASIL, 2000, p. 64). E para alcançar essa meta, estão equiparando-se aos valores estéticos, políticos e éticos que inspiram a Constituição e a LDB, organizados sob três consignas: sensibilidade, igualdade e identidade (BRASIL, 2000). Ainda nesse sentido, o documento diz que a sensibilidade está de acordo com a ideia de equidade e igualdade e que poderá facilitar ainda, a educação de pessoas que “saibam transformar o uso do tempo livre num exercício produtivo porque criador. E que aprendam a fazer do *prazer*, do entretenimento, da *sexualidade*, um exercício de liberdade responsável” (BRASIL, 2000, p. 63).

O documento orienta como os alunos deverão ser tratados nessa fase de vivência e aprendizado:

Conhecer o corpo humano não é apenas saber como funcionam os muitos aparelhos do organismo, mas também entender como funciona o próprio corpo e que consequências isso tem em decisões pessoais da maior importância tais como fazer dieta, usar drogas, consumir gorduras ou exercer a *sexualidade*. A adolescente que aprendeu tudo sobre *aparelho reprodutivo*, mas não entende o que se passa com ‘seu corpo a cada ciclo mensal não aprendeu de modo significativo (BRASIL, 2000, p.79). As visões, fantasias e decisões sobre o próprio *corpo* e saúde, base para um desenvolvimento autônomo, poderão ser mais bem orientadas se as aprendizagens da escola estiverem significativamente relacionadas com as preocupações comuns na vida de todo jovem: aparência, *sexualidade e reprodução*, consumo de drogas, hábitos de alimentação, limite e capacidade física, repouso, atividade, lazer (BRASIL, 2000, p. 81).

Esse volume I (Bases legais) serve como apresentação da coleção, dando uma visão sobre o que esperar dos demais cadernos. E ao analisarmos o referido documento, observamos que apresenta explicações tradicionais sobre gênero e sexualidade, dando ênfase ora na ética e na moral religiosa, ora na vertente medicalista da prevenção, saúde e higiene. Por outro lado, observamos, ainda, que apresenta um compromisso de inovação baseado na ‘Estética da Sensibilidade’, ao afirmar que esta precisa substituir a educação até então baseada na repetição e na padronização.

Como expressão de identidade nacional, a estética da sensibilidade facilitará o reconhecimento e a valorização da *diversidade* cultural brasileira e das formas de perceber e expressar a realidade própria dos *gêneros*, das etnias e das muitas regiões e grupos sociais do País (BRASIL, 2000, p. 63).

Dessa forma, muitas são as expectativas para os demais volumes dos PCNEM, uma vez que se acredita que os alunos contemplados nesse ensino estão mais preparados para

aprender a vivenciar sua sexualidade (OLIVEIRA, 2015). No entanto, não foi o que aconteceu, na realidade, quase não encontramos as palavras chaves nos demais volumes do referido documento. Segundo Oliveira (2015, p. 264), o PCNEM ao se tratar dos temas ligados à educação sexual, não consegue romper com a estratégia usada desde a primeira publicação em 1997, “o documento enseja, mas não afirma, apresenta, induz, mas não se compromete”.

Ao analisarmos o Volume II - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias que abarcam as disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Educação Física, Arte e Informática, publicado em 2000, não encontramos as palavras *sexualidade*, *sexual*, *sexo*. As palavras corpo e homem aparecem algumas vezes, porém, está mais voltado para a questão da linguagem corporal e cultural:

É com o *corpo* que somos capazes de ver, ouvir, falar, perceber e sentir as coisas. O relacionamento com a vida e com outros corpos dá-se pela comunicação e pela linguagem que o *corpo* é e possui. Isto significa que os indivíduos têm uma forma diferenciada de se comunicar corporalmente, que se modifica de cultura para cultura (BRASIL, 2000, p. 38).

A palavra *gênero* aparece várias vezes, porém, está relacionado com o contexto literário e sua aplicabilidade:

[...O contexto, os interlocutores, gêneros discursivos, recursos utilizados pelos interlocutores para afirmar o dito/escrito, os significados sociais, a função social...] (BRASIL, 2000, p.21).

Já as demais palavras-chaves (mulher, homem, anatomia e reprodução humana), aparecem algumas vezes no documento, no entanto, não estão relacionadas com sexualidade ou educação sexual.

As expectativas para a terceira parte dos PCNEM (2000), que contemplam as Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (disciplinas de Biologia, Física, Química, Matemática), eram grandes, uma vez que a disciplina de Biologia está inserida nela, esperava-se que o documento tratasse de questões relacionadas à sexualidade, sexo e corpo, pelo menos no viés biologicista e higienista dentro da biologia, no entanto, ao buscar as palavras-chaves propostas, o resultado foi um tanto assustador. Novamente as palavras sexualidade e sexual, não aparecem em todo o documento, assim como a palavra gênero. A palavra sexo aparece uma vez, porém fora do contexto desta pesquisa. A palavra corpo, aparece de forma sutil, da seguinte forma:

É importante dar destaque ao *corpo humano*, focalizando as relações que se estabelecem entre os diferentes *aparelhos e sistemas* e entre o corpo e o ambiente, conferindo integridade ao corpo humano, preservando o equilíbrio dinâmico que caracteriza o estado de saúde. Não menos importantes são as diferenças que evidenciam a individualidade de cada ser humano, indicando que cada pessoa é

única e permitindo o desenvolvimento de atitudes de respeito e apreço ao próprio corpo e ao do outro (BRASIL, 2000, p. 18).

As palavras reprodução e anatomia aparecem associadas à disciplina de biologia:

Ao estudar o indivíduo, estar-se-á estudando o grupo ao qual ele pertence e vice-versa; o estudo aprofundado de determinados grupos de seres vivos em particular – anatomia, fisiologia e comportamentos – pode se constituir em projetos educativos, procurando verificar hipóteses sobre a reprodução/evolução de peixes, samambaias ou seres humanos (BRASIL, 2000).

E dando continuidade à nossa busca pelas palavras chaves, no bloco IV - Ciências Humanas e suas Tecnologias que abrangem as disciplinas de História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Filosofia e Política, a palavra sexualidade aparece pela primeira vez e uma única vez nos PCNEM (2000):

Na construção da identidade dos jovens estudantes, conhecimentos de Psicologia, questionando o senso comum, podem contribuir para uma reflexão e melhor compreensão de sua inserção no mundo, relativizando um suposto caráter histórico e único da adolescência, desconstruindo um certo determinismo em relação a papéis sociais a serem desempenhados, frente à escola, ao trabalho, à sexualidade, à autoridade, à relação familiar e aos grupos com que interagem (BRASIL, 2000).

A palavra gênero também fez sua aparição nesse documento:

O sentido que a palavra assume para os brasileiros atualmente, de certa maneira, inclui os demais sentidos historicamente localizados, mas ultrapassa os seus contornos, incorporando problemáticas e anseios individuais, de classes, de gêneros, de grupos sociais, locais, regionais, nacionais e mundiais, que projetam a cidadania enquanto prática e enquanto realidade histórica (BRASIL, 2000).

Já as demais palavras-chaves não foram encontradas dentro do contexto de pesquisa deste trabalho.

E assim encerramos a análise dos PCNEM (2000), concluindo que a continuidade esperada sobre a introdução da educação sexual na escola no ensino médio não foi contemplada nesses documentos. Pois, ao que parece, os PCNEM não optaram pela “manutenção tradicional”, ao se negar a falar e citar no viés biologicista, muito menos no viés higienista (FERREIRA, 2020), assim como não encontramos nenhuma referência inovadora, como foi proposto no Volume I (Bases Legais). Com isso, o currículo dessas temáticas fica sujeito às informações produzidas para o ensino fundamental, deixando uma lacuna enorme relacionado à educação sexual no ensino médio.

Diante da lacuna deixada no documento de 2000, ao analisarmos os PCN+, observamos que sua principal função foi tentar resolver esse problema, uma vez que as palavras-chaves propostas aparecem com mais frequência nas Orientações Educacionais

Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais, no entanto, sempre levando para a prevenção de doenças, higienista e biologicista.

Apresentaremos os resultados na pesquisa realizada nos PCN+, de forma resumida, para não se tornar uma leitura cansativa, uma vez que já foi apresentado nos PCN para o ensino fundamental e para o PCEM (2000), praticamente os mesmos assuntos e orientações.

Começaremos pela palavra sexo, que foi encontrada duas vezes no caderno de Ciências Humanas e suas Tecnologias, no subitem: Sugestões de Organização de Eixos Temáticos em História - Eixos Temáticos: Cidadania, Diferenças e Desigualdades (Igualdade entre os *sexos*) e no eixo Cultura e Trabalho (Divisão entre os *sexos* nas sociedades indígenas brasileiras). As palavras sexualidade, sexual, corpo, mulher, reprodução e anatomia não aparecem nesse caderno. As palavras homem e gênero aparecem fora do contexto desta pesquisa.

No caderno II Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, a palavra sexo apareceu duas vezes, na disciplina de biologia, nas unidades temáticas de saúde. A palavra sexualidade aparece de forma mais significativa, seis vezes para ser mais exato, assim como a palavra gênero que aparece três vezes, sendo, duas delas sobre gênero literário e uma relacionada à sexualidade, também dentro da disciplina de biologia:

Analisar de que maneira textos didáticos, revistas, jornais, programas de tevê e rádio tratam questões relativas à sexualidade como as questões de gênero, as expressões da sexualidade, as relações amorosas entre jovens, as doenças sexualmente transmissíveis, distinguindo um posicionamento isento, bem fundamentado do ponto de vista científico, da simples especulação, do puro preconceito ou de tabus. Distinguir, entre as principais doenças identificadas, as infectocontagiosas e parasitárias, as degenerativas, as ocupacionais, as carências, as sexualmente transmissíveis (DST) e as provocadas por toxinas ambientais (BRASIL, 2002, p.35).

A palavra sexual e reprodutiva aparece uma vez, voltada para questões relacionadas às agressões à saúde das populações: “Escolher medidas que representem cuidados com o próprio corpo e promovam a *saúde sexual e reprodutiva* dos indivíduos” (BRASIL, 2002, p.42).

A palavra corpo foi encontrada onze vezes. No entanto, somente nove estão relacionadas à saúde sexual, higiene e sexualidade, dentre as quais citamos:

Ampliam também suas capacidades de valorizar os cuidados com o próprio *corpo*, de entender que a sexualidade é algo inerente à vida e à saúde e de compreender que boas condições de moradia, saneamento, trabalho, transporte, lazer, alimentação são essenciais para o bem-estar de todos nós, tanto quanto a ausência de doenças (BRASIL, 2002).

A palavra homem aparece algumas vezes, no entanto, fora do contexto desta pesquisa. As palavras mulher e anatomia foram encontradas uma vez, sendo que a palavra reprodução foi encontrada empregada em várias orientações, menos para reprodução humana.

Neste bloco, encontramos algumas das palavras-chaves, principalmente na disciplina de Biologia, no entanto, como aconteceram nos demais documentos, estão sempre voltadas para o viés da prevenção de doenças, higienista e biologicista.

E no último bloco dos cadernos dos PCN+ que contemplam as Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, a situação não melhorou, uma vez que os resultados encontrados foram quase os mesmos do bloco de linguagem e código dos PCNEM (2000).

A palavra sexo aparece três vezes, sendo que todas estão relacionadas ao sexo (masculino, feminino), assim como nesta fala “Cabe ao professor valorizar todos os alunos – independentemente de etnia, *sexo*, registro linguístico, classe social, religião ou nível de habilidade – assim como favorecer discussões sobre o significado do preconceito, da discriminação e da exclusão” (BRASIL, 2002, p. 149). A palavra sexualidade é apresentada, duas vezes, de forma vaga; e suas variantes sexual, uma vez e sexuais, duas vezes.

A palavra gênero, como no outro bloco de linguagem e código, foi muito utilizada, no entanto, apenas no sentido de gêneros discursivos ou às suas variantes linguísticas e às formas textuais.

Essa análise serviu tanto para conhecer melhor esses documentos, quanto para verificarmos a importância dos PCN na introdução da educação sexual na escola brasileira. No entanto, vimos que esses documentos poderiam ter explorado mais sobre os conceitos que envolvem a educação sexual, perdendo, dessa forma, a oportunidade de proporcionar ao educador formas e subsídios necessários para implantar a proposta de combate ao preconceito e à discriminação sexual (BRAGA, 2006; DINIS e ASINELLI-LUZ, 2007). Propor rupturas, desestruturar e problematizar as redes de poder sobre as quais a identidade e a diferença são produzidas, é umas das maneiras de possibilitar a “abertura para um outro mundo que podemos pensar na pedagogia como diferença” (SILVA, 2014, p.101; FERREIRA, 2020).

Antes de passarmos para o próximo tópico, é importante lembrar que no Brasil, a educação sexual, no âmbito do currículo escolar oficial, ainda não é uma disciplina obrigatória, e sim, uma temática que deve ser ensinada de forma transversal nos múltiplos conteúdos, conforme orientação dos PCN, em que o livro paradidático, por exemplo, constitui-se num recurso metodológico constante e indispensável no dia a dia da sala de aula (FURLANI, 2007).

2.4.2 Plano Nacional de Educação (PNE)

O Brasil vem tentando padronizar um sistema educacional com a unificação de conteúdos e avaliações nos currículos escolares desde a era Vargas (VIEIRA, RAMALHO e VIEIRA, 2017). Segundo esses autores, em seu artigo "A Origem do Plano Nacional de Educação e Como Ele Abordou as Questões de Gênero" (2017), foram através da criação do Conselho Nacional de Educação (CNE) em 1931 que essa realidade se tornou mais próxima com a formatação do Plano Nacional de Educação, o qual ratificou a necessidade de criar um conjunto de metas que contemplasse as diversidades regionais de todo o território nacional (VIEIRA, RAMALHO E VIEIRA, 2017).

Proponho que o Conselho Nacional de Educação, tendo presente os objetivos patrióticos de sua instituição e fazendo uso das atribuições fundamentais, que lhe confere o decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931, designe uma ou mais comissões para o preparo e a redação de um plano nacional de educação, que deve ser aplicado e executado dentro de um período de tempo, que nele será fixado (Cury, 2011, p.798).

Dessa forma, surgiram duas vertentes de pensamentos e maneiras de pensar a respeito da construção de uma educação unificada em todo o país. Por um lado estavam os pioneiros da educação (também conhecidos como defensores da Escola Nova) os quais tinham como principais integrantes: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Antônio F. Almeida Junior, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes, entre outros e do outro lado os representantes da igreja católica que eram mobilizados por D. Sebastião Leme e um grupo de intelectuais, políticos, diplomatas que se empenhavam em defender a religião católica acima de tudo de qualquer forma (VIEIRA, RAMALHO E VIEIRA, 2017).

Os representantes da Escola Nova defendiam um ensino diferenciado, onde o aluno além de reproduzir o conhecimento também descobria o aprendizado através de experiências que lhes davam oportunidade de tornarem-se cidadãos críticos de um país democrata. O principal objetivo desses idealizadores era criar escolas democráticas as quais incentivassem a formação humana e crítica dos discentes (VIEIRA, RAMALHO E VIEIRA, 2017).

Por outro lado, os representantes da igreja católica defendiam um ensino dito tradicional nas escolas, onde o professor era o detentor principal do saber, quem regia e ditava o ensinamento, enquanto os alunos seriam apenas os aprendizes que deveriam absorver somente o que era ensinado. Dessa forma, a religião católica se fortalecia no país com voz ativa na criação do PNE (VIEIRA, RAMALHO E VIEIRA, 2017).

No entanto, o primeiro PNE brasileiro só foi concretizado em 1962, e não foi criado como um projeto de Lei e sim como um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem

alcançadas num prazo de oito anos (Brasil, 2000, p.6; VIEIRA, RAMALHO e VIEIRA, 2017). Somente em 09 de janeiro de 2001 o PNE (2001-2010) se tornou Lei Nº 10.172, sendo constituído por 295 metas e 11 temas, cada qual com três subitens: Diagnóstico, Diretrizes e Objetivos e Metas (AGUIAR, 2010).

Ao se tratar sobre educação sexual, o PNE (2001-2010) fez algumas menções e estabeleceu algumas políticas. Com relação aos objetivos e metas para o Ensino Fundamental estabeleceu como critérios que a seleção dos livros didáticos devia considerar “a adequada abordagem das questões de gênero e etnia e a eliminação de textos discriminatórios ou que reproduzam estereótipos acerca do papel da mulher, do negro e do índio” (BRASIL, 2001). No ensino superior, ressaltava que as Diretrizes curriculares dos cursos de formação de docentes deviam incluir os temas transversais, principalmente relacionados a gênero, educação sexual, ética (justiça, diálogo, respeito mútuo, solidariedade e tolerância), pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e temas locais (BRASIL, 2001). E nas diretrizes de formação dos professores para a Educação Básica incluiu as “questões relativas à educação dos alunos com necessidades especiais e das questões de gênero e de etnia” (BRASIL, 2001).

Dessa forma, ao estabelecer essas metas relacionadas à educação sexual, o PNE (2001-2010) tinha como principal objetivo quebrar paradigmas relacionados ao preconceito e discriminação que giram em torno dessa temática, promovendo um espaço legitimado para o diálogo e debates sobre a sexualidade no ambiente escolar (CARVALHO, 2021).

Antes do término da aplicação do PNE de 2001-2010, o CNE iniciou os trabalhos em prol da formatação de um novo PNE. No entanto, é importante dizer que nesse período o país estava sendo governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que teve a princípio como presidente Luís Inácio Lula da Silva, que vinha de movimentos sindicais e trazia como bandeira as mudanças nas desigualdades sociais no Brasil, governando durante o período de 2003-2010, seguido por Dilma Rousseff (2011-2016), que sofreu impeachment no segundo mandato (ALMEIDA, 2022).

Durante esse período, segundo Almeida (2022), houve um crescimento considerável na criação de políticas de inclusão, proteção e acesso à saúde, voltadas para a população pobre do país. Dessa forma, as ações governamentais do “lulismo” (junção de Lula e Dilma), dentre outras, era oportunizar a participação política de grupos marginalizados e excluídos pelas suas diferenças sexuais e de gênero na construção do sistema educacional brasileiro (ALMEIDA, 2022).

Nesse contexto, o PNE 2001-2010, não sofreu muitas ressignificações voltadas para a educação durante o governo dos petistas. No entanto, com a necessidade de criação do novo

PNE, surgiu uma versão provisória do referido documento durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2010 a 2014), previsto para o decênio 2011-2021 (ALMEIDA, 2022). A intenção da presidenta (como a mesma preferia ser chamada) era aumentar o investimento do PIB (Produto Interno Bruto) na criação de novas políticas educacionais, como metas e objetivos do PNE, passando a ser de 54,5 bilhões (2010) e 100 bilhões em 2016 (CARDOSO NETO; NEZ, 2021). Porém, o que aconteceu foi bem diferente, uma vez que o PNE 2011-2021, diante das inúmeras críticas e especulações vindas dos Partidos Conservadores, Movimentos da Nova Direita Alternativa e Bancada Religiosa, acabou sendo reformulado e substituído pelo PNE 2014-2024 (ALMEIDA, 2022).

Vale ressaltar que antes de sua aprovação, o PNE 2014-2024 ficou tramitando entre o Senado e a Câmara dos Deputados por quatro anos e que durante esse período o texto da lei passou por alterações em algumas de suas partes (DOMINGUES, 2019). Ainda, segunda a autora, provavelmente a modificação mais polêmica, seja referente a uma das diretrizes contempladas pelo PNE, que faz parte de um dos substitutivos apresentados pela Câmara em 2012, que diz: “São diretrizes do PNE [...] III - a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual e na erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2012). As discussões sobre a exclusão ou permanência de termos como “gênero” e “sexualidade” no novo PNE estendeu-se das plenárias para a mídia digital, tendo de um lado os que defendiam a retirada dos referidos termos e do outro, grupos que prezavam pela permanência ou inclusão desses termos nos referidos documentos. E no final, a diretriz supramencionada foi reformulada para: “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2012, p. 214) e as questões de gênero, educação sexual e sexualidade foram retiradas da versão final do documento (DOMINGUES, 2019; ALMEIDA, 2022).

Diante disso, mesmo não retirando seu caráter inclusivo e democrático, a omissão de gênero, sexualidade e educação sexual na tramitação da Lei nº 13.005/14 reflete um discurso enunciado não só na sociedade brasileira, mas em muitas partes do mundo e que vem se pronunciando de forma contrária e negativa a discussões que incluem esses temas, inclusive, movimentos contra a “ideologia de gênero” vêm trabalhando de forma a distorcer os trabalhos desenvolvidos no âmbito da educação sexual no país (SEFFNER, 2016; FERREIRA, 2020). Para Cara (2016) e Ferreira (2020) nada justifica a exclusão da educação sexual e da discussão sobre questão de gênero no PNE 2014-2024, uma vez que a escola tem a missão de garantir respeito perante a sociedade e defender todas as formas de identidade e essa omissão

poderá acarretar na reflexão sobre um país que é machista, misógino, homofóbico, levando a um grave recuo.

Esse retrocesso relacionado à exclusão da educação sexual no PNE 2014-2024, acabou servindo como base para a edição da terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que teve sua aprovação no ano de 2018, após votação popular em 2017 e na qual foi retirada, também, de sua redação, questões relacionadas a gênero e educação sexual nas escolas brasileiras (ROSENO; SILVA, 2017), assunto do nosso próximo tópico.

2.4.3 A Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular é uma exigência colocada para o sistema educacional brasileiro pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996; 2013), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (BRASIL, 2009) e pelo Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014), e deve se constituir como um avanço na construção da qualidade da educação (BRASIL, 2016). É um documento normativo, que significa que deverá ser seguido integralmente por todas as escolas do país, opondo-se ao caráter orientador dos PCN, e tem como objetivo sinalizar os percursos de aprendizagem e desenvolvimento dos discentes da Educação Básica (SILVA, BRANCALEONI, OLIVEIRA, 2019).

Em sua trajetória, foram publicadas três versões para a BNCC, sendo que a primeira foi lançada em 2015, a segunda em 2016 e a terceira em 2017/2018. Durante esse processo de atualizações, esse documento sofreu várias alterações, principalmente no que concerne à educação sexual (ARAÚJO, 2021). Para analisar essas três versões, usaremos palavras-chaves, tais como “sexualidade”, “sexo”, “gênero”, “educação sexual” e “orientação sexual”.

Na primeira versão da BNCC, as palavras sexualidade e gênero aparecem nos objetivos gerais do componente curricular arte na educação básica:

Conhecer, fluir e analisar criticamente diferentes práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social e em diferentes sociedades, em distintos tempos e espaços, respeitando as diferenças de etnia, gênero, sexualidade e demais diversidades (BRASIL, 2015, p. 87)

Dando continuidade à nossa busca pela palavra sexualidade, ainda a encontramos nos componentes curriculares para o nono ano (9º), fazendo referência ao processo que os adolescentes passam durante a puberdade, sendo necessário ajudá-los a conhecer as mudanças físicas, fisiológicas e comportamentos relacionados à sexualidade e a divulgação das ISTs, denominada Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), no documento oficial (BRASIL,

2015, p. 183). Também encontramos menção à sexualidade, na disciplina de Biologia, na área de Ciências da Natureza no ensino médio, falando sobre a importância do ensino sobre a sexualidade e saúde, assim como a relevância dos assuntos relacionados à identidade étnico-racial e racismo, gênero, sexualidade, orientação sexual, homofobia, gravidez e aborto na formação dos adolescentes e jovens (BRASIL, 2015). Dessa forma, a sexualidade é apresentada somente em sua dimensão biológica, na qual são contemplados conteúdos vinculados à anatomia e à fisiologia da reprodução humana, adquirindo conotações de controle de condutas sexuais com objetivo de abrandar problemas de saúde pública, que vai desde os vinculados ao contágio e transmissão de IST, até aos índices de gravidez na adolescência, reforçando o trinômio corpo-saúde-doença que, dentre outros aspectos, está voltado para os pressupostos médico-higienistas. (SILVA, BRANCALEONI, OLIVEIRA, 2019).

A palavra sexo aparece duas (02) vezes, uma no processo de formação de identidades políticas e culturais, do segundo ano do ensino médio (2º): compreender a perspectiva socioantropológica sobre sexo, sexualidade e gênero (BRASIL, 2015, p. 301). E na compreensão das formações políticas, da democracia e da cidadania e compreensão sociológica do trabalho, no bloco do terceiro ano do ensino médio (3º): problematizar a divisão de classes no modo de produção capitalista, a divisão do trabalho segundo o sexo e as implicações para as relações de gênero e a divisão de trabalho segundo cor, raça ou etnia.

A palavra gênero aparece setenta e oito (78) vezes, no entanto, apenas três (03) estão relacionadas com as práticas voltadas ao ensino da diversidade sexual no ambiente escolar, como apresentados nos parágrafos supracitados, as demais se referem ao sexo masculino e feminino e outras estão direcionadas a área da disciplina Língua Portuguesa, no uso de gêneros literários, da tipologia textual, do gênero discursivo, etc. Araújo (2022), destaca que mesmo com um número baixo, essa versão da BNCC foi a que abordou a temática relacionada a gênero com mais pontualidade.

Não encontramos menção à Educação sexual no documento. E orientação sexual foi mencionada uma vez, como assunto a ser ensinado na disciplina de Biologia, no ensino médio, fazendo menção à importância do jovem estar bem informado para ter autonomia e poder de decisão diante das questões do mundo contemporâneo que envolva temas diversos, como identidade étnico-racial e racismo; gênero, sexualidade, orientação sexual e homofobia; gravidez e aborto; problemas socioambientais relativos à preservação da biodiversidade e estratégias para desenvolvimento sustentável; problemas relativos à biodiversidade, tais como produção de transgênicos, clonagem de órgão e terapia por células-tronco (BRASIL, 2016).

Nessa versão do documento, os temas relacionados à sexualidade, sexo, gênero e orientação sexual (educação sexual) foram abordados de forma a proporcionar aos discentes uma boa relação com as diferenças, oferecendo um ambiente com menos casos de homofobia; desmistificando que a mulher é um sexo frágil, que seu lugar é no lar, cuidando dos filhos ou servindo como objetivo de satisfação dos desejos e vontades masculinas e que o homem tem o dever de prover a renda e ser o chefe alfa da família (SILVA, 2020). Ainda segundo a autora, nessa versão é garantida a abordagem de questões relevantes para cada etapa escolar, trabalhando para a construção de um sujeito crítico capaz de refletir sobre o assunto exposto (SILVA, 2020).

Partindo desse pressuposto, iniciamos a análise da segunda versão da BNCC, onde encontramos quase todas as palavras-chaves propostas, menos educação sexual como veremos no decorrer da análise.

A palavra sexualidade aparece quinze (15) vezes, quase sempre associada a gênero, orientação sexual e homofobia, vejamos um trecho significativo que não foi apresentado na primeira versão:

Os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental inserem-se em uma faixa etária que corresponde a transição entre infância e adolescência, marcada por intensas mudanças decorrentes de transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais. Nesse período de vida, os/as estudantes modificam os vínculos sociais e os laços afetivos, “intensificando suas relações com os pares de idade e as aprendizagens referentes a **sexualidade** e as **relações de gênero**, acelerando o processo de ruptura com a infância na tentativa de construir valores próprios (Brasil, 2013, p.110).

Segundo Silva (2020), culturalmente, a sexualidade está relacionada ao corpo, ao biológico, ao sexo, ao prazer. Diante disso, dificulta a discussão do termo nos ambientes escolar e familiar. Sendo que no espaço escolar o assunto é abordado somente nas aulas de Ciências da Natureza e Biologia e na família, raramente as meninas tem abertura para conversar sobre a temática e os meninos sofrem da mesma maneira (SILVA, 2020).

Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2000, p. 9).

A palavra sexo, assim como na primeira versão, aparece duas vezes (02) no documento, na organização do componente Biologia no ensino médio:

Nas questões relacionadas à determinação genética do **sexo** é importante ponderar a diversidade presente em todos os domínios de seres vivos. Porém, é importante também o destaque para a espécie humana, mostrando que as ideias sobre **sexo** e gênero também são construções sociais e que a normalidade é um conceito relativo (BRASIL, 2016).

A palavra gênero aparece trezentos e trinta e quatro (334) vezes no documento. Como na primeira versão, algumas estão associadas à disciplina de Língua Portuguesa como gêneros literários, outras ao sexo no sentido biológico (masculino e feminino) e há aquelas que estão relacionadas à sexualidade, onde enfatiza a busca pelo respeito à diversidade, preza a valorização e a convivência com as diferenças, e aborda os direitos das crianças, adolescentes, jovens e adultos:

As crianças, adolescentes, jovens e adultos, sujeitos da Educação Básica, têm direito: ao respeito e ao acolhimento na sua diversidade, sem preconceitos de origem, etnia, **gênero**, orientação sexual, idade, convicção religiosa ou quaisquer outras formas de discriminação, bem como terem valorizados seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual devem se comprometer (BRASIL, 2016, p.34).

Com relação à orientação sexual, foram mencionada três (03) vezes no documento, duas (02) relacionadas aos conhecimentos conceituais em Biologia: “...*identidade étnico-racial e racismo; gênero, sexualidade, orientação sexual e homofobia; gravidez e aborto...*” e uma (01) relacionada aos direitos das crianças, adolescentes, jovens e adultos, sujeitos a educação básica.

A segunda versão da BNCC manteve sua posição com relação à abordagem de assuntos relacionados à sexualidade e educação sexual na escola, na verdade ampliou as questões relacionadas à sexualidade, uma vez que na primeira versão a mesma foi mencionada cinco (05) vezes e neste novo documento, encontramos quinze (15) vezes.

Bem diferente do que vinha apresentando e defendendo em suas versões anteriores, a BNCC em sua terceira versão, por estar alinhada ao PNE (2014-2024), traz consigo um retrocesso nos assuntos relacionados à sexualidade e educação sexual na escola.

Nesse documento, as palavras-chaves “orientação sexual”, (educação sexual) e “gênero” referindo-se à sexualidade, foram excluídos totalmente em suas seiscentas páginas (BRASIL, 2017). Enquanto a palavra-chave “sexualidade” aparece em apenas três momentos: na página 329 apresentando a unidade curricular Ciências; na página 350 quando é apresentado como objeto de conhecimento do oitavo ano os “*Mecanismos reprodutivos e Sexualidade*” e na página 351 na habilidade de ciências para os oitavos anos: (EF08CI11) – “*Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)*”.

E a palavra “sexo”, aparece três vezes nessa versão, todas associadas ao sexo no sentido biológico (homem/mulher). Dessa forma, podemos observar logo na apresentação do documento: “*São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, **sexo** e condição socioeconômica de suas famílias*”. Na disciplina de Ciências 5º ano: “(EF05CI08) *Organizar um cardápio equilibrado com base nas características dos grupos alimentares (nutrientes e calorias) e nas necessidades individuais (atividades realizadas, idade, **sexo** etc.) para a manutenção da saúde do organismo*” e na disciplina de geografia do 7º ano: “(EF07GE04) *Analisar a distribuição territorial da população brasileira, considerando a diversidade étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática), assim como aspectos de renda, **sexo** e idade nas regiões brasileiras*” (BRASIL, 2017).

Nessa versão, a BNCC sofreu um retrocesso no qual as palavras gênero e a expressão orientação sexual foram totalmente excluídas. Isso aconteceu, provavelmente, por causa das pressões de grupos políticos e religiosos. Corroborando com essa afirmativa, Monteiro e Ribeiro (2020) dizem que a palavra gênero e a expressão orientação sexual foram excluídas da versão final da BNCC devido aos movimentos de grupos políticos conservadores, associados a instituições religiosas.

Um dos movimentos que mais se destaca é o movimento denominado “Escola sem Partido” que ganhou força com o reavivamento do neoconservadorismo, em 2015, período também da publicação da primeira versão da BNCC, onde o país ainda estava sendo governado pela gestão petista (PT) que tentava criar e inserir políticas de diversidade, tendo como uma das propostas inserir temas como gênero, educação sexual e sexualidade na Base, no entanto, em meio a tudo isso, havia uma grande discussão e representações políticas e religiosas contra essa política (NOGUEIRA, 2019).

O movimento “Escola sem Partido” é um movimento criado com base em um ambiente religioso conservador dos Estados Unidos, que defende a neutralidade de ensino, justamente pela dificuldade de aceitar as diferenças, sendo constituído pela junção de paradigmas biologistas, religiosos e políticos partidários da nova direita alternativa no Brasil (LIMA; LIMA, 2020). Dessa forma, a “Escola sem Partido” defende a exclusão das diferenças que não sejam “brancas, heterossexuais e detentoras do poder” (MOREIRA, 2019, p. 65), assim como as crianças que não nasceram em lares conjugais e heteroparentais são discriminadas, violentadas ou excluídas (ALMEIDA, 2022).

A influência desses movimentos que trazem um discurso “conservador da moral cristã” e pela Bancada religiosa parlamentar que abolem qualquer tema relacionado à

educação sexual na escola, definindo a família tradicional como “[...] uma união formada por um homem e uma mulher, privilegiando a configuração heterossexual de família” (DIAS, 2017, p. 52), acabaram alcançando seus objetivos de luta, com a retirada desses temas tanto do PNE 2014-2024, quanto da terceira versão da BNCC.

Essa questão torna-se um problema a partir da constatação que a BNCC é um documento normativo que serve como orientação de matrizes curriculares da educação básica em todo o país, e essa postura adotada com a retirada da educação sexual e temas correlacionados nessa última versão abriu precedentes para que essa temática não seja incluída nos currículos educacionais do país (SILVA, BRANCALEONI e OLIVEIRA, 2019).

Portanto, concluímos através dessa análise, que houve uma descaracterização nesta última versão do que vinha sendo orientada através dos documentos oficiais anterior, com referência a inclusão de temáticas relacionadas a gênero, educação sexual e sexualidade na escola, como por exemplo, nos PCN e as OCEM, no PNE 2001-2010, nas versões um e dois da BNCC, etc. Dessa forma, acreditava-se que com o passar dos anos, os PCN seriam substituídos ou complementados por uma política mais inclusiva, uma vez que em sua época de construção e publicação, questões como identidade de gênero, heteronormatividade e homofobia, ainda não eram discutidas com a necessidade e a intensidade dos dias atuais. No entanto, a superficialidade e a retirada de tópicos importantes sobre a educação sexual no PNE 2014-2024 e nesta terceira versão da BNCC, deixaram todos os educadores e estudiosos que buscam uma educação sexual emancipatória muito apreensivos e preocupados com essa situação (VITOR, MAÍSTRO e TSUZUKI, 2021, p. 14/15).

2.5 EDUCAÇÃO SEXUAL NOS DOCUMENTOS DO INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO E CAMPUS SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) foi criado pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a partir da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (CEFET-MA) e das Escolas Agro técnicas Federais de Codó, São Luís e São Raimundo das Mangabeiras. Atualmente, o IFMA possui 29 campi distribuídos por todas as regiões do Maranhão. A instituição oferece cursos de nível básico, técnico, graduação e pós-graduação para atender à comunidade (PDI, 2019).

Segundo o autor Fogaça (1995), a Educação Tecnológica não deve ser entendida apenas como um novo nome para a Formação Profissional ou para o Ensino Técnico e das Engenharias e sim, como um conjunto amplo de educação que envolve: a educação, a formação profissional, as atividades educativas não formais, os cursos de treinamento, de atualização entre outros. Dessa forma, todos os campi têm autonomia para programar cursos a partir das demandas econômicas e sociais da área de sua influência com o objetivo de cumprir sua missão. O IFMA tem como missão institucional promover educação profissional, científica e tecnológica, por meio da integração do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação do cidadão e no desenvolvimento socioeconômico sustentável (PDI, 2019).

Os cursos implantados no IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras possuem uma organização curricular baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96 e alterações da Lei 11. 741/2008; Nos Decretos nº. 5154/2004 e nº 8.268/2014 que regulamentam a Educação Profissional; No Parecer nº. 11/2008 e Resoluções nº. 04/2012 e nº 01/2014 que tratam do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos de Nível Médio; Na Resolução CEB nº 06/2012 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM); Na Resolução CONSUP/IFMA nº 04/2014 que define as normas da EPTNM do IFMA e demais legislações em vigor, assegurando a autonomia e a flexibilidade, ampliando as perspectivas de ensino voltado para a formação de profissionais qualificados para o mundo do trabalho (PPI, 2019).

Diante disso, realizamos uma análise no Projeto Pedagógico Institucional - PPI (2019/2023), no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/IFMA (2019/2023), assim como, nos Planos dos Cursos Técnicos em Aquicultura, Agropecuária e Informática na forma integrada ao ensino médio do IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras, visando verificar se esses documentos contemplam a educação sexual, se é ensinada e como é abordada.

Observamos que a educação sexual foi mencionada de maneira superficial nos Planos dos referidos cursos, nas ementas das disciplinas de Educação Física, Sociologia e Biologia. Quanto ao PDI, não encontramos nenhum planejamento que envolvesse a educação sexual para no período de vigência do referido documento no Campus São Raimundo das Mangabeiras.

2.5.1 Projeto Pedagógico Institucional do IFMA (2019/2023)

O Projeto Pedagógico do IFMA tem como norteadores os pressupostos filosófico-antropológicos e sociais das três esferas constitutivas que giram em torno da existência humana: a esfera da prática social, da prática produtiva e da prática simbolizadora, que serão explicitadas por meio das concepções de trabalho, de sociedade e de cultura (PPI, 2019).

No IFMA, as práticas pedagógicas são percebidas, ainda que de forma espontânea, em alguns casos, como práticas cujas lógicas estão assentadas no mercado de trabalho; e em outros, como práticas que se preocupam com uma formação humana mais integral. Há também situações em que nestas práticas convergem ambas as posições (PPI, 2019).

Quanto à educação sexual, esse documento diz que atualmente há um crescimento da intolerância racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, deficiência, dentre outras, contrariando a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, que estabeleceu a partir de então uma dinâmica de mudanças profundas no comportamento social em todos os países possibilitando em nível internacional mecanismos jurídicos e políticos para a garantia dos direitos humanos nos países que assinaram a referida declaração (PPI, 2019, p. 28).

Diante disso, o IFMA considera a Educação em Direitos Humanos como um processo de ensino e aprendizagem que objetiva o desenvolvimento integral da pessoa, incluindo tanto a aprendizagem de ordem cognitiva quanto a social e emocional, tendo como dever, oportunizar aos envolvidos, conhecer os direitos humanos e os mecanismos existentes para a sua proteção, devendo propiciar ainda o desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos voltados para promover, defender, e reparar as violações destes direitos (PPI, 2019, p.28). No intuito de ser uma instituição verdadeiramente inclusiva e cidadã, o IFMA deve propor projetos educacionais que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico sustentável, conforme previsto na sua missão institucional da comunidade (PPI, 2019, p.29).

No entanto, no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/IFMA (2019-2023), dos vinte nove (29) Campi do IFMA, apenas cinco (05) apresentaram projetos voltados para a educação sexual, como veremos a seguir.

2.5.2 Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMA (2019/2023)

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um documento que sintetiza as ações pedagógicas e administrativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), planejadas para o período de 2019 a 2023, traçando um panorama

histórico do IFMA, descrevendo seu perfil institucional, sua missão, visão e valores. Integram também o documento as políticas de ensino, pesquisa e extensão; planos de oferta de cursos nos diferentes níveis e modalidades educacionais; relações internacionais e mobilidade acadêmica; infraestrutura física, de gestão e tecnológica, contemplando-se as ações de acessibilidade; organização de pessoal dos corpos docente e técnico-administrativo; mecanismos de avaliação e autoavaliação (PDI, 2019, p.11).

O Portfólio de Projetos Estratégicos consiste em um conjunto de projetos que o IFMA implementará no âmbito do planejamento estratégico institucional. Cada projeto está diretamente relacionado ao Mapa Estratégico, o que representa um esforço concreto da instituição em efetivar o alcance dos objetivos e obter resultados (PDI, 2019).

Quando pesquisamos sobre educação sexual, novamente, o IFMA reafirma seu compromisso em garantir os Direitos Humanos, onde diz:

A concepção de Direitos Humanos no IFMA tem como pilar fundamental a dignidade da pessoa humana, o que significa dizer que em todas as suas atividades deve ter como foco, em primeiro lugar, o desenvolvimento do potencial humano em sua plenitude. Para tanto, coaduna com o fato de que todos os integrantes da humanidade são iguais no que tange ao exercício dos direitos que integram a sua cidadania, independentemente de quaisquer fatores, tais como etnia, gênero, religião, orientação sexual, classe social dentre outros, conforme prevê a Constituição Federal do Brasil (PDI, 2019, p.60).

No entanto, apenas os Campi Porto Franco, Presidente Dutra, Santa Inês, São Luís – Maracanã e São Luís – Monte Castelo, apresentaram projetos contemplando a educação sexual no PDI/IFMA (2019-2023). Esses projetos têm como títulos:

- Campus Porto Franco: PERCEPÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DO IFMA PORTO FRANCO SOBRE OS PRINCIPAIS TEMAS DA EDUCAÇÃO SEXUAL;
- Campus Presidente Dutra: VIOLÊNCIA DE GÊNEROS; GÊNERO E SEXUALIDADE EM GIOVANNI'S ROOM DE JAMES BALDWIN: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS REFERENCIAIS DA HISTÓRIA E DA LITERATURA;
- Campus Santa Inês: CONSTRUINDO IDENTIDADES: UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O PERFIL ÉTNICO-RACIAL, CLASSE E GÊNERO NAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS DISCENTES DO IFMA CAMPUS SANTA INÊS;
- Campus São Luís – Maracanã: RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVERSIDADE ÉTNICA E SEXUAL (PROFA. SOCORRO BOTELHO); RELAÇÕES DE

GÊNERO NO ENSINO DE CIÊNCIAS NO ENSINO MÉDIO TÉCNICO INTEGRADO: DISCUTINDO ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO;

- Campus São Luís – Monte Castelo: A CORPORALIDADE DOS GÊNEROS DA DANÇA: DISCUTINDO A CONSTITUIÇÃO DE GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR.

Ao analisarmos esses documentos, observamos que o IFMA defende a preservação dos Direitos Humanos, incluindo o direito à educação sexual, entretanto, na prática, foram poucos Campi que se comprometeram através do PDI (2019-2023) em realizar trabalhos voltados para essa temática, inclusive o Campus São Raimundo não apresentou nenhuma ação em prol da educação sexual.

Diante dessa premissa, podemos afirmar que a educação sexual não é contemplada no PDI (2019-2023) do IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras. Isso é preocupante, uma vez que esse documento serve como base para implantação de projetos e ações dos Campi, tendo vigência de cinco anos. Outra questão relevante é que durante esse período a educação sexual, provavelmente, foi abordada com pouca frequência e de maneira superficial nessa instituição, com base na análise realizada nos Planos de Cursos dos Cursos Técnicos na forma integrada, que apresentamos a seguir.

2.5.3 Plano do Curso Técnico em Aquicultura na Forma Integrada ao Ensino Médio

O Curso Técnico em Aquicultura na forma integrada ao Ensino Médio do Campus São Raimundo das Mangabeiras foi criado pela resolução nº 112 de 2018, de 10 de dezembro de 2018, aprovada pelo Conselho Superior do Instituto Federal do Maranhão.

Dentre os princípios norteadores do PPC/Aquicultura, destaca-se a contextualização, a interdisciplinaridade e o comprometimento com a transformação social. A contextualização pressupõe a veiculação dos conteúdos trabalhados às práticas sociais do dia a dia e aos saberes prévios dos alunos, possibilitando uma educação pautada na valorização da vivência dos educandos. Por sua vez, a interdisciplinaridade traz a proposta de exploração ampla do potencial de cada disciplina, através da articulação entre elas, estimulando a inovação, a criatividade e a diversidade. E o comprometimento com a transformação social tem como referência a utilidade social, ou seja, a organização e seleção de conteúdos que em favor do reconhecimento do ser humano como ser social e protagonista de sua realidade, como ser ativo e crítico capaz de transforma-la (PPC/AQUICULTURA, 2018, p. 16).

O PPC/Aquicultura do IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras diz que deve ser assegurado o direito à promoção de uma sociedade mais justa e igualitária, através da inserção de conteúdos relativos a Direitos Humanos e prevenção da violência, de acordo com a Lei 13.010/14, a qual deverá acontecer de maneira transversal, em todas as disciplinas (PCT, 2018, p.19).

Quanto ao ensino de Educação Sexual, encontramos uma breve menção na ementa da disciplina de Educação Física sobre noções de corpo, saúde e lazer (PCT, 2018, p.27) assim como na ementa da disciplina de Sociologia onde diz que deverá ser abordado sobre culturas brasileira, manifestações culturais, diversidade, ideologia, raça, etnia, gênero, violência e ideologia (PCT, 2018, p.37). E na ementa da disciplina de Biologia, onde fala sobre reprodução e desenvolvimento embrionário e fisiologia humana: sistema reprodutor (PCT, 2018, p.40).

2.5.4 Plano do Curso Técnico em Agropecuária na Forma Integrada ao Ensino Médio

O Curso Técnico em Agropecuária na forma integrada ao Ensino Médio do Campus São Raimundo das Mangabeiras foi criado pela resolução nº 020 de 2011, aprovada pelo Conselho Superior do Instituto Federal do Maranhão e atualizado pela resolução nº 067 de 2013 que excluiu a obrigatoriedade do estágio supervisionado. O Plano do referido curso tem como objetivo a atualização das premissas básicas deste que é um instrumento normalizador das concepções e práticas acordadas e desenvolvidas no IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras (PPC/AGROPECUÁRIA, 2019).

O currículo foi organizado a partir do estudo do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e adaptado às necessidades apresentadas pelos arranjos socioprodutivos locais e regionais (PPC/AGROPECUÁRIA, 2019).

Ao analisar na íntegra esse documento, notamos que a educação sexual é abordada, da mesma forma que no curso de aquicultura, ou seja, nas ementas das disciplinas de Educação Física, Sociologia e Biologia, com os mesmos conteúdos supracitados e de maneira superficial.

2.5.5 Plano do Curso Técnico em Informática na Forma Integrada ao Ensino Médio

O Curso Técnico em Informática na forma integrada ao Ensino Médio do Campus São Raimundo das Mangabeiras foi criado pela resolução nº 012 de 2011 do Conselho Superior do

Instituto Federal do Maranhão. Tendo como objetivo a atualização das premissas básicas do referido curso que é um instrumento normalizador das concepções e práticas acordadas e desenvolvidas no IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras, sendo adequado às exigências do atual mercado de trabalho, bem como, priorizando os estudos locais, identificando as oportunidades ocupacionais e as tendências da dinâmica sócio produtiva global, nacional, regional e local (PPC/INFORMÁTICA, 2020).

A matriz curricular foi construída a partir do estudo da organização comercial e industrial brasileira, da sedimentação do trabalho na via produtiva e dos indicadores das tendências futuras nas relações entre capital, emprego e trabalho. Quanto às competências, baseia-se na própria estruturação do mundo do trabalho, organizado em eixos tecnológicos com atividades cujos processos produtivos são semelhantes e segmentados em funções específicas: operação de softwares; aplicação das tecnologias da Internet; redes e desenvolvimento de software (PPC/INFORMÁTICA, 2020).

Quanto à abordagem da educação sexual, não difere dos outros dois cursos anteriores (Aquicultura e Agropecuária), uma vez que encontramos menção nas ementas das mesmas disciplinas (Educação Física, Sociologia e Biologia), assim como os mesmos conteúdos.

Com base na análise documental realizada nos PPCs, podemos perceber que existe proposta para a abordagem de educação sexual no IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras, no entanto, a mesma caminha a passos curtos quando pensamos em uma educação que atenda todas as necessidades dos alunos, como vimos nas propostas das ementas dos cursos supracitados, necessitando de um avanço significativo que contemple a educação sexual de maneira transversal e menos subjetiva.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Compreender as conceituações, desafios e expectativas de docentes e estudantes sobre educação sexual no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) Campus São Raimundo das Mangabeiras.

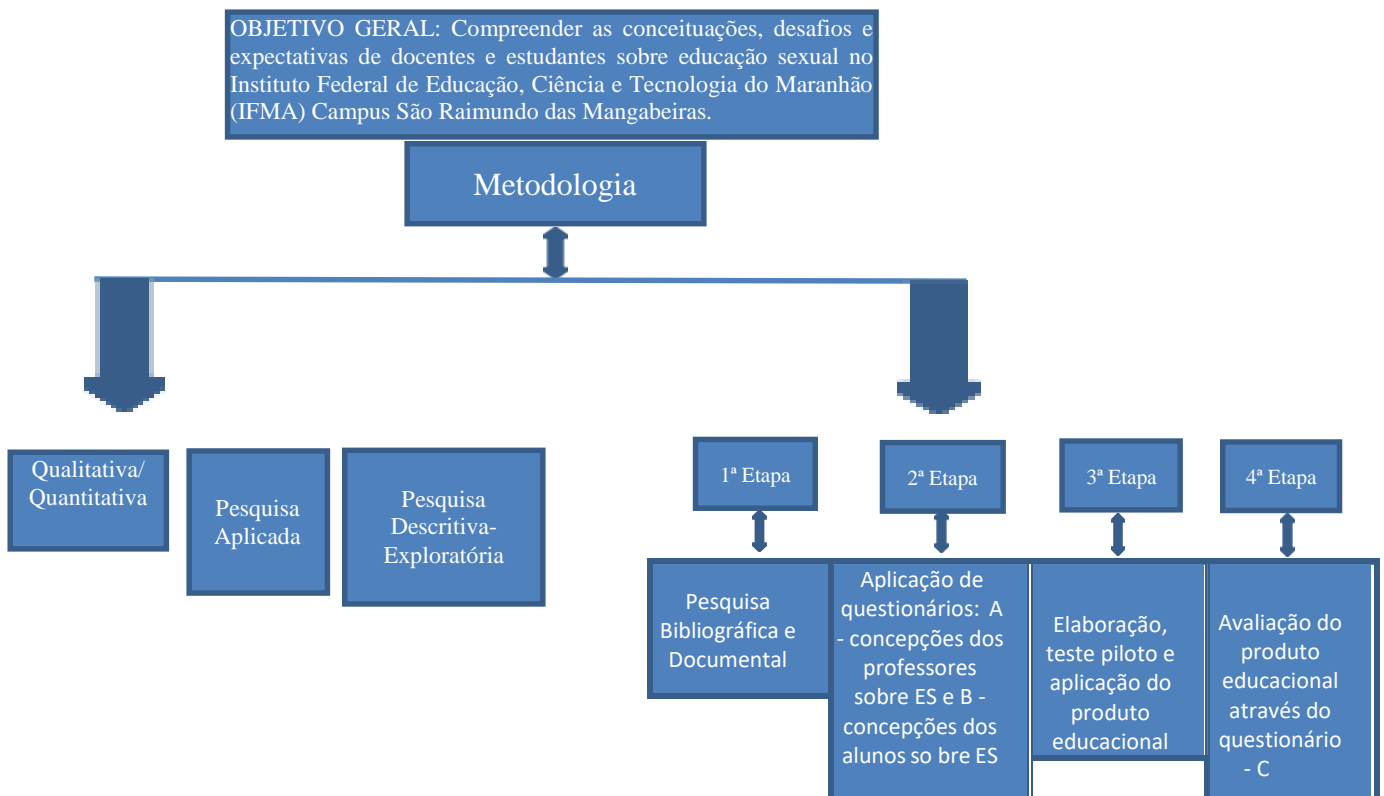
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 3.2.1 Analisar as concepções e os desafios da Educação Sexual para os docentes do IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras;
- 3.2.2 Entender as concepções e expectativas dos discentes do IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras;
- 3.2.3 Construir, a partir dos desafios e expectativas analisados, um guia educativo para auxiliar na abordagem da educação sexual.

4 NOSSO CAMINHO METODOLÓGICO PERCORRIDO

Neste capítulo apresentamos a metodologia utilizada para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa. A Figura 1 apresenta o Desenho Metodológico do Desenvolvimento da Pesquisa.

FIGURA 1 - DESENHO METODOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

4.1 LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - CEP/IF Goiano e aprovada através do PARECER Nº 5.284.768.

A Instituição onde foi realizada a pesquisa é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) Campus São Raimundo das Mangabeiras, que está localizada na Rodovia BR-230, Km 319, Zona Rural, município de São Raimundo das Mangabeiras, na região sul do estado maranhense e conta com uma população de 17.474 habitantes com áreas 3.521,513 km² e IDH 0,610 (IBGE, 2010).

Caracteriza-se como um Campus agrícola e atualmente tem ofertado os seguintes cursos: Administração (Subsequente), Agropecuária (Integrado e Subsequente), Geoprocessamento (Subsequente), Informática (Integrado) e Aquicultura (Integrado). O ensino Superior conta com as Graduações em Licenciatura em Ciências Biológicas, Bacharelado em Agronomia e Zootecnia e Pós-graduação em Informática na Educação – na modalidade a distância (EaD) e Agroecologia e Biodiversidade - Presencial.

4.2 POPULAÇÃO ESTUDADA

A população estudada foram os professores das turmas dos 3º ano do ensino médio integrado aos cursos técnicos de Agropecuária, Informática e Aquicultura que se voluntariaram a participar da pesquisa e os alunos das referidas turmas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão Campus São Raimundo das Mangabeiras, na cidade de São Raimundo das Mangabeiras - MA.

O critério de escolha dos professores foi de que todos os docentes que ministraram aulas nas turmas dos 3º ano do ensino médio integrado aos cursos técnicos de Agropecuária, Informática e Aquicultura da instituição, no ano letivo de 2022 e que se voluntariaram a participar deste trabalho de pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Já o critério de escolha dos alunos foi todos os discentes que estavam regularmente matriculados no 3º ano do ensino médio integrado aos cursos técnicos de Agropecuária, Informática e Aquicultura do Campus, no ano letivo de 2022, que se voluntariaram a participar da pesquisa e que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) no caso dos alunos que eram maiores de idade e para os menores de idade, os que os pais ou responsáveis permitiram, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) por esses menores autorizados.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa em si, segundo Marconi e Lakatos (2010, p.139) é caracterizada como a busca pelo conhecimento para responder questionamentos ou descobrir verdades parciais, através de processos formais e métodos de pensamento reflexivo.

Acerca da abordagem, essa pesquisa é qualitativa, uma vez que estávamos buscando respostas para vários questionamentos sobre o ensino de educação sexual no ensino médio. A pesquisa qualitativa busca explicações, mostrar o que deve ser feito, mais não usa números, valores ou trocas simbólicas, utilizando várias abordagens para alcançar seu objetivo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). A pesquisa também é quantitativa, pois utilizamos números na apresentação dos resultados. A pesquisa quantitativa utiliza a quantificação nas modalidades de coleta de informações e no seu tratamento, através de técnicas estatísticas, tais como percentuais, média, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, entre outros (ALIAGA; GUNDERSON, 2002).

Quanto à natureza, essa proposta se caracteriza como uma pesquisa aplicada. Segundo Fleury & Werlang (2017) a pesquisa aplicada tem a finalidade de confirmar resultados e gerar impactos, com aplicação de conhecimentos adquiridos para coletar, selecionar e processar fatos e dados.

No que tange os objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva-exploratória, uma vez que oferece meios para conhecer melhor o problema a ser estudado e ajuda na descrição dos fatos a eles associados (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Nesta pesquisa, os procedimentos metodológicos adotados foram: pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de questionários, os quais foram divididos em quatro etapas, objetivando demonstrar detalhadamente cada passo que seguimos para alcançar os objetivos propostos.

4.4 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Dividimos a pesquisa em quatro etapas, onde na primeira etapa descrevemos a pesquisa bibliográfica e documental, na segunda etapa está descrito como realizamos a coleta de dados através da aplicação dos questionários, a terceira etapa é sobre a elaboração, teste

piloto e a utilização do produto educacional e a quarta etapa descreve a avaliação do produto educacional.

4.4.1 Primeira Etapa – Pesquisa Bibliográfica e Documental

Realizamos uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados EduCapes, Scielo, Google Acadêmico, Biblioteca Digital de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – [CAPES] e nos documentos oficiais do Governo, com o objetivo de buscar conhecimentos referentes as políticas públicas voltadas para à educação sexual em sala de aula. Nas dissertações, artigos científicos e documentos oficiais encontrados analisamos a história da educação sexual no Brasil, sua trajetória, lutas e dificuldades encontradas no atual cenário político, com o objetivo de verificar como a mesma está sendo ensinada ao longo dos últimos anos, para fundamentar essa pesquisa. A pesquisa bibliográfica é caracterizada como uma síntese dos principais trabalhos realizados, possibilitando o fornecimento de dados importantes relacionados ao tema (MARCONI e LAKATOS 2010).

Antes de iniciarmos a pesquisa documental, visitamos a instituição que propomos realizar esta pesquisa, onde solicitamos ao responsável legal da instituição (Diretor Geral), autorização para realização de tal ato, através da assinatura do Termo de Anuência de Instituição Coparticipante (Apêndice 02), visando proteção tanto dos participantes da pesquisa quanto proteção legal do pesquisador. Na oportunidade, foram apresentados os objetivos, justificativas e os procedimentos metodológicos.

Na pesquisa documental, realizamos análises dos documentos da instituição selecionada, tais como: o Projeto Pedagógico Institucional (PPI/2019-2023), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/2019-2023s) e Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), a fim de analisarmos se a educação sexual está contemplada nos documentos da instituição. Para análise dos dados encontrados nos referidos documentos, utilizamos um Roteiro de Análise (Apêndice 11), no qual registramos o nome dos documentos analisados, se contemplam a educação sexual e as diretrizes de como ela deve ser ensinada. Esses documentos foram analisados dentro da própria instituição, sempre respeitando todos os protocolos preconizados para evitar o contágio da COVID-19.

4.4.2 Segunda Etapa – Aplicação de Questionários

Nesta segunda etapa, após a realização da análise documental, solicitamos aos Diretores Geral e de Desenvolvimento Educacional, permissão para adentrar nas salas de aula dos 3º ano do ensino médio integrado aos cursos técnicos de Agropecuária, Informática e Aquicultura, onde na ocasião foram repassadas todas as informações e esclarecimentos sobre a importância desta pesquisa aos alunos, bem como entregamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE - Apêndice 04) para os alunos maiores de 18 anos, visando o consentimento da participação desses alunos na pesquisa. Com relação aos alunos menores de idade, solicitamos aos referidos diretores ajuda para entrar em contato com os pais ou responsáveis legais para agendar uma reunião, que foi realizada na própria instituição, onde tivemos a oportunidade de repassar todas as informações e esclarecimentos sobre a importância desta pesquisa e solicitar que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos pais ou responsáveis (TCLE – Apêndice 03), e posteriormente, solicitamos aos alunos menores que foram autorizados pelos referidos pais ou responsáveis a participar da pesquisa, para assinar o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE - Apêndice 05). Esses documentos foram elaborados anteriormente e impressos em folhas de papéis A4.

Na oportunidade, solicitamos ainda agendamento de uma reunião com os professores que ministravam aulas nas turmas dos 3º ano do ensino médio integrado aos cursos técnicos de Agropecuária, Informática e Aquicultura. Essa reunião aconteceu em outro momento, decidido pelos professores e foi conduzida de forma presencial, obedecendo todos os protocolos preconizados para evitar o contágio da COVID-19, onde convidamos esses professores a participarem desta pesquisa, apresentamos os objetivos, justificativas e os procedimentos metodológicos e entregamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE - Apêndice 06).

Posteriormente, voltamos à instituição para recolher os TCLEs e TALE supracitados, devidamente assinados e rubricados em duas vias, os quais serviram como documento comprobatório que cada participante fez parte desta pesquisa de livre e espontânea vontade. Na oportunidade, após recebimento dos documentos supracitados, entregamos, *in loco*, os questionários impressos em folhas de papéis A4, para os alunos participantes da pesquisa, respeitando todas as medidas preventivas contra a COVID -19, tais como o uso de máscaras, distanciamento mínimo de 01 (um) metro entre pessoas, lavagem das mãos com água e sabão e higienização com álcool gel. Foi estabelecido, no máximo 05 dias, como prazo para devolução dos questionários, para que os participantes não se sentissem pressionados ou obrigados a responder. Após esse período, retornamos a instituição para a coleta dos dados.

Os questionários foram identificados e caracterizados da seguinte forma:

a) Questionário A - Concepções dos Professores com Relação ao Ensino de Educação Sexual na Escola: aplicamos um questionário, contendo 11 (onze) perguntas abertas e fechadas, de autoria própria, com o objetivo de identificar suas concepções sobre a educação sexual, a importância que estes atribuem ao ensino da educação sexual, como abordam a educação sexual no IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras e quais as dificuldades que encontram na prática pedagógica do ensino de educação sexual. Esse questionário foi digitado no Google Forms e encaminhado o link de acesso via e-mail e Whatsapp para todos os professores que concordaram em participar desta pesquisa, conforme o Apêndice 07.

b) Questionário B - Concepções dos Alunos com Relação ao Ensino de Educação Sexual na Escola: aplicamos um questionário, contendo 12 (doze) perguntas abertas e fechadas, de autoria própria, que teve como objetivo identificar as concepções dos alunos das turmas de 3º ano do ensino médio integrado aos cursos técnicos de Agropecuária, Informática e Aquicultura do IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras, questionando se participam ou já participaram de atividades que envolvam a educação sexual em sala de aula, o que entendem de educação sexual e quais suas concepções. Esse questionário foi entregue de forma presencial, nas salas de aula, das turmas dos 3º ano do ensino médio, integrado aos cursos técnicos de Agropecuária, Informática e Aquicultura, obedecendo todos os protocolos preconizados para evitar o contágio da COVID-19, conforme o Apêndice 08. Na oportunidade, informamos aos alunos que os mesmos teriam um prazo máximo de cinco (05) dias para responder o questionário, que ao findar esse prazo retornaríamos para receber os referidos questionários. Optamos por não utilizar o formulário do Google Forms com os alunos, devido à Coordenação de Assistência ao Educando (CAE) do IFMA/SRM ter nos informado que possivelmente, alguns estudantes não possuíssem computadores, nem acesso a internet em suas residências, e caso adotássemos essa prática, poderíamos excluir esse grupo de discentes.

Além dessas finalidades, os dados coletados nestes questionários serviram para responder os questionamentos desta pesquisa quanto o ensino da educação sexual no ambiente escolar pesquisado, assim como embasou a elaboração do produto educacional.

Todas as informações coletadas foram classificadas de forma sistemática, sendo selecionadas, codificadas e tabuladas, no aspecto qualitativo, a fim de verificar o panorama geral relacionado à abordagem da educação sexual na instituição pesquisada.

4.4.3 Terceira Etapa – Desenvolvimento, Teste Piloto e Aplicação do Produto Educacional

A terceira etapa foi dedicada ao desenvolvimento, teste piloto e aplicação do produto educacional.

Com base na análise das respostas obtidas através dos questionários A (concepções dos professores sobre ES) e B (concepções dos alunos sobre ES), elaboramos um Guia Educativo, sobre educação sexual, para os professores e educadores que trabalham com alunos do ensino médio, em escolas públicas municipais, estaduais, federais, assim como, em redes privadas, associações, instituições filantrópicas e/ou onde se fizer necessário.

No desenvolvimento do produto, utilizamos como ferramenta o Canva, que é uma plataforma de design gráfico que permite aos usuários criar gráficos de mídia social, apresentações, infográficos, pôsteres e outros conteúdos visuais. Estrutturamos o Guia Educativo em cinco (05) módulos, nos quais abordados os seguintes assuntos:

Módulo 1 – Os Alunos Querem Saber

Nesse módulo trazemos assuntos relacionados a namoro, virgindade, primeira vez, sexo oral, consentimento, abuso sexual, violência e estupro virtual, menstruação, pobreza menstrual, gravidez não planejada e sugestão de oficina.

Módulo 2 – Métodos Contraceptivos

Os assuntos desse módulo são referentes aos principais métodos contraceptivos, tais como contraceptivos hormonais orais, injetáveis e adesivos, camisinhas externas e internas e sugestão de aula prática.

Módulo 3 – Infecções Sexualmente Transmissíveis

Com relação às IST, apresentamos aquelas causadas por bactérias, vírus e outros parasitas, seus sintomas, tratamento, teste rápido e sugestão de debates e oficina.

Módulo 4 – Diversidade Sexual: Educar Para Não Discriminar

Nesse módulo abordamos questões sobre a diversidade sexual, escola como espaço ideal para ensinar sobre esse tema, conceitos de gênero, sexo, sexo biológico, orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero, homofobia e transfobia, discriminar é crime, dados sobre a LGBTFOBIA e sugestão de oficina.

Módulo 5: Sugestão de Leitura

Trazemos algumas sugestões de leituras que poderão ajudar os professores na construção de suas aulas, debates, rodas de conversas ou como preferir abordar educação sexual com seus alunos.

Após o desenvolvimento do Guia Educativo, encaminhamos o mesmo para impressão em folha A4, no formato colorido. Logo em seguida, realizamos o teste piloto com dois (02) servidores voluntários do IFMA/SRM, onde entregamos o Guia Educativo, juntamente com o ROTEIRO DE VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL. Utilizamos o “V” para nos referir a voluntário, visando manter o sigilo e anonimato dos participantes. Nesse caso, o V1 não apresentou críticas; como sugestão, acrescentar mais oficinas e debates no produto, assim como trocar a imagem de sugestão de objeto para aula prática da camisinha interna (feminina) por um copo, de preferência plástico (a imagem anterior era uma lata); não apresentou erros; elogiou o produto, disse que realmente a escola precisava se envolver mais nas questões relacionadas a educação sexual, principalmente, sobre a discriminação com as pessoas LGBTQIA+, e não apresentou contribuições. O V2, também, não apresentou críticas, sugeriu que o produto fosse paginado (ainda não havíamos paginado) e que fosse acrescentado a duração das oficinas; apresentou erro de escrita (palavra com letras repetidas) e elogiou o produto educacional, disse que será de grande ajuda na programação de aulas e debates sobre o assunto.

De posse dessas informações, fizemos as correções, acatamos as sugestões, e realizamos uma nova impressão em folha A4, no formato colorido para aplicação com os professores participantes desta pesquisa.

Tendo em vista que a nossa amostra foi relativamente pequena, visando agilidade, praticidade e disponibilidade de horário dos professores participantes, utilizamos a ferramenta de comunicação WhatsApp para conversar, explicar como seria a dinâmica utilizada, e apresentar o produto, sem haver a necessidade da realização dos encontros para essas etapas. Na oportunidade, enviamos mensagem de texto e o Guia Educativo em formato de PDF, tanto por e-mail, quanto pelo WhatsApp, para os seis (06) docentes (que responderam o questionário aplicado), e após a leitura e interação dos assuntos, agendamos um encontro, que se realizou em uma sala privada, nas dependências do IFMA/SRM. Vale ressaltar que somente cinco (05) professores se dispuseram a participar do encontro, haja vista que o P6 foi removido, através de processo de remoção para outro Campus do IFMA.

Dessa forma, quando todos estavam apropriados e inteirados sobre os módulos do produto, nos reunimos e realizamos um debate, com duração de quatro horas (04h00), sobre os principais temas apontados pelos participantes. Na ocasião, os professores puderam debater sobre vários temas do Guia Educativo, que acharam relevantes, tais como as IST, métodos contraceptivos, primeira vez e vários outros assuntos dentro da diversidade sexual; relataram sobre suas vivências e experiências com relação à educação sexual e a sua

importancia na escola; as barreiras e dificuldades enfrentadas por eles a cerca do tema e a falta de preparo para sua abordagem. Assim como, relatos positivos sobre a educação sexual fora do conteúdo biológico e as principais dúvidas dos alunos referentes à temática em sala de aula. Notamos que o P5 (biologia), se sentiu mais a vontade com os assuntos abordados, fazendo várias colocações bastante pertinentes e compartilhando suas vasta experiencia adquirida durante suas aulas.

Na oportunidade, aproveitamos para falar sobre a importância da avaliação do produto através da aplicação de um questionário contendo 10 (dez) perguntas abertas e fechadas, de autoria própria (Questionário C - avaliação do Produto Educacional, Apêndice 9), com o objetivo de avaliar se o produto educacional desenvolvido contribuiu com a prática pedagógica do ensino de educação sexual em sala de aula. Logo em seguida, entregamos, *in loco*, o referido questionário, dando um prazo máximo de cinco (05) dias para devolução dos mesmos, para que os participantes não se sentissem pressionados ou obrigados a responder. Após esse período, retornamos a instituição para a coleta dos dados. É importante mencionar que no encontro realizado, foram obedecidos os protocolos preconizados para evitar o contágio da COVID-19.

4.4.4 Quarta Etapa - Avaliação do Produto

De posse dos resultados do questionário de avaliação do produto educacional aplicado com os professores, realizamos a análise e utilizamos o método anterior na identificação dos docentes, visando manter a identidade dos professores no anonimato (P1, P2, P3, P4 e P5) e dar continuidade em suas respostas.

Para a avaliação do produto educacional, com relação a LINGUAGEM, ESCOLHA DOS CONTEÚDOS e FIGURAS, ILUSTRAÇÕES e ORGANIZAÇÃO do Produto Educacional, consideramos uma escala de 1 a 5, em que 1 é muito ruim e 5 é excelente, como mostra a tabela 2.

Com relação aos demais questionamentos, relacionados a avaliação do produto, classificamos e discutimos os resultados fazendo uso de Quadros e Tabelas.

5 EDUCAÇÃO SEXUAL NA REALIDADE DA ESCOLA

Nesse capítulo apresentamos os resultados da nossa pesquisa cujos objetivos foram compreender as concepções, desafios e expectativas de docentes e estudantes sobre a Educação Sexual no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras; analisar as concepções e os desafios da Educação Sexual para os docentes do IFMA/SRM; entender as concepções e as expectativas sobre Educação sexual para os estudantes do IFMA/SRM; e construir, a partir dos desafios e expectativas analisados, um guia educativo para auxiliar na abordagem da educação sexual.

Diante disso, trazemos os resultados encontrados na aplicação do questionário com seis (06) professores que lecionaram no ano letivo de 2022, nas turmas de 3º ano do ensino médio integrado aos cursos técnicos de Agropecuária, Informática e Aquicultura do IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras. O objetivo principal da aplicação do questionário aos docentes foi identificar as concepções sobre a educação sexual, a importância que estes atribuem ao ensino da educação sexual, como eles abordam a educação sexual no IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras e quais as dificuldades que encontram na prática pedagógica do ensino de educação sexual, assim como os dados coletados na aplicação do questionário com cinquenta e um (51) alunos do ensino médio integrado mostram as concepções destes sobre educação sexual, a sua efetiva participação em atividades que envolvam a educação sexual em sala de aula e o entendimento sobre educação sexual.

Além dessas finalidades, os dados coletados nestes questionários serviram para responder os questionamentos desta pesquisa quanto ao ensino da educação sexual no ambiente escolar pesquisado assim como foi à base para elaboração do produto educacional.

Como são resultados de dois questionários com grupos diferentes, dividimos esse capítulo em duas partes, em que, na primeira, apresentamos os resultados obtidos com os professores e na segunda, os resultados encontrados com os alunos.

5.1 A EDUCAÇÃO SEXUAL NA CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES

Para manter a identidade dos professores no anonimato, usamos a denominação “P”, que corresponde a “Professor”, seguido de numeração de 01 a 06. Dessa forma, os docentes

pesquisados apresentaram idades que variaram entre 31 e 42 anos de idade, distribuídos no QUADRO 1.

QUADRO 1 - IDADE E GÊNERO DOS PROFESSORES PARTICIPANTES

Idade	Quantidade de professores	Sexo do professor
31	1	M
32	1	M
33	1	M
34	1	M
35	1	M
42	1	M

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Com esse resultado apresentado no quadro acima, observa-se um dado muito importante relacionado ao gênero dos participantes, onde todos declararam ser do sexo masculino. Isso é relevante porque segundo Labegalini e colaboradores (2022, p.133) “o perfil do professor brasileiro destaca-se por grande porcentagem de mulheres na área da docência, ressaltando que esse fato não é somente numérico e sim que o mesmo produz marcas na escola, essas podem ser vistas na forma de ensinar e nas relações entre os demais componentes da escola, estão relacionadas ao predomínio da emoção e da afetividade e se apresenta de forma defensiva e conservadora frente ao novo”.

No entanto, devemos levar em consideração, que especificamente no IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras, segundo o Departamento de Registro Acadêmico Escolar, vinte e seis (26) professores lecionaram, nas turmas de 3º ano de Agropecuária, Informática e Aquicultura, no ano letivo de 2022, sendo dezessete (17) do gênero masculino e nove (09) do gênero feminino. Vale ressaltar ainda que esses vinte e seis (26) docentes foram convidados a participar da referida pesquisa, porém somente dezoito (18) aceitaram o convite e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo doze (12) do gênero masculino e sete (sete) do gênero feminino, e por fim, apenas seis (06) professores responderam ao questionário, representando, aproximadamente, 23% dos docentes convidados (público-alvo). Isso demonstra que a maioria da nossa amostra era do gênero masculino, porém, existia um número significativo de professoras e nenhuma se dispôs a responder nosso questionário ou participar dessa pesquisa. Diante disso, ficamos nos perguntando, por que as professoras do IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras não se dispuseram a responder o questionário? Seria por vergonha? Preconceito? Tabu? Para Araújo e colaboradores (2019), o ensino de educação sexual na escola ainda é vista como tabu pelos profissionais de educação.

Observa-se, ainda, que muitos professores não quiseram participar da referida pesquisa, outros se dispuseram, mas não chegaram a responder o questionário. Guedes e colaboradores (2017) dizem que a falta de capacitação dos professores na área de educação sexual ainda é o maior desafio enfrentado, pois os professores cada vez mais alegam despreparo acadêmico e educação permanente insuficiente para tal abordagem com os alunos.

Quanto à formação acadêmica, tivemos dois (02) professores com licenciatura, três (03) com bacharelado e um (01) tecnólogo. Com relação à titulação, dois possuem títulos de doutores, três (03) de mestres, e um (01) não respondeu. Com relação à disciplina que estavam lecionando no ano letivo de 2022, um (01) disse que ensinou sobre Linguagem de Programação; outro foi sobre Biologia III; tivemos docentes que lecionaram sobre a Qualidade de Água, Piscicultura, Nutrição de Organismos Aquáticos e Biologia Aquática; outro Filosofia; tivemos Empreendedorismo e Planejamento, Projeto e Gestão e Informática. Dessa forma, com base nas respostas supracitadas, alcançamos uma grande variedade no quesito área/disciplina, a qual apresentamos a correspondência de P1 a P6 de acordo com sua formação e titulação, no QUADRO 2.

QUADRO 2 - IDENTIFICAÇÃO DOS PROFESSORES SEGUNDO SUA FORMAÇÃO

Identificação	Formação Acadêmica	Titulação
P1	Bacharel em Administração	Doutorado
P2	Bacharel em Engenharia de Pesca	Mestrado
P3	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Mestrado
P4	Bacharel em Sistema de Informação	Mestrado
P5	Licenciado em Biologia	Doutorado
P6	Licenciado em Filosofia	Não informou

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Quando questionados sobre sua concepção de educação sexual, nas respostas apresentadas, percebemos que quatro (04) professores definiram educação sexual conforme o modelo biológico e preventivo. Segundo Moraes (2020, p. 34), “esse modelo é baseado em questões fisiológicas, aparelhos reprodutores, anatomia e em temáticas de prevenção das ISTs e da gravidez”. Ainda, segundo a autora, o foco desse tipo de concepção consiste em fornecer informações aos adolescentes para que sejam adotados comportamentos preventivos, de forma que os aspectos socioculturais e subjetivos relacionados à Educação Sexual sejam preteridos (MORAES, 2020). Diante disso, destacamos as palavras que definiram esse modelo biologicista dos professores participantes, conforme o QUADRO 3:

QUADRO 3 - RESPOSTAS BIOLOGICISTAS DOS PROFESSORES

PROFESSOR	RESPOSTAS
P1	<i>De forma resumida, seria o processo de conscientização dos jovens ou adultos com relação ao processo sexual, ao esclarecimento de dúvidas e melhores formas de prevenção de doenças, contraceptivos e outras temáticas extremamente relevantes.</i>
P2	<i>Educação sexual é o autoconhecimento sobre seu corpo e limites. Na educação sexual é o momento de conhecer também a ideia de sexualidade, métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez e aborto.</i>
P3	<i>É a construção de conhecimentos sobre diversos aspectos relacionados ao sexo como anatomia, fisiologia, gravidez, doenças...</i>
P5	<i>Educação Sexual é um processo de ensino que busca orientar jovens e adolescentes sobre questões que envolvem sexo, gravidez, aborto, DST's e métodos contraceptivos.</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Nas respostas dos professores supracitados, observamos que suas preocupações estavam voltadas para questões relacionadas à prevenção de doenças, métodos contraceptivos, ISTs, gravidez, aborto, anatomia e fisiologia. Para os autores Brancaleoni e Oliveira (2015) uma Educação Sexual centrada em aspectos preventivos e biológicos pode fragilizar o processo pedagógico quando desconsidera o contexto social e cultural dos envolvidos.

Os outros dois (02) professores definiram educação sexual conforme o modelo biopsicossocial, que segundo Moraes (2020) esse modelo engloba uma concepção mais ampla da sexualidade, na qual questões sociais e culturais são incluídas, além dos aspectos biológicos, como se pode ser observado no QUADRO 4:

QUADRO 4 - RESPOSTAS BIOPSIKOSSOCIAL DOS PROFESSORES

PROFESSOR	RESPOSTAS
P4	<i>Uma ampla formação sobre sexualidade, conhecimento do corpo e assuntos correlatos.</i>
P6	<i>Uma forma de preparar o aluno para a vida adulta e tirar possíveis dúvidas que possam surgir em relação ao tema.</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Através das respostas, percebemos que esses professores estão mais preocupados em definir a educação sexual de maneira mais ampla, não se restringindo somente aos aspectos biológicos, fisiológicos, reprodutivos e preventivos, abordando temáticas importantes e incluindo questões subjetivas de grande relevância para o desenvolvimento da sexualidade dos alunos.

Portanto, a concepção predominante entre os professores pesquisados do IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras estava centrada no modelo biológico e preventivo.

Essa concepção é predominante, não somente entre esses professores dessa instituição, como mostra a pesquisa das autoras Santos e Oliveira (2021) na qual concluíram que embora os professores acreditem na abordagem interdisciplinar da educação sexual, ainda adotam metodologias de ensino e utilizam recursos didáticos que promovem apenas os aspectos biológicos da educação sexual, deixando de lado as dimensões sociocultural, psicológica, afetiva e ética da sexualidade humana.

Objetivamos saber se os professores eram favoráveis que a educação sexual fosse ensinada nas escolas, onde todos os participantes responderam que concordavam com essa premissa. Esse questionamento possibilitou ter uma ideia da concepção dos professores em relação à necessidade e importância do ensino de Educação Sexual para os alunos.

Os autores Morais, Guimarães e Menezes (2021) disseram que os resultados encontrados em sua pesquisa com dez (10) professores de uma escola pública no município João Pinheiro, Minas Gerais demonstraram que esses docentes, apesar dos obstáculos que dificultam a abordagem de temas relacionados à educação sexual, “sabem da importância e necessidade de se debater essa temática com os estudantes, no entanto necessitam de recursos que os auxiliem em suas práticas” (MORAIS, GUIMARÃES e MENEZES, 2021, p.7).

Quando questionados sobre o que deveria ser ensinado na escola sobre educação sexual, os professores novamente apresentaram respostas com concepções biológicas e biopsicossociais. Sendo assim, para três (03) professores a educação sexual é caracterizada dentro da concepção biológica, fato que chamamos atenção com palavras destacadas em negrito, conforme o QUADRO 5:

QUADRO 5 - ENSINO BIOLOGICISTA NA ESCOLA

PROFESSOR	RESPOSTAS
P1	<i>Formas de prevenção de doenças juntamente com os contraceptivos.</i>
P2	<i>Sexualidade, corpo humano focado nas genitálias métodos de sexo seguro.</i>
P3	<i>Além dos aspectos anatômicos e fisiológicos, questões de prevenção a doenças e gravidez indesejada.</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Segundo a autora Moraes (2020, p. 44), “na concepção biologicista, o foco é dado aos conteúdos inseridos na disciplina de biologia, como questões relacionadas ao corpo humano, enfatizando o sistema reprodutor masculino e feminino, prevenção de ISTs e gravidez na adolescência, desconsiderando aspectos sociais e históricos que envolvem essa temática”. Nessa abordagem, os demais aspectos subjetivos e socioculturais referentes à sexualidade são praticamente silenciados, esse fato pode estar associado, como disse a autora MORAES

(2020, p.44) a predominância das questões relacionadas à educação sexual estarem incluídas especificamente nos currículos de Ciências e Biologia, embora, a partir dos PCN, a educação sexual na escola preconize a transversalidade e a interdisciplinaridade nas suas práticas.

A seguir, os professores manifestaram uma concepção de educação sexual voltada para uma concepção biopsicossocial, apresentaram como respostas, nas quais destacamos as palavras em negrito, conforme o QUADRO 6:

QUADRO 6 - ENSINO BIOPSIKOSSOCIAL NA ESCOLA

PROFESSOR	RESPOSTAS
P4	<i>Práticas de prevenção e educação para a diversidade.</i>
P5	<i>Aspectos que envolvem sexualidade, gravidez, aborto, DST's e métodos contraceptivos e questões de gênero.</i>
P6	<i>Prevenção de doenças, prevenção a abusos etc.</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Segundo Moraes (2020, p.44) essa concepção biopsicossocial “compromete-se com mudanças no âmbito social dos envolvidos e para que ela ocorra, é necessário se livrar de preconceitos, culpas e opressão, levando o adolescente a desenvolver sua autonomia em relação ao seu comportamento sexual, suprimindo o autoritarismo, acabando com preconceitos sexuais e com a violência sexual”.

Contudo, é notório que os professores do IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras falaram sobre as temáticas relativas à educação sexual que poderiam ser inseridas em sala de aula, mas não informaram ou deixaram claro o como fazer, apontando apenas tópicos. Maia e Ribeiro (2011, p.77) “defendem uma iniciativa de educação sexual que profissionais vá além da informação, que ultrapasse o sentido biológico, orgânico e profilático, e que compreenda a sexualidade e a saúde sexual como uma questão inerentemente social e política”.

Indagamos aos docentes se estes achavam que existe uma idade certa para o ensino da educação sexual? Qual? Por quê? Na concepção de três (03) professores, a idade certa é a partir da adolescência, enquanto para os outros três (03) não há idade certa.

Os professores que disseram não existir uma idade certa para o ensino de educação sexual acreditavam, no entanto, que os assuntos abordados deveriam estar de acordo com a idade e maturidade do aluno, conforme demonstramos suas respostas no QUADRO 7:

QUADRO 7 - NÃO EXISTE IDADE PARA ENSINO DE EDUCAÇÃO SEXUAL

PROFESSOR	RESPOSTAS
-----------	-----------

P1	<i>Não existe uma idade certa, mas para tratar de determinados temas, entendo que a criança deva ter uma certa maturidade para compreender e refletir sobre o que será discutido.</i>
P2	<i>Não. Em qualquer idade é possível o conhecimento sobre tópicos de educação sexual, mas é claro que para cada idade os pontos e formas que serão abordados são diferentes.</i>
P4	<i>Não. Tudo depende da forma como será explorado o assunto.</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Corroborando com essa prerrogativa, Santos *et al.* (2021), enfatizam que grande maioria dos participantes de sua pesquisa disseram não existir uma idade certa para abordagem de educação sexual na escola, porém, os assuntos a serem ensinados devem estar de acordo com a idade e necessidade de cada aluno.

Para os docentes que acreditavam existir uma idade certa, em suas concepções a educação sexual deveria ser ensinada na fase da adolescência, pois segundo eles, é nesse período que os alunos estão preparados para debater sobre o tema e possuem idade suficiente para iniciar uma vida sexual, conforme o QUADRO 8:

QUADRO 8 - IDADE CERTA PARA O ENSINO DE EDUCAÇÃO SEXUAL

PROFESSOR	RESPOSTAS
P3	<i>Sim, contudo utilizando-se de formas adequadas à compreensão das crianças e adolescentes. Prioritariamente antes da puberdade.</i>
P5	<i>Sim. Adolescência. Momento em que muitos adolescentes podem iniciar a vida sexual. são diferentes.</i>
P6	<i>Sim. Na fase da adolescência já estarão mais preparados para debater o tema.</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Segundo a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, a educação sexual deve ser abordada exclusivamente na disciplina de Ciências para os alunos do oitavo ano do Ensino Fundamental II, com enfoque nos mecanismos reprodutivos, puberdade, gravidez precoce, métodos contraceptivos, infecções sexualmente transmissíveis e dimensões da sexualidade humana (Brasil, 2017).

Nascimento (2019) encontrou resultados parecidos em sua pesquisa realizada com professores da Escola Estadual Olímpio João Pissinati Guerra – Sinopt/MT, quando questionados sobre qual a idade ideal para abordar a temática da sexualidade, 16 professores responderam que a temática da sexualidade deve ser introduzida entre 09 e 12 anos de idade, sendo os 10 anos o marco principal para iniciar a orientação sexual, “idade que a Organização Mundial da Saúde (OMS) preconiza como início à adolescência” (NASCIMENTO, 2019,

p.26). Já outro grupo de 03 professores relataram que não há idade certa para introduzir o assunto sobre sexualidade, e que deve partir das necessidades de cada um desses adolescentes e da liberdade de conversa com a família (NASCIMENTO, 2019, p.26).

Em corroboração com essa concepção, Labegalini e colaboradores (2022) dizem que “devido à complexidade da adolescência, a mesma pode ser considerada como um período etário de maior vulnerabilidade, em especial no que diz respeito à vivência da sexualidade, pois os adolescentes estão mais susceptíveis a iniciação precoce da vida sexual, a promiscuidade, o não uso de preservativo e o abuso de substâncias psicoativas”. Entretanto, acreditamos e defendemos uma educação sexual emancipatória, na qual todos possam ter acesso, e quando dizemos todos, nos referimos às crianças, adolescentes, jovens e adultos. Tudo isso, de maneira adequada, levando em consideração os conteúdos correspondentes à idade de cada indivíduo.

Questionamos também se os professores já ensinaram Educação Sexual ou trabalharam com algum projeto sobre educação sexual. E quais recursos didáticos utilizaram. Como respostas, cinco (05) professores disseram que **NÃO** e apenas um deles, *P5, da área de Biologia*, informou que **SIM** e mencionou ainda sobre o ensino de temáticas sobre corpo humano e gravidez, assim como formas de prevenir para um sexo seguro. Utilizou modelos didáticos e exposição com auxílio de slides.

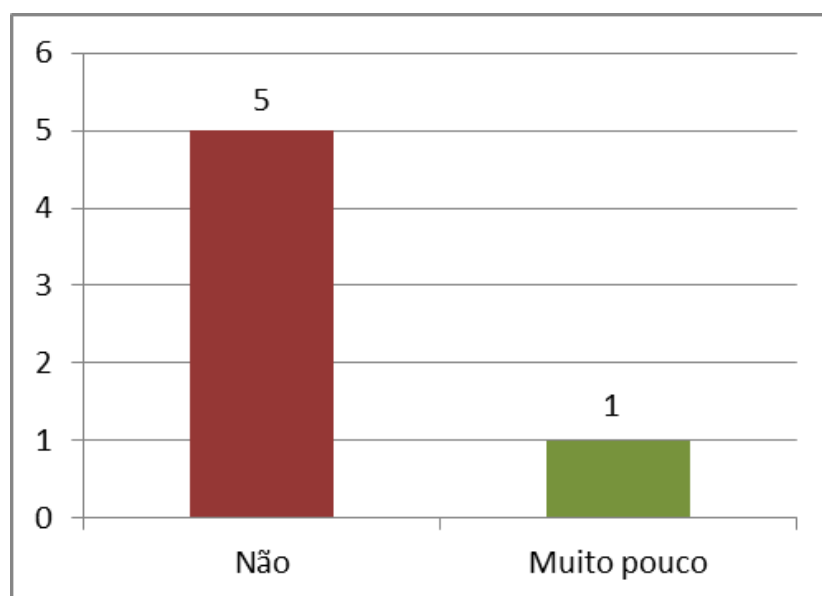
Nota-se que dentre os professores pesquisados, praticamente todos disseram que nunca ensinaram assuntos relacionados à educação sexual, restando apenas o professor da disciplina de Biologia que afirmou ensinar sobre a temática. Percebe-se ainda que os assuntos abordados se centraram sobre anatomia e fisiologia humana, gravidez (menstruação e período fértil, métodos contraceptivos, aborto), prevenção (ISTs) e relações sexuais. Esse resultado poderá estar relacionado à questão que a nossa amostra de pesquisa foi realizada com docentes que lecionaram nos cursos técnicos integrados ao ensino médio e a maioria são professores que ministraram disciplinas fora do conteúdo comum do ensino médio.

Vieira e Matsukura (2017) observaram em sua pesquisa com dez professores das escolas de ensino fundamental da rede pública de um município de grande porte do interior de São Paulo que as práticas do ensino de educação sexual ocorreram “predominantemente vinculadas às aulas de ciências e/ou biologia” (VIEIRA e MATSUKURA, 2017, p.7). Ainda, segundo as autoras, esses resultados reforçam as considerações apontadas na literatura da área, onde dizem que essa associação pode estar relacionada à concepção por parte dos docentes de outras disciplinas de que a abordagem de educação sexual é responsabilidade da área de ciências (VIEIRA e MATSUKURA, 2017).

Segundo Furlani (2005), a educação sexual na abordagem biológica não está errada, ela se faz necessária nas aulas de Ciências e Biologia. Para a referida autora, o problema está relacionado na maneira como ela é ensinada e não nos conteúdos em si. Estamos de acordo com essa concepção, haja vista que acreditamos que tais conteúdos podem e devem ir além da biologia essencialista (centrada no determinismo biológico).

Quando questionamos se os professores conheciam diretrizes, documentos e legislação sobre educação sexual, cinco (05) responderam **NÃO** e um (01) disse que **MUITO POUCO**. A FIGURA 2 apresenta as respostas referentes ao conhecimento dos professores sobre diretrizes, documentos e legislação de Educação Sexual.

FIGURA 2 - CONHECIMENTO DOS PROFESSORES SOBRE DIRETRIZES E LEGISLAÇÃO – EDUCAÇÃO SEXUAL



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

O fato de os professores desconhecerem tais documentos pode estar relacionado à questão da formação acadêmica dos mesmos, haja vista que somente dois (02) professores disseram possuir licenciatura, portanto, ao menos esses dois (02) docentes deveriam ter tido acesso aos documentos curriculares nacionais da educação básica.

Corroborando com esse resultado, os autores Gesser, Oltramari e Panisson (2015) dizem que dos vinte e três (23) professores pesquisados, apenas cinco (05) conheciam os PCNs e/ou outros documentos norteadores da atuação em relação à educação sexual na escola, sendo que dessas, duas (02) afirmaram ter apenas conhecimento superficial relativo

aos PCNs. Nardi e Quartiero (2012) dizem que embora os PCNs sejam encaminhados a todos os estabelecimentos de ensino, são poucos os professores que de fato realizam a leitura deles.

Objetivamos identificar se os docentes eram conhecedores das normativas da instituição sobre educação sexual e por isso indagamos se os professores conheciam algum documento do IFMA que mencionasse que educação sexual deve ser ensinada em seus Campi? Qual? As respostas foram enfáticas no NÃO. E com relação aos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos que eles lecionavam, se tem algum que faz menção a Educação Sexual? Qual (is)? Todos responderam que NÃO.

Com base nas respostas desses dois questionamentos supracitados, nota-se que os professores desconheciam qualquer documento norteador dentro da instituição que abordasse sobre educação sexual. Mas é importante ressaltar que educação sexual, segundo orientação dos PCNs, é um tema transversal e possibilita engajamentos interdisciplinares que promovam um conhecimento e reconhecimento de conceitos e temáticas que circundam esse tema.

Essa falta de conhecimento pode estar associada à questão que existem poucos documentos que favoreçam a educação sexual dentro da instituição, uma vez que na análise documental do PDI/IFMA (2019-2023) não encontramos nenhuma ação proposta que contemplasse essa temática, no âmbito do Campus São Raimundo das Mangabeiras. Isso é preocupante, pois esse documento (PDI) serve como base para implantação de projetos e ações dos Campi, tendo vigência de cinco anos. Já nos Planos de Cursos dos Cursos Técnicos (Aquicultura, Agropecuária e Informática) na forma integrada, podemos perceber que existe proposta para a abordagem de educação sexual no IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras, no entanto, a mesma caminha a passos curtos quando pensamos em uma educação que atenda as dúvidas e necessidades dos alunos, como vimos nas propostas das ementas dos cursos supracitados, necessitando de um avanço significativo que contemple a educação sexual de maneira transversal e menos subjetiva.

Quando questionados se os docentes daquela instituição se sentiam à vontade e preparado (a) para falar sobre educação sexual com seus alunos? Por quê? Tivemos quatro (04) professores que disseram não estarem preparados, um (01) disse que estava (*em parte*) e um (01) disse *mais ou menos*, como podemos observar nas respostas do QUADRO 9:

QUADRO 9 - QUANTO A PREPARAÇÃO PARA O ENSINO DE EDUCAÇÃO SEXUAL

PROFESSOR	RESPOSTA
P1	<i>Em parte sim. Mas é necessária capacitação sistêmica</i>
P2	<i>Não. Não tive formação para isso.</i>

P3	<i>Ainda não me sinto, mas é um tema necessário e que preciso me preparar pra tratar dele em sala de aula.</i>
P4	<i>Não. Principalmente por não saber a forma como abordar, e quais termos utilizar.</i>
P5	<i>Mais ou menos. Eu me capacitei de forma por meio de leitura e assistindo vídeos, mas sinto falta de uma complementação por meio de curso mais específico.</i>
P6	<i>Não. Gostaria de buscar mais qualificação para o assunto.</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

De modo geral, percebe-se pela fala desses docentes que a grande dificuldade enfrentada por eles está relacionada à falta de qualificação sobre educação sexual, esse fato é preocupante, pois pode influenciar diretamente na atividade docente e dificultar as discussões referentes ao ensino dessa temática em sala de aula. Para os autores Leão, Ribeiro e Bedin (2010, p. 43) “os professores não sabem trabalhar com educação sexual, pois essa temática, em sua formação, sequer foi abordada, dificultando assim a aquisição dos conhecimentos específicos necessários para o trabalho em sala de aula”.

Labegalini e colaboradores (2022) encontraram resultados semelhantes, onde dizem “quando questionados acerca do conforto em trabalhar temas educação sexual os professores não se sentem tão confortáveis, em especial as temáticas que podem ser consideradas mais polêmicas, tais como: Homossexualidade, Nome dos órgãos genitais, Abstinência sexual, Prazer e Masturbação, que causam grande mobilização dos alunos”.

E nosso último questionamento aos docentes tratava sobre as dificuldades que esses docentes enfrentavam na prática pedagógica do ensino de educação sexual. Apresentamos as respostas dos professores pesquisados, no QUADRO 10:

QUADRO 10 - DIFICULDADES DOS PROFESSORES NO ENSINO DE EDUCAÇÃO SEXUAL

PROFESSOR	RESPOSTA
P1	<i>Falta de capacitação.</i>
P2	<i>Questões relacionadas ao psicológico e orientações sexuais.</i>
P3	<i>Talvez meu processo de construção cultural ainda seja uma barreira para tratar do tema, entretanto, me disponho a aprender e desconstruir o que for necessário para auxiliar no crescimento e desenvolvimento dos nossos alunos.</i>
P4	<i>Fazer com que o tema seja levado a sério, sem causar constrangimentos.</i>
P5	<i>Até o momento não estou sentido dificuldades.</i>
P6	<i>Qualificação profissional.</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Essas respostas estão correlacionadas com os resultados anteriores, onde esses profissionais mencionam que sua grande dificuldade em abordar educação sexual está relacionada com a falta de preparo, qualificação profissional. No entanto, o P3 traz uma questão interessante quando afirma *que seu processo de construção cultural é uma barreira que enfrenta para tratar sobre o tema*, com essa fala podemos perceber que ele está se referindo aos tabus e crenças que foram construídos ao longo de sua trajetória. Martins (2021, p.7) argumenta que “muitos professores se sentem pouco à vontade para conduzir a abordagem da temática em sala de aula, devido às barreiras e impedimentos impostos tanto pelos currículos escolares como pelo senso comum em torno da questão”.

Soares e Soares (2022, p.5) dizem que trabalhar educação sexual “não é uma tarefa fácil para os professores, pois vai muito além do conteúdo e do diálogo em sala de aula, pois envolve questões morais que estão ligadas ao comportamento, costumes culturais e sociais que envolvem família e sociedade, e tem um forte laço com a religiosidade, levando em consideração as crenças de cada um”. Silva e Santos (2011) concluíram, através de uma revisão em seus estudos, que existe uma grande lacuna na formação inicial dos docentes sobre educação sexual.

Diante disso, percebe-se que esses professores têm interesse em ensinar educação sexual naquela instituição, no entanto, necessitam de capacitação/qualificação que possa agregar conhecimento e estratégias que possibilite aos mesmos trabalhar com essa temática, de forma mais complexa, abordando assuntos que vão além dos aspectos biológicos, higienistas e preventivas, promovendo uma melhoria na qualidade de vida dos alunos, não somente em ambiente escolar, mas para toda sua vida adulta.

5.2 EDUCAÇÃO SEXUAL NA CONCEPÇÃO DOS ALUNOS

Aplicamos um questionário, também, com os alunos do IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras, com objetivo de analisar suas concepções sobre educação sexual, efetiva participação em atividades que envolvam a educação sexual em sala de aula e o entendimento sobre educação sexual. Segundo o setor acadêmico daquela instituição, existia um total 79 discentes matriculados nas turmas de 3º anos do ensino médio integrado aos cursos técnicos de agropecuária, informática e aquicultura do IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras, no ano letivo de 2022, no entanto, obtivemos a participação de,

aproximadamente, 65% (n=51), ou seja, mais da metade dos alunos assinaram o TCLE e responderam ao questionário. Esse dado difere da quantidade de professores que responderam essa pesquisa, onde obtivemos a participação de apenas 23% (n=06) desse público alvo.

A identidade dos alunos foi mantida em sigilo e para a identificação, tanto nos quadros como nos trechos dos questionários, os participantes receberam a denominação “A”, que corresponde a “Aluno”, seguido de numeração de 01 a 51.

Dessa forma, tivemos a participação de 51 alunos nesta pesquisa, sendo que dentre eles, em arredondamento, 57% (n=29) eram do sexo feminino e 43% (n=22) do sexo masculino.

Com relação às idades variaram entre 16 a 21 anos de idade, sendo a idade predominante de 17 anos (n=31) alunos. A TABELA 1 apresenta a distribuição da idade e quantidade de alunos.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DA IDADE E QUANTIDADE DE ALUNOS

IDADE	QUANTIDADE	%
16 anos	14 alunos	27,45%
17 anos	31 alunos	60,78%
18 anos	04 alunos	7,84%
19 anos	01 aluno	1,96%
21 anos	01 aluno	1,96%

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Esse dado é importante, porque a partir dele sabemos que mais da maioria dos alunos participantes desta pesquisa estão na fase da adolescência, que segundo a Organização Mundial da Saúde (2012), a adolescência é definida por um período que compreende a faixa etária entre 10 e 19 anos de idade. Para Amando *et al.* (2021, p. 6) a fase da “adolescência se constitui num período de transformações físicas e emocionais, sendo considerada desta forma, como um momento de inúmeros conflitos e de crises”.

Trindade, Tomé e Pontes (2021) encontram dados parecidos em sua pesquisa sobre a Avaliação da Percepção de Alunos e Professores sobre a Importância do Ensino de Educação Sexual, onde a maioria dos alunos participantes também era do sexo feminino 62,9% (n= 85), no entanto, a idade predominante foi de 16 anos (36,2%) dos alunos de um total de 135 alunos.

Entre as perguntas do questionário aplicado aos alunos sujeitos desse estudo indagou-se sobre o que é educação sexual para eles. Dos cinquenta e um discentes (51) participantes, apenas um (01) não respondeu a referida pergunta, nesse caso, obtivemos 50 respostas. Dessas cinquenta (50) respostas, fizemos um recorte das principais e classificamos em sete (07) categorias de concepções, a saber:

- a- Dentro do tema “*anatomia e reprodução humana*” incluímos as falas referentes à anatomia e fisiologia, reprodução humana, corpo humano e órgãos genitais;
- b- “*Relação sexual*” foram inclusos os assuntos relacionados ao ato sexual;
- c- Sobre “*prevenção de ISTs, gravidez e métodos contraceptivos*” agrupamos as respostas que estavam relacionadas a ISTs, gravidez indesejada e métodos contraceptivos;
- d- “*bem estar e sentimentos*” estão os assuntos relacionados à bem estar, responsabilidade, sentimentos;
- e- Na categoria “*gênero, identidade e inclusão*” foram inclusas as respostas relacionadas a gênero no sentido biológico, identidade, consentimento, autoproteção e inclusão;
- f- “*Sexualidade*” estão as questões sobre sexualidade;
- g- “*abuso e assédio sexual*” estão às respostas relacionadas a abusos e assédios sexuais. No QUADRO 11 apresentamos os recortes das respostas, em categorias, sobre a concepção dos alunos com relação a Educação Sexual.

QUADRO 11 - CATEGORIAS DE CONCEPÇÃO EDUCAÇÃO SEXUAL - ALUNOS IFMA/SRM

PERGUNTA: PARA VOCÊ O QUE É EDUCAÇÃO SEXUAL?		
CATEGORIA DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO SEXUAL	RESPOSTAS	QTD (%)
ANATOMIA E REPRODUÇÃO HUMANA	<p>A3: Não sei bem o conceito, mais creio que seja o ensino sobre a <i>anatomia</i> e formas de <i>reprodução humana</i>.</p> <p>A5: É o estudo sobre seu <i>próprio corpo</i>, como <i>ele funciona</i> entre outras coisas.</p> <p>A12: Para mim, educação sexual é algo relacionado a <i>reprodução humana</i>, que vai envolver o <i>órgão genital</i> masculino e feminino.</p> <p>A26: Não tenho um conceito definido em mente, mas creio que esteja relacionado a <i>anatomia</i> e fora de <i>reprodução humana</i>.</p>	30%

RELAÇÃO SEXUAL	<p>A24: Ensino sobre a <i>relação sexual</i>, sobre <i>prevenção</i> e como ocorrem as relações de maneira certa e saudável.</p> <p>A38: É falar sobre os riscos das <i>relações sexuais</i> quando não se tem conhecimento sobre o assunto.</p> <p>A42: É o ensino dos cuidados que devem ser mantido antes, durante e depois da <i>relação sexual</i>.</p>	28%
PREVENÇÃO DE IST, GRAVIDEZ E METODOS CONTRACEPTIVOS	<p>A2: Educação sexual para mim é a forma de educar e ensinar as pessoas sobre o ato sexual, suas consequências, sejam <i>doenças, infecções</i> e até <i>gravidez</i>, além disso, essa educação consiste em falar de <i>métodos anticoncepcionais</i>.</p> <p>A35: Prevenção de <i>doenças sexualmente transmissíveis</i> e sexo seguro para não correr o <i>risco de engravidar</i> sem querer.</p>	16%
BEM ESTAR, SENTIMENTOS	<p>A16: É uma educação que aborda uma serie de conhecimento sobre saúde, bem está, responsabilidade.</p> <p>A17: Para mim, educação sexual é o conhecimento sobre o <i>corpo humano</i>, sobre saúde, sobre proteção, sobre o nosso <i>bem-estar</i> e etc...</p> <p>A19: Engloba uma série de conhecimentos sobre o <i>corpo, sentimentos</i> e saúde.</p>	10%
GENERO, IDENTIDADE E INCLUSÃO	<p>A46: Existem homem e mulher e <i>sexo masculino e feminino</i> e não há outro sexo. E tem o momento certo para se praticar esses atos.</p> <p>A50: Seria a educação voltada sobre <i>gênero</i> das pessoas e como funciona as partes intimas de cada indivíduo.</p> <p>A22: A educação sexual é como uma orientação tanto sobre o corpo humano, quanto sobre a reprodução, <i>identidade</i> ou consentimento.</p> <p>A27: A educação sexual abrange uma série de conhecimentos sobre saúde, corpo, <i>identidade, sentimentos, autoproteção, responsabilidade</i> e inclusão.</p>	8%
SEXUALIDADE	<p>A8: É aprender e compreender a sua <i>sexualidade</i>, juntamente com algumas dicas.</p> <p>A40: Não trata apenas do ato sexual, mas sim de tudo que diz respeito a <i>sexualidade</i> de uma pessoa.</p>	6%
ABUSO E ASSÉDIO SEXUAL	<p>A6: É o estudo da <i>anatomia do corpo humano</i>, comportamento e <i>relações sexuais</i>. Além de orientação sobre como pedir ajuda em casos de invasão de privacidade ou até mesmo <i>abusos e assédios</i>.</p>	2%

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Percebemos através das respostas deste questionamento que a visão e concepção dos alunos pesquisados, assim como dos professores, está voltada mais para uma educação sexual biologicista, higienista e preventiva, onde mais da maioria, cerca de 30% (n=15) dos alunos acreditavam que educação sexual é o estudo de anatomia e reprodução humana; logo em seguida obtivemos 28% (n=14) dos discentes que associavam a educação sexual à relação sexual; 16% (n=08) dos alunos a definiram como prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), gravidez e o ensino de métodos contraceptivos; 10% (n=05) dos

alunos apresentaram uma definição voltada mais para as questões relacionadas a bem-estar e sentimentos; 8% (n=04) dos alunos falaram de gênero (no sentido biológico), identidade e inclusão; 6% (n=03) dos alunos achavam que é relacionada a sexualidade e 2% (n=01) aluno disseram que educação sexual serve como prevenção ao abuso e assédio sexual.

Cruz (2016) e colaboradores, em sua pesquisa “Diálogos sobre sexualidade no ensino fundamental: construindo conceitos e tirando dúvidas de alunos do 8º ano de uma escola municipal em Santarém, Pará, Brasil”, encontraram como resultados no que diz respeito à concepção de sexualidade, 33% dos alunos definiram-na como o ato sexual, enquanto que 23,8% acrescentaram medidas de proteção, e outra parcela (14,3%) atribuiu o conceito de sexualidade como sendo a diferença física entre os sexos masculino e feminino. Os outros conceitos foram: mudança física (4,8%), normal na natureza de qualquer indivíduo (9,5%) e sem definição (14,3%). Ainda segundo os autores, “de acordo com as respostas dos participantes, nenhum aluno possui um conceito amplo sobre a sexualidade. Eles a relacionam aos fatores de caráter biológico, o que deixa claro um conhecimento superficial e/ou fragmentado sobre o tema, assim a desconhecer sua relação com fatores sociais, econômicos, éticos, étnicos e históricos” (CRUZ, 2016, p. 11).

Brabo, Silva e Maciel (2020, p.12) dizem que a Educação Sexual há muito tempo é tratada “apenas como um momento para se discutir a reprodução humana e outros aspectos que dizem respeito à sexualidade – heterossexual reprodutiva – na escola, e com o objetivo de prevenir a gravidez precoce e a infecção de doenças sexualmente transmissíveis”.

Verificamos, ainda, que as respostas relacionadas a gênero denotam certo tipo de preconceito, como exemplo, quando o A46: diz que “*existem homem e mulher e sexo masculino e feminino e não há outro sexo. E tem o momento certo para se praticar esses atos*”, essa concepção errônea sobre gênero denota o significado de gênero para a sociedade de modo geral. Ainda relacionado a essa categoria, encontramos outra resposta atípica do A27: *A educação sexual abrange uma série de conhecimentos sobre saúde, corpo, **identidade, sentimentos, autoproteção, responsabilidade e inclusão***. Com essa resposta, observamos que a preocupação do aluno voltada para essas questões é um grande avanço para a compreensão de uma educação sexual fora do contexto biológico, higienista e preventivo na escola. Ao mencionar a palavra identidade, ele pode estar se referindo à identidade sexual que cada indivíduo possui, sendo importante mencionar que a identidade sexual não está atrelada a orientação sexual ou ao gênero biológico, e sim com a maneira como a pessoa se vê e se identifica na sociedade. Já a questão de sentimentos envolve laços afetivos entre pessoas, representa como o indivíduo se sente em relação ao outro. A questão da autoproteção envolve

proteção de si mesmo contra a violência doméstica, assédios sexuais, estupro e vulnerabilidade social. E com relação à inclusão, é importante mencionar que não se trata só da diversidade sexual, mas também de outros tipos como a racial, a inclusão dos direitos ao corpo e ao prazer por pessoas com deficiência, entre outras.

Braga (2006) argumenta que os PCN têm um grande papel com relação ao ensino da educação sexual na escola, haja vista que quando se referem à saúde sexual, na verdade estão implementando um discurso “em que há a intenção de estabelecer um regime de verdade heteronormativo, preventivo, higienizador e biologicista que, separados ou articulados, revelam a orientação sexual desejada: uma sexualidade branca, de classe média e heterossexual” (BRAGA, 2006, p.6).

A próxima pergunta do nosso questionário foi referente às dúvidas desses adolescentes sobre educação sexual, sendo que 54,90% (n=28) dos alunos afirmaram NÃO possuírem dúvidas sobre o assunto, enquanto o restante 45,09% (n=23) dos alunos disseram possuir várias dúvidas relacionadas à IST, higiene íntima, métodos contraceptivos, saúde sexual, gravidez, período menstrual, primeira vez, gravidez, estupro, assédio sexual, dentre outros. No QUADRO 12, apresentamos um recorte amostral das respostas dos alunos do IFMA/SRM, sobre a questão se os mesmos tinham dúvidas relacionadas a educação sexual.

QUADRO 12 - RECORTE AMOSTRAL DAS PRINCIPAIS RESPOSTAS

PERGUNTA 04 – VOCÊ TEM DUVIDAS SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL?
A5: SIM, todas as dúvidas possíveis.
A12: SIM, como as doenças são transmitidas e quais? Importância da higiene? Antes e depois. Meios de prevenção que são aplicadas? Incômodos que a gente sente dolorido depois, o escurrimto branco?
A13: SIM, o uso de anticoncepcional, quais as probabilidades de engravidar mesmo usando os métodos. A utilidade que a pílula do dia seguinte é segura.
A14: SIM, porque é aconselhável fazer relação no período menstrual.
A15: SIM, mudanças no corpo de adolescente. Como reagir e primeiras decisões a serem tomadas quando socialmente acontece estupro, assédio sexual.
A17: SIM, sobre nossa primeira vez, sobre como deve funcionar a vida sexual e etc...
A18: SIM, gostaria de saber mais sobre o corpo humano, o ato sexual, prevenção. Coisas como se proteger diante de uma relação na qual houve uma complicação.
A46: SIM, momento certo? Idade certa? O que interfere ou define ser ou não educação

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Percebe-se que a minoria dos alunos fez apontamentos para dúvidas centradas no tema da anatomia/fisiologia/reprodução/higiene, uma vez que seus apontamentos são referentes à gravidez, aborto, primeira vez, métodos contraceptivos, IST, higiene íntima, etc. No entanto, um dado que nos chamou atenção está relacionado com a maioria dos discentes pesquisados responderem que não possuem dúvidas relacionadas à educação sexual, isso nos leva a pensar que provavelmente o ensino formal dessa temática pode não ser a única fonte de informações desses alunos. Segundo Teles *et al.* (2022) mesmo a maioria dos adolescentes apontando a escola como o principal agente responsável pela educação sexual, optam pela internet como sua principal fonte de informações a respeito da temática. Além disso, para Espíndula e Moura (2007), a baixa quantidade de dúvidas dos alunos pode estar relacionada com a timidez ou falta de espaços de diálogos e debates para com esses jovens em relação ao tema.

Pedreira e Moura (2021) em uma pesquisa realizada em um Centro Educacional no Distrito Federal com estudantes do primeiro ano do ensino médio, encontraram resultados semelhantes, onde dez (10) alunos disseram não possuírem dúvidas referentes à educação sexual, enquanto os restantes responderam que suas dúvidas estão voltadas para sexo e prazer, métodos contraceptivos, fisiologia, IST e aborto.

Passando para a pergunta seguinte que foi direcionada para a questão do diálogo sobre educação sexual, perguntamos com quem os alunos conversavam e tiravam suas dúvidas sobre o assunto. Para 25,49% (n= 13) dos alunos questionados, a internet (Google, canais do YouTube, vídeos de sexo, lendo artigos e notícias) é a solução de seus questionamentos; enquanto 23,52% (n=12) disseram que não conversavam com ninguém sobre educação sexual; já 17,64% (n=9) tiravam suas dúvidas com a mãe, tias e avós; 15,68% (n=8) conversavam com amigos (a); 5,88% (n= 3) com o professor de Biologia e 7,84% (n=4) conversavam com pai e mãe. Essas respostas vão de encontro com os resultados encontrados na pergunta anterior.

Corroborando com esses dados, Costa *et al.* (2021) realizou um estudo semelhante em uma pesquisa realizada sobre a Percepção dos Adolescentes de uma Escola no Município de Bertolina-PI, tendo 51 alunos participantes, com idades entre 14 e 21 anos. Ao perguntar sobre a principal fonte de informações sobre educação sexual, cerca de 49% dos alunos responderam na internet; 15,7% pais; 13,7% colegas/amigos; 9,8% professores; 7,8% profissionais da saúde; 2% parceiro sexual e 2% outros.

Por sua vez, os autores Quirino e Rocha (2012, p.09), em uma pesquisa realizada com 67 estudantes de 15 a 19 anos do Ensino Médio de uma escola pública do Estado do Ceará, descobriram que as formas mais frequentes de fontes de informações sobre educação sexual

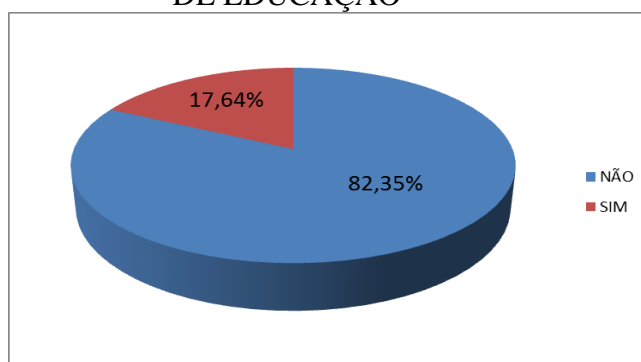
foram: amigos (13,4%), seguido pela associação de amigos e livros/revistas (10,4%), e, parcela semelhante não informou a fonte (10,4%). Os pais e livros/revista foram responsáveis por 4,5% das respostas de cada um, escola e internet, ambos com 3%, e professores e televisão, ambos com 1,5%. Uma opção foi incluída por um estudante: a Bíblia/Igreja Católica (1,5%). As demais respostas foram associação de opções (QUIRINO E ROCHA, 2012).

Nota-se que com o passar dos anos, a busca por informações dos adolescentes sobre educação sexual estão se modificando, uma vez que em 2012 os alunos buscavam mais informações com os amigos (13,4%) e em 2021 sua principal fonte de informações foi à internet (49%), corroborando com os dados encontrados em nossa pesquisa, pois cerca de 25,49% dos alunos pesquisados também usavam a internet como fonte de pesquisa sobre educação sexual.

Com esses resultados, podemos dizer que para suprir a necessidade de informações a respeito de educação sexual, que às vezes são negligenciadas em casa, e ensinada na escola de maneira convencional, os alunos buscam cada vez mais a internet como fonte alternativa, devido à facilidade de acesso e à quantidade de conteúdos que estão disponíveis sem o caráter disciplinador e moralizante. No entanto, apesar de esperado, o uso preferencial da internet é, de certa forma, preocupante, uma vez que a maioria desses alunos não sabe discernir informações verdadeira de falsas, assim como também não sabem quais fontes são confiáveis frente a uma imensidão de conteúdos disponíveis nas redes.

Outra questão proposta no questionário foi se os alunos já tiveram ou têm aulas de educação sexual na escola que estuda. Como resultados, obtivemos 82,35% (n=42) do alunado dizendo que NÃO e somente 17,64% (n=09) dos alunos disseram que SIM. A FIGURA 3 apresenta as respostas dos alunos sobre a abordagem de educação sexual nas aulas do IFMA/SRM.

FIGURA 3 - RESPOSTAS SOBRE A ABORDAGEM DE AULAS DE EDUCAÇÃO

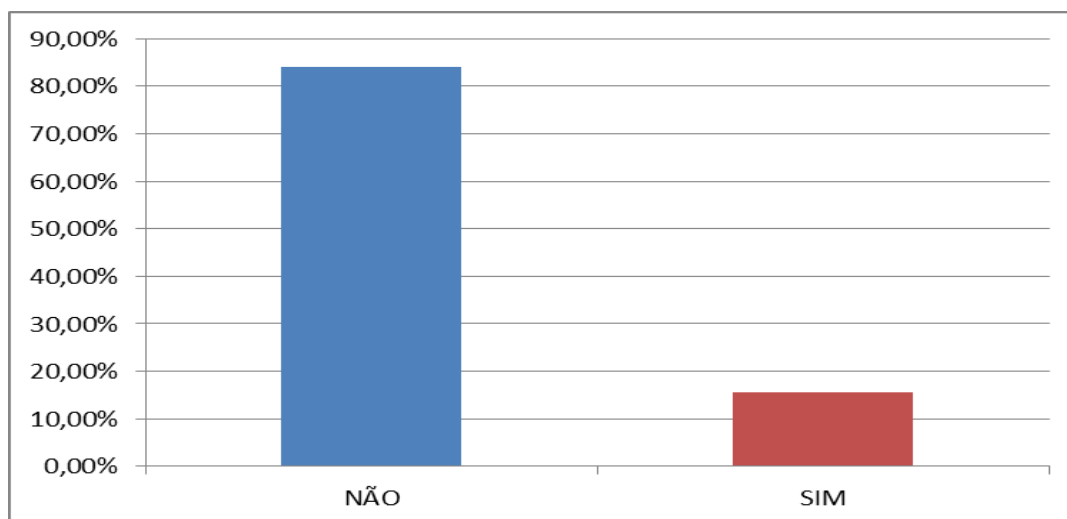


Os resultados mostraram que assuntos relacionados à educação sexual são abordados com baixa regularidade no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campus São Raimundo das Mangabeiras (IFMA/SRM).

Vieira (2016) afirma que em uma pesquisa realizada com cem (100) alunos, em uma Escola Municipal de Julite Miranda Freitas, Serra, 52% dos estudantes relataram que o tema educação sexual não era abordado em sua instituição de ensino, enquanto o restante dos alunos (48%) disse que este assunto é ensinado de “forma superficial, não articulando todos os assuntos que eles consideram importantes. Quando é falado, na maioria das vezes, alternância se dá como conteúdo programático, nas aulas de ciências” (VIEIRA, 2016, p.68).

Quando foram perguntados sobre a participação em algum projeto, oficina ou evento sobre educação sexual, a maioria dos alunos responderam que NÃO, um total de 84,31% (n=43) dos alunos dos entrevistados e somente 15,68% (n=08) dos alunos disseram que SIM. A FIGURA 4 apresenta as respostas referentes a participação dos alunos do IFMA/SRM sobre a participação em projeto, oficina ou evento de educação sexual.

FIGURA 4 - RESPOSTAS SOBRE A ABORDAGEM DE AULAS DE EDUCAÇÃO



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Divergindo desse resultado, Lima (2019) afirma que em sua pesquisa realizada na Escola Estadual Gentil de Albuquerque Malta localizada na cidade de Mata Grande, no estado de Alagoas, dentre os 108 alunos do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, 56% dos alunos e 51% das alunas afirmaram que já participaram de eventos que abordavam sobre a temática.

Esses dados nos remetem a uma questão que vem sendo discutida há bastante tempo, relacionada à inclusão da educação sexual como disciplina obrigatória no currículo brasileiro, pois acreditamos que somente dessa forma essa temática será abordada de forma igualitária em todas as instituições de ensino do país. No entanto, atualmente, esse ensino acontece de modo aleatório, ou seja, de acordo com o currículo de cada Estado. Segundo a autora Frasson-Costa (2016), em sua obra intitulada “Educação Sexual: uma metodologia inspirada nos Patamares de Adesão”, as instituições de ensino têm autonomia para recriar currículos de acordo com as necessidades e anseios expressos em seus projetos pedagógicos. E a autora Mampri (2009, p.06) corrobora dizendo que “a educação sexual realizada nas escolas atualmente tem ocorrido de maneira incipiente, sem uma organização e planejamento e ainda, não se contata esta abordagem dentro das unidades didáticas, ou seja, as disciplinas”.

Essa premissa não difere muito da análise documental que realizamos nos Planos dos Cursos Técnicos em Aquicultura, Agropecuária e Informática, na Modalidade Integrada, do IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras, em que observamos que existe proposta para a abordagem de educação sexual na referida instituição, no entanto, a mesma caminha a passos curtos quando pensamos em uma educação que atenda todas as necessidades dos alunos, necessitando de um avanço significativo que a contemple de maneira transversal e menos subjetiva.

Aliado a essa questão, temos a problemática sobre os assuntos relacionados à educação sexual que vêm sofrendo um desmonte contínuo no ambiente escolar, nos planos estaduais e municipais de educação, com retirada da palavra gênero (voltado para as questões socioculturais e sexuais) e a expressão orientação sexual dos textos. Esse fato está associado diretamente aos movimentos formados por pais conservadores, membros do governo e grupos organizados que defendem uma “escola sem partido”, retirando a autonomia e o papel da escola de falar sobre sexualidade e educação sexual, na medida em que isto seria uma “ideologia de gênero” (NASCIMENTO e CHIARADIA, 2017).

Em seguida queríamos saber dos discentes se os colegas de turma já fizeram alguma pergunta ao professor que envolvesse a educação sexual. Como resultados, mais da metade dos alunos responderam que SIM, um total de 68,62% (n=35) dos alunos, enquanto 31,37% (n=16) dos alunos disseram que NÃO. Dos 35 alunos que responderam SIM, 74,28% (n=26) disseram que as perguntas feitas ao professor foram relacionadas a métodos contraceptivos, gravidez e IST; enquanto para 17,14% (n=06) os assuntos perguntados foram sobre o sistema reprodutor; já 5,71% (n=02) falaram que foi sobre a vida sexual ativa e 2,85% (n=01) não

soube disser sobre o que perguntaram. O QUADRO 13 apresenta as categorias encontradas nas respostas, em forma de resumo.

QUADRO 13 - PERGUNTAS FEITAS AO PROFESSOR

RESPOSTAS	ASSUNTO	QDT (%)
A2: SIM, alguns deles perguntaram sobre métodos anticoncepcionais e doenças adquiridas ao fazer sexo sem proteção com AIDS e gonorreia, essas foram as mais citadas; A4: SIM, sobre métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis; A5: SIM, nas aulas de biologia, dúvidas relacionadas a gravidez. Perguntamos se o liquido do homem pode engravidar a mulher sem penetração, perguntas relacionadas a contraceptivos e até mesmo com relação ao ciclo menstrual sobre dias para não engravidar, etc...	METODOS CONTRACEPTIVOS, GRAVIDEZ E ISTs	74,28%
A7: SIM, nas aulas de biologia, relacionados ao funcionamento do sistema reprodutor masculino e feminino e uso de anticoncepcionais e preservativos; A45: SIM, como era formado os órgãos, por que serve, como é usado?	SISTEMA REPRODUTOR	17,14%
A32: SIM, sobre a vida ativa sexual; A46: SIM, para caso quiser esse ato de forma certa e não agir de forma errada e explica que existe masculino e feminino.	VIDA SEXUAL ATIVA	5,71%
A11: SIM, porém não recordo.	NÃO SOUBE DIZER	2,85%

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Diante desses resultados, observamos uma controvérsia onde em respostas anteriores os alunos disseram que sua maior fonte de informações é a internet, e nesse questionamento a grande maioria expressaram que realizaram perguntas sobre gravidez, métodos contraceptivos, IST, sistema reprodutor, vida sexual ativa e outros, para os professores, principalmente, para os da área/disciplina Biologia, isso mostra que os adolescentes sentem falta de dialogar e debater sobre o assunto na escola.

Novak (2013) em sua pesquisa realizada em uma escola da rede estadual de ensino localizada no município de Nova Aurora – PR, com alunos de uma turma de 8º ano, chegou a um dado parecido, onde a autora afirma que vinte (20) alunos disseram que conversavam com os professores sobre educação sexual, enquanto cinco (05) alunos disseram que essa liberdade estava direcionada para os pais. Portanto, segunda a autora, existe liberdade dos adolescentes em falar sobre educação sexual, entretanto, “a maioria dos alunos preferem tratar esse assunto

com seus professores, no âmbito escolar, do que com seus pais. Muitos adolescentes afirmam que é mais difícil falar com seus pais sobre educação sexual, por medo, muitas vezes, da repressão” (NOVAK, 2013, p. 32). Soares e Soares (2022, p.8) dizem que “a escola é a instituição mediadora entre o aluno e o mundo. É pelo conhecimento adquirido através dos professores que a criança aprende, se desenvolve e se prepara para encarar muitas adversidades e desafios da sociedade”.

Quando questionados sobre quando achavam que a educação sexual deveria ser ensinada, os dados mostraram que 54,90% (n=28) dos alunos acreditavam que a educação sexual deveria ser ensinada a partir da puberdade/adolescência; enquanto 21,56% (n=11) dos alunos achavam que deveria iniciar no ensino fundamental (menor e maior); já 17,64% (n=09) dos alunos defenderam que tem que ser desde criança; e 5,88% (n=03) dos alunos apontaram outras opções. Para visualizar melhor as respostas, apresentamos um resumo em forma de recorte no QUADRO 14.

QUADRO 14 - CATEGORIAS REFERENTES À ÉPOCA CERTA DO INÍCIO ENSINO DE EDUCAÇÃO SEXUAL

RESPOSTAS	CATEGORIAS	QDT (%)
<p>A4: A partir da puberdade, porque é uma fase que ocorre transformações em nosso corpo e não entendemos nada. É o mesmo sobre educação sexual, não sabemos nada;</p> <p>A12: A partir da puberdade porque é o momento em que os desejos e prazeres estão a flor da pele;</p> <p>A16: A partir dos 15 anos ou 14 anos. É nessa fase onde o adolescente tem maturidade para obter esses tipos de ensinamentos e onde geralmente começa a despertar esses tipos de desejo;</p> <p>A25: Para a maioria dos adolescentes aprenderem e seu próprio corpo e como funciona ao ter relação sexual. Muitas mulheres engravidam por não ter conhecimento e o seu parceiro também não. A partir da puberdade 11 anos.</p> <p>A37: Na adolescência de forma que não seja muito erótico expositivo, contribuindo para algo pior.</p>	PUBERDADE/ ADOLESCÊN CIA	54,90 %
<p>A8: Desde o ensino fundamental para prevenir ocorridos como gravidez na adolescência;</p> <p>A17: A partir do ensino fundamental, para que tenhamos uma mentalidade madura sobre o assunto para que meninos não venham a engravidar por as vezes não saber nada sobre o assunto;</p> <p>A36: A partir do 5ª ano, pois leva a criança a entender os assuntos de intimidade, privacidade, sendo assim essencial para formação natural de todo ser.</p>	ENSINO FUNDAMENT AL (MENOR E MAIOR)	21,56 %

<p>A18: Desde de sempre, educação sexual dever ser inclusa dentro da vida do menino ou menina a partir do momento que ele passa a falar, uma vez que esse tipo de educação se trata do seu corpo;</p> <p>A23: Deve começar a ser ensinada para as crianças começando pelas partes do corpo que não devem ser tocadas por estranhos e indevidamente e evoluindo o assunto de acordo com a idade.</p>	CRIANÇA	17,64 %
<p>A46: SIM, para caso quiser esse ato de forma certa e não agir de forma errada e explica que existe masculino e feminino;</p> <p>A51: Na minha opinião deve começar de casa, seus os meus e todos os pais devem falar sobre educação sexual, logo a escola.</p>	OUTROS	5,88 %

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Para a grande maioria dos alunos pesquisados a educação sexual deveria ser iniciada na puberdade/adolescência, pois segundo eles é o tempo mais crítico de suas vidas, no qual se deparam com as mudanças físicas, amorosas, sexuais, sentimentais, entre outros. Para Maia, (2005) a fase da adolescência começa na puberdade e termina quando se assumem papéis de adultos, sendo um período muito importante para a sexualidade, pois é quando o indivíduo descobre e vivencia suas escolhas amorosas e sexuais e se reconhece como sujeito sexuado no mundo. “Nessa fase, reconhecemos nossa identidade pessoal, assumindo nossos desejos e forma de sentir e amar. Enfim, nos preparamos para a vida adulta no que diz respeito à independência emocional e afetiva” (MAIA, 2005, p.3).

Entretanto, houve alunos que acreditavam que a educação sexual deveria ser iniciada desde a infância, indo ao encontro das concepções de Maia e Ribeiro (2011), assim como a nossa, na qual a educação sexual está presente no seio familiar, na vivência social e se fazendo presente desde o nascimento do indivíduo, mesmo que de modo inconsciente. Vale ressaltar, ainda, que a resposta do A37: “*Na adolescência de forma que não seja muito erótico expositivo, contribuindo para algo pior*”, é preocupante, pois denota a maneira como a sociedade conservadora visualiza e dissemina informações errôneas de que a educação sexual estimula crianças e adolescentes ao sexo. No entanto, essa visão deve ser reformulada, uma vez que um dos objetivos da educação sexual é justamente combater a violência e abuso sexual de menores, a gravidez na adolescência, homofobia, entre outros.

Questionamos, ainda, na visão deles quem deveria ensinar educação sexual? Com relação a esse questionamento, obtivemos quarenta e nove (49) respostas, pois dois (02) alunos não responderam. Dentre essas, 57,14% (n=28) dos alunos achavam que quem deveria ensinar sobre o assunto são os pais; enquanto 14,28% (n=07) dos alunos achavam que a

educação sexual deveria ser ensinada por um profissional especializado, porém, não especificaram qual especialidade; 10,20% (n=05) dos alunos acreditavam que a escola deveria se responsabilizar por esse ensino; assim como, 10,20% (n=05) dos alunos disseram que esse dever seria dos profissionais de saúde e para 8,16% (n=04) os responsáveis seriam os professores e principalmente, os da área/disciplina Ciências e Biologia. Apresentamos, no QUADRO 15, um resumo das principais respostas, em forma de recorte.

QUADRO 15 - CONCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE QUEM DEVERIA ENSINAR EDUCAÇÃO SEXUAL

RESPOSTAS	ASSUNTO	QDT
<p>A6: Em primeiro lugar a família, os pais, em seguida um projeto pela escola para auxiliar os alunos no conhecimento e até mesmo a própria família que talvez tenha dificuldade para trabalhar esse assunto;</p> <p>A14: Pais, membros da família e professores;</p> <p>A29: Deveria ser os pais em casa, mais a maioria dos pais tem vergonha de falar com os seus filhos sobre esses assuntos;</p> <p>A32: Os pais mais os mesmo não tem coragem, pois se sentem envergonhados, e jogam essa bola para a escola, pois onde temos mais contato;</p> <p>A47: Os pais já deveriam conversar com seus filhos desde casa e a escola deveria ter profissionais nesse assunto para ensinar os alunos.</p>	PAIS	57,14 %
<p>A26: Pessoas especializadas nas áreas de forma não tão formal e direta;</p> <p>A43: Um profissional capacitado que possa ensinar sobre o assunto de maneira correta e de fácil entendimento.</p>	PROFISSIONAL ESPECIALISTA	14,28 %
<p>A04: A escola principalmente, pois a maioria das vezes nem os pais sabem orientar os filhos sobre isso;</p> <p>A25: Na minha opinião deveria existir uma matéria específica nas escolas, passando informações para os alunos ficarem cientes das mais diversas situações.</p> <p>A30: As escolas porque os pais de hoje em dia não tem tempo para os filhos, e os filhos tem vergonha de abordar os pais sobre esse assunto.</p>	ESCOLA	10,20 %
<p>A11: Profissional da saúde;</p> <p>A20: Creio que as pessoas mais capacitadas para isso sejam os profissionais da saúde e em salas de aula pessoas formadas em biologia.</p>	PROFISSIONAIS DE SAUDE	10,20 %
<p>A1: Os professores e principalmente os pais;</p> <p>A5: Os professores já que a maioria das mulheres que engravidam são adolescentes com falta de conhecimento;</p> <p>A7: Profissionais da área de saúde ou ciências biológicas, como professores de ciências/biologia e etc, ou palestrantes;</p>	PROFESSORES	8,16 %

A44: Professor de biologia;		
-----------------------------	--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Nesse questionamento, observamos que em várias respostas, os alunos afirmaram que a responsabilidade pela educação sexual das crianças e adolescentes deveria ser atribuída aos pais, à escola e aos professores, como destacamos nas palavras em negrito. Portanto, mais da maioria dos alunos (57,14%) em suas respostas enfatizaram que primeiramente essa tarefa deveria ser atribuída aos pais.

Laura (2020, p.30) diz que os alunos participantes de sua pesquisa, também achavam que “a responsabilidade de educar sexualmente é da família e da escola. Destacaram a importância da família em transmitir os valores para a vida, e evidenciaram o seu papel na proteção das crianças e adolescentes ao fornecer uma educação que possibilite o seu desenvolvimento saudável, evitando, por exemplo, assédio ou estupro”. A autora ainda fala que os estudantes “declararam que a maior parte da educação sexual recebida na escola é disponibilizada pela disciplina de Biologia e está mais voltada para os aspectos biológicos como o funcionamento do corpo, métodos contraceptivos e prevenção contra IST”, (LAURA, 2020, P.30), corroborando com os dados encontrados em nossa pesquisa.

E nossa última pergunta, mas não menos importante foi relacionada aos assuntos que eles gostariam que fossem ensinados sobre educação sexual. Os resultados não foram muito diferentes dos que eles vinham dizer anteriormente, uma vez que a maioria de suas respostas foram direcionadas para métodos contraceptivos, gravidez, aborto, ISTs, abuso sexual, relações sexuais. No entanto, encontramos algumas questões relacionadas a sentimentos e emoções, homossexualidade, violência sexual e tipos de sexualidade, que valem destaque, conforme o QUADRO 16:

QUADRO 16 - O QUE OS ALUNOS GOSTARIAM DE APRENDER SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL

ALUNO	RESPOSTAS
A6	Sentimentos, orientação;
A21	Sobre o sexo (o ato em si), sobre as mudanças nos corpos quando tiver uma vida sexualmente ativa, como colocar uma camisinha (tanto feminina, quanto masculina), devendo haver demonstração ao vivo sobre o método correto de colocar;
A34	Vida sexual ativa, pós- puberdade, meios contraceptivos, vida homoafetiva;
A37	Controle emocional com o parceiro;
A42	Violência sexual, ISTs;
A44	Acho que sobre o corpo masculino que a meu ver dificilmente é

	<i>falado;</i>
A51	<i>Reprodução, maneiras de executar o ato, proteção, tipo de sexualidade;</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Observa-se que alguns alunos gostariam de enveredar por caminhos menos biológicos e preventivos, quando se trata do que gostariam de aprender sobre educação sexual. Por exemplo, o A34, *levanta uma questão relacionada à “vida homoafetiva”*, esse dado é importante, pois remete não somente as discriminações que esse grupo sofre por não seguirem o padrão heteronormativo ditado pela sociedade, mas também que eles devem ter seus direitos garantidos de constituir família, união civil, adoção, direitos reprodutivos para casais homossexuais, até mesmo da prevenção, tanto relacionado ao sexo seguro, quanto à IST. Além disso, o A37 *fala sobre “controle emocional com o parceiro”*, essa questão é relevante, pois os crimes relacionados ao feminicídio, a violência contra a mulher ou o homem, posse, ciúmes, entre outros, são desencadeados dentro dos relacionamentos abusivos, causados justamente pela falta desse controle emocional, devendo haver uma conscientização sobre o que é um relacionamento saudável. É importante apresentar essas respostas destacadas no QUADRO 13, porque elas servem para mostrar que os alunos buscam informações que vão além do conteúdo biológico, isso sem mencionar a necessidade de se debater sobre esses temas na escola, uma vez que a informação é a maior arma contra a discriminação, homofobia, bullying, quebra de tabus, entre outros crimes que podem ser combatidos com uma educação sexual emancipatória e menos tradicional.

6 PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional é uma produção técnica e/ou tecnológica obtida através dos resultados apontados nas pesquisas desenvolvidas pelos Programas de Pós-Graduação. Esse produto educacional deverá estar de acordo com a linha de pesquisa, ser tangível, prático, acessível, inovador e de fácil aplicação, tanto de forma individual, quanto em grupo.

Os objetivos da nossa pesquisa estavam centrados em compreender as conceituações, desafios e expectativas de docentes e estudantes sobre a Educação Sexual no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras; analisar as concepções e os desafios da Educação Sexual para os docentes do IFMA/SRM; entender as concepções e as expectativas sobre Educação sexual para os estudantes do IFMA/SRM, e construir, a partir dos desafios e expectativas analisados, um guia educativo para auxiliar na abordagem da educação sexual.

Para alcançar esses objetivos, usamos como metodologia a pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de questionários com alunos dos 3º anos dos cursos técnico/integrado da instituição e com os professores que ministram aulas nos referidos 3º anos.

Como resultados, inferimos que as concepções da maioria de ambos os grupos pesquisados sobre educação sexual apresentaram uma visão biologicista, higienista e preventiva; as dúvidas da maior parte dos alunos estavam de acordo com o que os professores acreditavam que deveria ser ensinado (prevenção de doenças, métodos contraceptivos, ISTs, gravidez, aborto, anatomia e fisiologia, entre outros); os professores indicaram que possuem dificuldades em ensinar sobre a temática, sugerindo que necessitam de treinamento/capacitação para tal ato, enquanto os alunos esperam que aconteça de fato o ensino de educação sexual em sua escola. Observamos ainda através dos questionamentos realizados e análise dos documentos da referida instituição, que assuntos relacionados à educação sexual são abordados com baixa regularidade no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campus São Raimundo das Mangabeiras.

Portanto, com base nos resultados obtidos nesta pesquisa, desenvolvemos o nosso produto educacional que é um Guia Educativo, no qual trazemos os assuntos que os alunos apontaram como sugestões para abordagem da educação sexual em sala de aula. Este produto servirá de apoio para professores, educadores de organizações não governamentais, líderes de movimentos sociais ou qualquer profissional que desejar trabalhar com educação sexual. Os conteúdos são voltados para alunos do ensino médio, adolescentes e jovens, os quais poderão

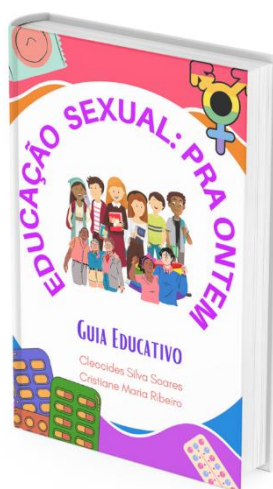
ser abordados em escolas públicas municipais, estaduais, federais, assim como, em redes privadas, associações, instituições filantrópicas e/ou, onde se fizer necessário.

6.1 DESENVOLVIMENTO DO GUIA EDUCATIVO

No desenvolvimento do produto, utilizamos como ferramenta o Canva, que é uma plataforma de design gráfico que permite aos usuários criar gráficos de mídia social, apresentações, infográficos, pôsteres e outros conteúdos visuais. O produto educacional pode ser acessado na íntegra no seguinte endereço eletrônico: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/728404>.

Estruturamos o Guia Educativo em cinco (05) módulos, onde dividimos e apresentamos os principais assuntos destacados pelos alunos na referida pesquisa. A FIGURA 5, apresenta a capa do nosso produto educacional.

FIGURA 5 – CAPA DO GUIA EDUCATIVO



FONTE: Elaborado pela autora (2023)

Módulo 1 – Os Alunos Querem Saber

Nesse módulo trazemos assuntos relacionados a namoro, virgindade, primeira vez, sexo oral, consentimento, abuso sexual, violência e estupro virtual, menstruação e pobreza menstrual e gravidez não planejada. Esses assuntos foram apontados dentro das concepções dos alunos sobre o que é educação sexual, assim como, o que gostariam de aprender sobre a temática. Achemos importante abordar esses temas de maneira menos tradicional, pois dessa forma poderemos ajudar os usuários a visualizar a educação sexual de forma fácil e descomplicada. E, ainda, propomos uma oficina como atividade interativa, que poderá ser

adaptada à realidade dos usuários. A FIGURA 6, apresenta o Módulo 1, do produto educacional.

FIGURA 6 – MÓDULO 1



FONTE: Elaborado pela autora (2023)

Módulo 2 – Métodos Contraceptivos

Os métodos contraceptivos foram um dos assuntos que mais apareceram na nossa pesquisa. Tanto os professores, quanto os alunos falaram sobre a importância da abordagem desse tema. Portanto, nesse módulo trazemos os métodos contraceptivos hormonais orais, injetáveis e adesivos, camisinhas externas e internas. Também, sugerimos uma atividade de aula prática, como proposta de abordagem desse tema. A FIGURA 7, apresenta o Módulo 2, do produto educacional.

FIGURA 7 – MÓDULO 2



FONTE: Elaborado pela autora (2023)

Módulo 3 – Infecções Sexualmente Transmissíveis

As IST, assim como os métodos contraceptivos, foram um dos assuntos que mais se destacaram nos nossos dados coletados. Os alunos e professores enfatizaram que é de suma importância à abordagem desse tema com os adolescentes e jovens. Diante disso, apresentamos as IST causadas por bactérias, vírus e outros parasitas, seus sintomas, tratamento, teste rápido. Neste módulo, sugerimos duas formas dinâmicas de trabalhar com a

temática que são debates e oficina. A FIGURA 8, apresenta o Módulo 3, do produto educacional.

FIGURA 8 – MÓDULO 3



FONTE: Elaborado pela autora (2023)

Módulo 4 – Diversidade Sexual: Educar Para Não Discriminar

A diversidade sexual, não foi um assunto que teve muito destaque dentro da amostra pesquisada, onde tivemos alguns apontamentos de alunos, mais de maneira bem sutil. Porém, acreditamos que esse tema é muito relevante e não poderíamos deixar de fora do nosso Guia Educativo, uma vez que trata de assuntos que são pouco abordados, não só na escola, mas fora dela também. Dessa forma, apresentamos, nesse módulo, questões sobre a diversidade sexual, escola como espaço ideal para ensinar sobre esse tema, conceitos de gênero, sexo, sexo biológico, orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero, homofobia e transfobia, discriminar é crime, dados sobre a LGBTFOBIA. E finalizando o módulo, não poderíamos deixar de sugerir uma atividade, que nesse caso foi uma oficina. A FIGURA 9, apresenta, o Módulo 4 do produto educacional.

FIGURA 9 – MÓDULO 4



FONTE: Elaborado pela autora (2023)

Módulo 5: Sugestão de Leitura

E no nosso último bloco, trazemos outros Guias Educativos, Cartilhas e Cadernos que abordam sobre educação sexual, como sugestão de leituras que poderão ajudar os usuários do nosso produto, na construção de suas aulas, palestras, debates, rodas de conversas ou como preferir abordar educação sexual. A FIGURA 10, apresenta o Módulo 5, do produto educacional.

FIGURA 10 – MÓDULO 5



FONTE: Elaborado pela autora (2023)

6.2 TESTE PILOTO E APLICAÇÃO DO GUIA EDUCATIVO

Após o desenvolvimento do Guia Educativo, encaminhamos o mesmo para impressão em folha A4, no formato colorido. Logo em seguida, realizamos o teste piloto com dois (02) servidores voluntários do IFMA/SRM, onde entregamos o Guia Educativo, juntamente com o ROTEIRO DE VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL. Utilizamos o “V” para nos referir a voluntário, visando manter o sigilo e anonimato dos participantes. Nesse caso, o V1 não apresentou críticas ao Guia Educativo; como sugestão, acrescentar mais oficinas e debates no produto, assim como trocar a imagem de sugestão de objeto para aula prática da camisinha interna (feminina) por um copo, de preferência plástico (a imagem anterior era uma lata); não apresentou erros; elogiou o produto, disse que realmente a escola precisava se envolver mais nas questões relacionadas a educação sexual, principalmente, sobre a discriminação com as pessoas LGBTQIA+, e não apresentou contribuições. O V2, também, não apresentou críticas ao Guia Educativo, sugeriu que o produto fosse paginado (ainda não havíamos paginado) e que fosse acrescentada a duração das oficinas; apresentou erro de escrita (palavra com letras

repetidas) e elogiou o produto educacional, disse que será de grande ajuda na programação de aulas e debates sobre o assunto.

De posse dessas informações, fizemos as correções, acatamos as sugestões, e realizamos uma nova impressão em folha A4, no formato colorido para aplicação com os professores participantes desta pesquisa.

Tendo em vista que a nossa amostra foi relativamente pequena, visando agilidade, praticidade e disponibilidade de horário dos professores participantes, utilizamos a ferramenta de comunicação WhatsApp para conversar, explicar como seria a dinâmica utilizada, e apresentar o produto, sem haver a necessidade da realização dos encontros para essas etapas. Na oportunidade, enviamos mensagem de texto e o Guia Educativo em formato de PDF, tanto por e-mail, quanto pelo WhatsApp, para os seis (06) docentes (que responderam ao questionário aplicado), e após e a leitura e interação dos assuntos, agendamos um encontro, que se realizou em uma sala privada, nas dependências do IFMA/SRM. Vale ressaltar que somente cinco (05) professores se dispuseram a participar do encontro, haja vista que o P6 foi removido, através de processo de remoção para outro Campus do IFMA.

Dessa forma, quando todos estavam apropriados e inteirados sobre os módulos do produto, nos reunimos e realizamos um debate, com duração de quatro horas (04h00), sobre os principais temas apontados pelos participantes. Na ocasião, os professores puderam debater sobre vários temas do Guia Educativo, que acharam relevantes, tais como as IST, métodos contraceptivos, primeira vez e diversidade sexual; relataram sobre suas vivências e experiências com relação à educação sexual e a sua importância na escola; as barreiras e dificuldades enfrentadas por eles acerca do tema e a falta de preparo para sua abordagem assim como relatos positivos sobre a educação sexual fora do conteúdo biológico e as principais dúvidas dos alunos referentes à temática em sala de aula. Notamos que o P5 (Biologia), se sentiu mais à vontade com os assuntos abordados, fazendo várias colocações bastante pertinentes e compartilhando suas vasta experiência adquirida durante suas aulas.

Na oportunidade, aproveitamos para falar sobre a importância da avaliação do produto através da aplicação de um questionário contendo 10 (dez) perguntas abertas e fechadas, de autoria própria (Questionário C - avaliação do Produto Educacional, Apêndice 9), com o objetivo de avaliar se o produto educacional desenvolvido contribuiu com a prática pedagógica do ensino de educação sexual em sala de aula. Logo em seguida, entregamos, *in loco*, o referido questionário, dando um prazo máximo de cinco (05) dias para devolução dos mesmos, para que os participantes não se sentissem pressionados ou obrigados a responder. Após esse período, retornamos a instituição para a coleta dos dados. É importante mencionar

que no encontro realizado, foram obedecidos os protocolos preconizados para evitar o contágio da COVID-19.

6.3 AVALIAÇÃO DO GUIA EDUCATIVO

De posse dos resultados do questionário de avaliação do produto educacional, aplicado com os professores, realizamos a análise e utilizamos o método anterior na identificação dos docentes, visando manter a identidade dos professores no anonimato (P1, P2, P3, P4 e P5) e dar continuidade em suas respostas.

Para a avaliação do produto educacional, com relação a LINGUAGEM; ESCOLHA DOS CONTEÚDOS; FIGURAS, ILUSTRAÇÕES e ORGANIZAÇÃO, consideramos uma escala de 1 a 5, em que 1 é muito ruim e 5 é excelente, como mostra a TABELA 2.

TABELA 2 – RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL APLICADO COM OS PROFESSORES.

PROFESSORES	LINGUAGEM UTILIZADA	ESCOLHA DOS CONTEÚDOS	FIGURAS, ILUSTRAÇÕES E ORGANIZAÇÃO
P1	5	5	3
P2	4	4	4
P3	5	5	5
P4	5	5	5
P5	4	5	5

Fonte: autoria própria (2023). Legenda: Escala de avaliação de 1 a 5 (1 - Muito Ruim e 5 – Excelente).

Quando questionados como classificavam a LINGUAGEM utilizada no Produto Educacional, três professores deram Nota 5, e dois docentes deram Nota 4. Com esse resultado, notamos que a linguagem usada no produto foi de fácil entendimento e aprovada pelos professores. Essa aprovação é importante, pois segundo Bengtsson e Bolander (2019) a preocupação com a linguagem nas práticas de educação sexual é uma necessidade primordial, haja vista que existe a necessidade de haver uma abordagem facilitadora com comunicação positiva e aberta capaz de estimular reflexões e debates sobre a temática.

Com relação à ESCOLHA DOS CONTEÚDOS, quatro professores avaliaram com a Nota 5 e um docente avaliou com a Nota 4. Com base nessas respostas, inferimos que a escolha dos conteúdos também agradou os docentes. Sendo assim, acreditamos, como Lima (2019), que a escolha de conteúdo, por meio de temas relevantes, pode auxiliar o professor como mediador na reconstrução dos conhecimentos equivocados dos alunos sobre a educação sexual (preconceitos, discriminação, etc.) através da abordagem de temáticas fora do conteúdo biológico, levando a mudança de comportamento por parte do educando.

Solicitamos aos professores para classificarem às FIGURAS, ILUSTRAÇÕES e ORGANIZAÇÃO do Produto Educacional, onde três professores deram Nota 5; um docente a Nota 4, e o outro a Nota 3. Observa-se que a maioria dos docentes, classificou esse quesito como excelente, e um professor como mediano. Esse questionamento teve uma função importantíssima para que este Guia Educativo não apresentasse a configuração dos livros didáticos de Biologia que, segundo Silva (2014) reproduzem a codificação dos gêneros e dos corpos dentro de um discurso biológico, através de ilustrações do sistema reprodutor masculino e feminino, ciclo menstrual, fecundação, gravidez e parto, entre outros.

Alguns questionamentos foram realizados. Um deles, se o produto educacional poderia facilitar a atuação dos professores na educação sexual em sala de aula. Todos responderam que SIM. O P1, ainda ressaltou “*Sim. O material trás de maneira organizada, temas e questionamentos importantes para o debate/discussão em sala de aula*”. Questionamos ainda se o produto educacional ajudou os professores sobre os assuntos relacionados à educação sexual. As respostas foram unânimes no SIM. Com isso, nota-se que os professores precisam de materiais didáticos e qualificação que os auxilie no conhecimento e atualização sobre educação sexual, possibilitando uma assistência mais adequada aos estudantes. Corroborando com essa afirmativa, Bueno e Franzolin (2017) destacam que o acesso a materiais didáticos, propicia aos professores conhecimentos que podem ser utilizados para planejamento pedagógico e, conseqüentemente, melhorar a qualidade das aulas.

Da mesma forma, ocorreu com relação ao questionamento se eles indicariam o produto educacional para seus colegas que não participaram da pesquisa, onde todos responderam que SIM. Esse questionamento nos permitiu aferir a ideia de concepção dos docentes sobre a necessidade de uma formação em educação sexual.

Perguntamos se os professores utilizariam o produto educacional como suporte pedagógico no planejamento de aulas sobre educação sexual. Quatro (04) docentes disseram que SIM e um (01) professor disse que não trabalha com a temática, conforme apresentamos no QUADRO 17.

QUADRO 17: UTILIZAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL COMO SUPORTE PEDAGÓGICO

PROFESSOR	RESPOSTAS
P1	<i>Sim. São temas importantes a serem trabalhados em qualquer disciplina, por se tratar de questões transversais.</i>
P2	<i>Não trabalho essa temática, porém os conteúdos ajudarão na condução de situações em turma que envolvem a temática da sexualidade no âmbito da convivência social.</i>
P3	<i>Sim. Poderia trabalhar diversos conteúdos relacionando as tecnologias digitais com os conteúdos relacionados a educação sexual.</i>
P4	<i>Sim, desde que acompanhado de outros professores ajudando na condução dos assuntos.</i>
P5	<i>Sim. Este produto ajudará a preparar aulas mais atrativas.</i>

Fonte: Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Nota-se que quase todos os docentes disseram que utilizariam o Guia Educativo como suporte pedagógico, porém, cada um apresentou formas diferentes para sua aplicação. O P1, por exemplo, fala de sua transversalidade e que poderá ser trabalhado em qualquer disciplina. Essa afirmativa mostra que esse professor consegue visualizar uma educação sexual integralizada. Moraes, Guimarães, Menezes (2021 p.150) recomendam que educação sexual seja abordada de maneira interdisciplinar, por meio de projetos integrados entre docentes de diferentes disciplinas, o que levaria à superação do “ensino fragmentado e abrangendo a abordagem para várias dimensões que não apenas a biológica”. Já o P2 afirmou que não trabalha com educação sexual, mas acredita que os conteúdos apresentados poderão auxiliar na abordagem da temática em sala de aula. Essa afirmativa entra em controvérsia com a resposta do P1, que defende uma educação sexual de forma transversal, podendo ser trabalhada em qualquer disciplina. Já o P3 dá sugestões de como trabalhar com a temática nas tecnologias digitais. Isso é bastante relevante, haja vista que estamos vivenciando a era digital, com o surgimento de um universo novo, com uma imensa vastidão de informações que podem ser tanto benéficas, quanto maléficas, dependendo da forma que for utilizada.

A fala do P4, mostra sua dificuldade com a abordagem de assuntos relacionados à educação sexual. Essa resposta representa uma das barreiras enfrentadas na implantação da educação sexual na escola, uma vez que a falta de capacitação e, conseqüentemente, a insegurança de trabalhar com a temática, impossibilita os professores na abordagem de assuntos relacionados ao assunto. Barr et al. (2014) argumenta que a formação dos docentes é a chave para uma instrução sexual eficaz na escola. E o P5 fala de aulas mais criativas. Para

proporcionar uma aula criativa, o professor precisa de metodologia e recursos diversificados, sendo essa a finalidade do nosso produto, pois acreditamos que uma aula inovadora pode auxiliar na concentração, atenção e aprendizado dos estudantes.

E quando perguntamos qual a importância deste produto educacional para os professores, obtivemos as repostas apresentadas no QUADRO 18.

QUADRO 18: IMPORTÂNCIA DO PRODUTO EDUCACIONAL

PROFESSOR	RESPOSTAS
P1	<i>Servirá de base para a discussão sobre educação sexual nas escolas, contribuindo para a maior e melhor formação dos nossos estudantes e preparar os discentes para os desafios que possam encontrar na vida sobre a sexualidade.</i>
P2	<i>Além de uma proposta inicial para entendimento de questões diversas no contexto da sexualidade/ educação sexual, as sugestões de oficinas reforçam os aspectos positivos do guia.</i>
P3	<i>O produto é extremamente importante para que os jovens se conheçam melhor e possam compreender temas importantes que envolvem sexualidade.</i>
P4	<i>Linguagem clara e adequada para público alvo que se deseja atingir.</i>
P5	<i>Este produto ajudará a ter ideias para preparar as aulas. Pois apresenta muitas ideias.</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Pelos resultados observados, é possível inferir que o Guia Educativo foi de suma importância para os professores pesquisados, pois através de suas respostas notamos que essa ferramenta pedagógica será útil, tanto no preparo de suas aulas, quanto na abordagem da educação na escola. Esse fato torna-se visível, quando eles afirmaram que indicariam esse produto para os demais colegas de profissão que não participaram da pesquisa. Notamos ainda que os professores necessitam, com urgência, de capacitação voltada para o ensino de educação sexual.

E com isso, podemos concluir que nosso Guia Educativo cumpriu sua meta, que foi auxiliar na abordagem da educação sexual na escola. Além disso, também servirá de ajuda no processo de ensino-aprendizagem, com a abordagem de conteúdos que vão além do biológico. Porém, como ressalva, acreditamos que ainda falta muito para alcançarmos uma educação sexual emancipatória, onde os professores estejam qualificados e capazes de quebrar tabus e

preconceitos relacionados à temática e os alunos sejam contemplados com conteúdos que proporcionem maior autonomia referente ao exercício de sua sexualidade.

7 CONCLUSÃO

Com os dados coletados nesta pesquisa observamos que na concepção de mais da maioria dos professores participantes, a educação sexual está contemplada dentro de um modelo biológico centrado e preventivo, em que suas preocupações são voltadas para questões relacionadas à prevenção de doenças, métodos contraceptivos, IST, gravidez, aborto, anatomia e fisiologia. Além disso, novamente, a maior parte dos professores disseram que não trabalhavam com educação sexual em suas aulas, não se sentiam preparados para ensinar sobre a temática, devido à falta de capacitação/qualificação, porém estavam prontos e abertos para aprender sobre o assunto. Apenas o professor da disciplina de Biologia fez alguns apontamentos quanto ao ensino de educação sexual em suas aulas. Todos concordaram que a educação sexual é necessária e importante na escola. Outro ponto importante que chamou nossa atenção foi que a grande maioria dos docentes disseram que desconheciam quaisquer diretrizes, documentos e legislação sobre educação sexual. E todos afirmaram que não conheciam qualquer documento normativo do IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras sobre educação sexual.

Os alunos também demonstraram concepções voltadas mais para uma educação sexual biologicista, higienista e preventiva. Suas dúvidas centraram-se mais em assuntos relacionados à IST, higiene íntima, métodos contraceptivos, anatomia e fisiologia, saúde e relação sexual, gravidez, período menstrual, primeira vez, gravidez, estupro, violência e abuso sexual, período menstrual. A grande maioria disse que preferiam buscar informações na internet sobre educação sexual. Quase todos os alunos afirmaram não ter participado de aulas sobre educação sexual em sua escola, da mesma forma, a maior parte disse não ter participado de projetos, oficinas ou eventos sobre educação sexual. A maioria afirmou que a educação sexual deveria ser ensinada na fase da puberdade/adolescência. Para a maior parte dos alunos, os pais, a escola e os professores deveriam ser os responsáveis pelo ensino de educação sexual. E com relação às suas dúvidas, os resultados não foram muito diferentes dos que eles vinham dizendo anteriormente, uma vez que a maioria de suas respostas foram direcionadas para métodos contraceptivos, gravidez, aborto, IST, abuso, relações sexuais, e abuso sexual.

Quando realizamos um comparativo entre as respostas dos professores e alunos, inferimos que as concepções da maioria de ambos os grupos pesquisados sobre educação sexual apresentaram uma visão biologicista, higienista e preventiva; as dúvidas da maior parte dos alunos estavam de acordo com o que os professores acreditavam que deveria ser ensinado

(prevenção de doenças, métodos contraceptivos, IST, gravidez, aborto, anatomia e fisiologia, entre outros); os professores indicaram que possuem dificuldades em ensinar sobre educação sexual, sugerindo que necessitam de treinamento/capacitação para tal ato, enquanto os alunos esperam que aconteça de fato o ensino de educação sexual em sua escola. Observamos ainda através dos questionamentos realizados e análise dos documentos da referida instituição, que assuntos relacionados à educação sexual são abordados com baixa regularidade no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campus São Raimundo das Mangabeiras. Dessa forma o Guia Educativo foi de suma importância para os professores pesquisados, pois através de suas respostas notamos que essa ferramenta pedagógica será útil, tanto no preparo de suas aulas, quanto na abordagem da educação na escola. Esse fato torna-se visível, quando eles afirmaram que indicariam esse produto para os demais colegas de profissão que não participaram da pesquisa.

E com isso, podemos concluir que conseguimos alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa que eram compreender as conceituações, desafios e expectativas de docentes e estudantes sobre a Educação Sexual no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras; analisar as concepções e os desafios da Educação Sexual para os docentes do IFMA/SRM; entender as concepções e as expectativas sobre Educação sexual para os estudantes do IFMA/SRM, e construir, a partir dos desafios e expectativas analisados, um guia educativo para auxiliar na abordagem da educação sexual. Contudo, com base nas respostas dos professores pesquisados, surgiram novos questionamentos: Qual a melhor maneira de realizarmos uma formação continuada de professores para a Educação sexual? Como as universidades, os cursos de licenciatura têm abordado o tema? entre outros. Diante disso, como ressalva, acreditamos que ainda faltam muitas pesquisas e estudos para alcançarmos uma educação sexual emancipatória, na qual os professores se sintam qualificados e capazes de quebrar tabus e preconceitos relacionados à temática e os alunos sejam contemplados com conteúdos que proporcionem maior autonomia referente ao exercício de sua sexualidade.

8 REFERÊNCIAS

- AGUIAR, M. A.S. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões para reflexão. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul.-set. 2010.
- ALIAGA, M.; GUNDERSON, B. **Interactive Statistics**. Thousand Oaks: Sage, 2002.
- ALTMANN, H. Orientação sexual em uma escola: recortes de corpos e de gênero*. **Cadernos PAGU** (21) 2003: pp.281-315.
- AMANDO, M. A. O.; MENDONÇA, L. C. J.; MIRANDA, C. Q.de; FERNANDES, J. M.; MORAIS, L. S.F. Gravidez na adolescência: Contribuições dos profissionais de saúde frente à educação sexual e reprodutiva. **Research, Society and Development**, v. 10, n.2. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.rsd/article/view/11282/11141>, acessado em :21/12/2022.
- ARAÚJO, L. C. M. de. Gênero e sexualidade na BNCC: possibilidades para implementação da disciplina educação para sexualidade na educação básica. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, V. 8, N.1 - pág. 263-286 jan-maio de 2021.
- ARAÚJO, R. T. DE et al. Sexualidade e saúde sexual de adolescentes: interseção de demandas para o cuidado. **Revista Enfermagem UERJ**, [S.l.], v. 27, p. e38440, mar. 2019.
- BARR, Elissa M.; GOLDFARB, Eva S.; RUSSELL, Susan; SEABERT, Denise; WALLEN, Michele; WILSON, Kelly L. Improving Sexuality Education: The Development of TeacherPreparation Standards. **Journal of School Health**, v. 84, n. 6, p. 396–415, 2014.
- BAZHUNI, N. F. N. **Dispositivos de atendimento na clínica psicanalítica para crianças com distúrbios graves: uma experiência em uma clínica-escola**. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2016, f.170.
- BEDIN, R. C. **A institucionalização do conhecimento sexual enquanto tema de investigação e ensino em universidades brasileiras a partir das ações de grupos de pesquisa**. Araraquara, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista.
- BENGTSSON, J.; BOLANDER, E. Strategies for inclusion and equality – ‘normcritical’ sex education in Sweden. **Sex Education**, v. 20, n. 2, p. 154–169, 2020.
- BONFIM, C. R. de S. **Educação sexual e formação de professores: da educação sexual que temos à educação que queremos**. João Pessoa: Editora Universitária Da UFPB, 2010.
- BRABO, T. S. A. M.; SILVA, M. E.F.; MACIEL, T. S. Gênero, sexualidades e educação: cenário das políticas educacionais sobre os direitos sexuais e reprodutivos de jovens e adolescentes. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2013397, p. 1-21, 2020.
- BRAGA, A. V. PCN e temas transversais: concepção e formulação. In: **Revista Iberoamericana de Educación** (ISSN: 1681-5653) n.º 40/2 – 10 de octubre de 2006 Edita: Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI), 2006.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Versão Final. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018a. Disponível em: <https://bit.ly/35rFi4U>. Acessado em: 20 ago. 2020.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação. **Lei nº 13.003, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-raimundo-das-mangabeiras/panorama>. Acessado em 08 de fevereiro de 2021.

BRASIL. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007c.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Parecer CEB n. 04/1998. Brasília: MEC/CNE, 1998b.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Fundamental)**. Brasília: Ministério da Educação, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/apresentacao>. Acessado em 08 de fevereiro de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer nº 15 CEB/CNE de julho de 1998, **Diretrizes Curriculares Nacionais Para O Ensino Médio**.

BRÊTAS, J. R. da S. **Sexualidades**. São Paulo: All Print Editora, 2011.

CARA, D. O Programa “Escola sem Partido” quer uma escola sem educação. In: A ideologia do movimento Escola sem Partido: 20 autores desmontam o discurso. **Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação** (Org). São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 43-48.

CARDOSO NETO, O. F.; NEZ, E. de. Governos Dilma, Lula e Bolsonaro: as políticas públicas educacionais seus avanços, reveses e perspectivas. **Interação**, [s.l.], v.21, p.121-144, jul./set. 2021, disponível em: [Interação \(interacao.org\)](http://interacao.org), acessado em 21/12/2022.

CARVALHO, F. S. **Educação sexual nos documentos curriculares e nas perspectivas de uma secretaria municipal de educação e dos sujeitos da escola**. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2021, f. 213.

CHAUI, Marilena. **Repressão Sexual**, São Paulo, Brasiliense, 1984.

CRUZ, E. P.; SOUZA, E. de; SILVA, S. C. J. da; HORA, N. N. da; NEVES, P. A. P. Diálogos sobre sexualidade no ensino fundamental: construindo conceitos e tirando dúvidas de alunos do 8º ano de uma escola municipal em Santarém, Pará, Brasil. **Scientia Plena**, vol. 12, n. 6. 2016. Disponível em: <https://www.scientiaplenu.org.br/sp/article/view/3059>, acessado em: 21/12/2022.

CRUZ, M. A. S. **Sexualidade e educação infantil**. Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE, João Pessoa, 2015, 49f.

CURY, C. R. J. Por um novo Plano Nacional de Educação. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, vol. 41, n. 144, p. 790-811, set./dez. 2011.

CURY, C. R. J. Curiosidade, Sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.151-174.

DANTAS, M. H.VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. **Anais da JOINPP – 2017**. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/anais-joinpp-2017.html>, acessado em: 21/12/2022.

DOMINGUES, A.V. P. **Memória e efeitos de sentido de gênero e sexualidade: dos documentos oficiais de educação (1996- 2016) às eleições presidenciais**. 2018. Dissertação (mestrado - Programa de Pós-Graduação em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019, f. 83.

FERREIRA, G. R. **Educação Sexual no Brasil: levantamento e análise de documentos oficiais e propostas de intervenção nos últimos 20 anos**. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, São Paulo/SP, 2020, f. 255.

- FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual**: retomando uma proposta, um desafio. 3. ed. Londrina: Edue, 2010.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 7, n. 1, 2007. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1323>. Acessado em: 21/12/2022.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual**: retomando uma proposta, um desafio. Londrina: UEL, 2001.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. O preparo de educadores sexuais. Perspectiva: sexualidade e educação. **Semina, Ciências Sociais / Humanas**, v.17, ano 3, p.89-114, 1998.
- FIGUEIRO, M. N. D. F. **Educação sexual**: retomando uma proposta, um desafio. Londrina: UEL, 1996.
- FLEURY, M. T.L.; WERLANG, S.R. C. Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens. **Anuário de Pesquisa GVPesquisa**, 2017-11-16. Edição. 2016.
- FOGAÇA, C. **Questões Críticas da Educação Brasileira**. Consolidação de Propostas e Subsídios para Ações nas Áreas da Tecnologia e da Qualidade. São Paulo, 1995.
- FURLANI, J. “**Ideologia de Gênero**”? Explicando as confusões teóricas presentes na cartilha”. Florianópolis: FAED; UDESC; Laboratório de Estudos de Gênero e Família, 2016.
- FURLANI, J. Encarar o desafio da educação sexual na escola. In: **Sexualidade/ Cadernos temáticos**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidade. Núcleo de gênero e Diversidade sexual. – Curitiba: SEED – Pr., 2009.
- FURLANI, J. **O Bicho vai pegar!** – um olhar pós-estruturalista à Educação Sexual a partir de livros paradidáticos infantis. 2005. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 120 p.
- GESSER, M.; OLTRAMARI, L. C.; PANISSON, G. Docência e concepções de sexualidade na educação básica. **Psicologia & Sociedade**, 27(3), 558-568. <https://www.scielo.br/j/psoc/a/pdte9LkKpJyrBfCVh6dQkTH/?lang=pt&format=pdf>. Acessado em 18/12/2022.
- GODOY, E. A. **Sexualidade e Currículo**: a educação sexual no currículo oficial do Estado de São Paulo para ensino médio. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, 118 f. 2014.
- GUEDES, J. C.; NETO, I. P. F.; SANTOS, H. O. A abordagem da educação sexual nos espaços escolares: um olhar sobre a perspectiva dos alunos do ensino médio de Guarai/TO. **Educationis**, v.5, n.2, p.34-40, 2017.
- GUIMARÃES, I. **Educação sexual**: mito ou realidade. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- KISHIMOTO, T.O jogo e a educação infantil. In: KISHIMOTO, T. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 1996.
- LABEGALINI, C. M. G.; *et al.* Sexualidade e educação sexual: percepção dos professores de uma escola estadual de pequeno porte. **Revista Saúde Coletiva: Uma construção teórico-prática permanente 2**, Ponta Grossa/Paraná, cap.14, 2022.
- LEÃO, A. M. C. **A percepção do(a)s professore(a)s e coordenadore(a)s dos cursos de Pedagogia da Unesp quanto à inserção da sexualidade e da educação sexual no currículo**: analisando os entraves e as possibilidades para sua abrangência. Pós-Doutorado, FAPESP, Departamento de Psicologia da Educação, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012, f.259.
- LEÃO, A. M. C.; RIBEIRO, P. R. M.; BEDIN, R. C. Sexualidade e orientação sexual na escola em foco: algumas reflexões sobre a formação de professores. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 01, 2010.

LEÔNCIO, J. A orientação sexual nas escolas a partir dos parâmetros curriculares nacionais. Educação, Gestão e Sociedade. **Revista da Faculdade Eça de Queirós**, Ano 3, número 12, novembro de 2013.

LOURO, G. L. Gênero, Sexualidade e Educação: das afinidades políticas às tensões teórico- metodológicas. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. n. 46. p. 201-218. dez. 2007.

LOURO, G. L. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2000.

MAGALHÃES, K. P. P. **A educação sexual na concepção e prática de professores de biologia do ensino médio**. Dissertação (Educação para Ciência e a Matemática) Universidade Estadual de Maringá, Maringá - PR, 2016, 205f.

MAIA, A. C. B. Conceito amplo de Sexualidade no processo de Educação Sexual. **Revista Psicopedagogia OnLine**, São Paulo, p. 1-10, 2010. Disponível em: <http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=1303>. Acessado em: 20/12/2022.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Educação sexual: Princípios para ação. In: **Doxa: Revista Brasileira de Psicologia**. Araraquara: Departamento de Psicologia da Educação da FCL/UNESP, v. 15, n. 1, p.75-84, 2011.

MAIA, A. C. B. Sexualidade e Deficiências. In: MAIA, A.C.B.; MAIA, A.F. (ORG). **Sexualidade e Infância**. Cadernos CECEMCA n. 1. (p.178-198). Bauru, Faculdade de Ciências: Cecemca; Brasília: MEC/SEF, 2005.

MAIA, A. C. B. Orientação sexual na escola. In: RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal (org.). **Sexualidade e educação: aproximações necessárias**. São Paulo: Arte e Ciências. 2004.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEDEIROS, L. T. **Educação sexual no ensino de Biologia e prevenção da gravidez na adolescência: ouvindo estudantes e falando para professores e professoras**. Dissertação –Mestrado Profissional –Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Avançado Governador Valadares, Instituto de Ciências da Vida – ICV, 2020, f.132.

MOIZES, J.S; BUENO, S.M.V. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. **Revista Escola de Enfermagem**. Ribeirão Preto - SP 44 (1):205 – 12, Mar 2010.

MORAIS, N. A. A. de; GUIMARÃES, Z. F.S.; MENEZES, J. P. C. de. Educação sexual: as percepções dos professores de biologia do ensino médio. **Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio**, 14(1), 135-156, 2021.

MOKWA, V. M. N. F. **Estado da arte sobre sexualidade e educação sexual: estudo analítico- descritivo de teses e dissertações produzidas na Universidade Estadual Paulista**. Dissertação, 274f, 2014.

MOREIRA, B. L. R.; FOLMER, V. Percepções de professores de ciências e educação física acerca da educação sexual na escola. **Experiências em Ensino de Ciências** v.10, n. 3, 2015.

NARDI, H. C.; QUARTIERO, E. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. **Sexualid, Salud y Sociedad**, 11, 59-87, 2012.

NASCIMENTO, M.L.; CHIARADIA, C.F. A Retirada da Orientação Sexual do Currículo Escolar: Regulações da Vida. **Sisyphus**, Lisboa, v. 5, n. 1, p. 101-116, 2017.

NOVAK, E. **Dificuldades Enfrentadas pelos Professores ao Trabalhar Educação Sexual com Adolescentes**, Monografia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2013, f.38.

NUNES, Cesar Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. 7. Ed. Campinas: Papyrus, 2005.

OLIVEIRA, P.C.S.de. **Educação sexual e os parâmetros curriculares nacionais: limites e possibilidades para a prática educacional no ensino médio em Aparecida de Goiânia, GO**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Centro de Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (Profissional), Goiânia, 2015, f. 276.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Taxa de gravidez adolescente no Brasil está acima da média latino-americana e caribenha. **Nacoesunidas.org**. Brasil, 28 fev. 2018. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/79282-taxa-de-gravidez-adolescente-no-brasil-est%C3%A1-acima-da-m%C3%A9dia-latino-americana-e-caribenha>. Acesso em: 22/12/2022.

PEDREIRA, A.J.L.A.; MOURA, K.Q.R. Educação para a sexualidade no primeiro ano do ensino médio: uma abordagem prática. **Kiri-kerê: Pesquisa em Ensino**, n.11, dez. 2021.

PETRENAS, R.C. **O estado da arte sobre as temáticas sexualidade, educação sexual e gênero nos encontros nacionais de didática e prática de ensino - ENDIPE (1996-2012)**. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2015, f.315.

QUIRINO, G. S.; ROCHA, J. B. T. Sexualidade e educação sexual na percepção docente. **Educar em Revista**, 43, 205- 224, 2012.

RIBEIRO, P. R. M. Os momentos históricos da educação sexual no Brasil. In: RIBEIRO, P. R. M. (Org.). Sexualidade e educação: aproximações necessárias. São Paulo: **Arte & Ciência Editora**, 2004, p. 13-25.

RIBEIRO, P. R. M. História da saúde mental infantil: a criança brasileira da colônia à república velha. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 29-38, jan./abr. 2006.

RIBEIRO, P. R. M. A institucionalização dos saberes acerca da sexualidade humana e da educação sexual no Brasil. In: FIGUEIRÓ, M. N. D. (Org.). **Educação sexual: múltiplos temas, compromissos comuns**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009. p.129-140.

ROCHA, A.K.L. **O jogo pedagógico como instrumento para educação sexual de facilitadores e estudantes jovens: análise do material “em seu lugar”**. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara - SP, 166p. 2015.

ROSEMBERG, F. Educação sexual na escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, ed.53, p.11-19, 1985.

SAFFIOTI, H. Gênero, Patriarcado e Violência. **Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo**, São Paulo. 2ª ed. 2015.

SANTOS, L.R. **Educação Sexual no Ensino Fundamental: construindo uma unidade didática**. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2019, f.149.

SARTORI, T. L. Análise da educação brasileira em face ao estudo da sexualidade: Marginalização da educação sexual na BNCC. **Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 23, n. 00, jan./dez. 2022.

SFAIR, S. C.; BITTAR, M.; LOPES, R. E. Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais. **Saúde e Sociedade**, [S. l.], v. 24, p. 620-632, 2015.

SILVA, A. Q. **A perspectiva dos discentes do curso de biologia do IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras em relação a temática AIDS/HIV**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas)-IFMA/Campus São Raimundo das Mangabeiras, 2020.

SILVA, C.S.F.; BRANCALEONI, A.P.L.; OLIVEIRA, R.R. Base Nacional Comum Curricular e diversidade sexual e de gênero: (des)caracterizações. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1538-1555, jul. 2019.

SILVA, E. P. Q. Corpo e sexualidade: experiências em salas de aula de ciências. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 2, p. 1-15, 2014.

SILVA, L. F. **Estratégia Educativa Sobre a Importância da Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis e Gravidez na Adolescência**. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015, f.74.

SILVA, RICARDO DE CASTRO. Orientação sexual: possibilidade de mudança na escola. **São Paulo: Mercado das Letras**, 2002.

SOARES, L.M.; SOARES, N.M. Educação sexual no contexto escolar: vozes de professores do Ensino Fundamental. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 3, e45611326910, 2022.

SOUZA, E. J. **Educação Sexual “além do biológico”**: problematização dos discursos acerca de sexualidade e gênero no currículo de licenciatura em biologia. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018, fls. 209.

SPITZNER, R.H.L. **Sexualidade e adolescência**: reflexões acerca da educação sexual na escola. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Maringá, 2005, f. 159.

TEIXEIRA, R. S. F. **A educação sexual nos livros didáticos de biologia**: uma abordagem no campo do currículo. Dissertação: Mestre em Educação e Diversidade, Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas IV da Universidade do Estado da Bahia, Jacobina – BA, 2016, f.128.

TRINDADE, K.V.F.; TOMÉ, N.K.B.; PONTES, S.R.L. Avaliação da percepção de alunos e professores sobre a importância do ensino de educação sexual. **Revista Vita et Sanitas**, v. 15, n.2, 2021.

TUCKMANTEL, M.M. **A educação sexual**: mas qual? Diretrizes para a formação de professores numa perspectiva emancipatória. Tese (Doutorado) - Universidade estadual de Campinas, 2009.

UNICEF. **Situação Mundial da Infância 2011**: Adolescência uma fase de oportunidades. 2011. Disponível em: <https://andi.org.br/documento/situacao-mundial-da-infancia-2011-adolescencia-um-fase-de-oportunidades/>. Acessado em: 22/12/2022.

WEREBE, M. J. G. **Sexualidade, Política, Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

VICENTE, L.S. **A educação sexual nos documentos curriculares e na perspectiva de professores do ensino fundamental**. Tese de Doutorado, Universidade Nove de Julho (UNINOVE) São Paulo/SP, 2021, f. 348.

VIEIRA, J.J.; RAMALHO, C.C.; VIEIRA, A.L.C. A origem do plano nacional de educação e como ele abordou as questões de gênero. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v.21, n.1, p. 64-80, 2017.

VIEIRA, P.M.; MATSUKURA, T.S. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22 n. 69 abr.-jun. 2017.

VIEIRA, S.B.F. **Sexualidade e adolescência**: concepções acerca da educação sexual no ambiente escolar, Dissertação do Curso de Mestrado em Ciências da Educação Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - FCSEA - Instituto de Educação, 2016, f.128.

VITIELLO, N. A educação sexual necessária. **Revista Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana**, n. 6, v. 1, p. 15-28, 1995. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/793, acessado em: 22/12/2022.

VITOR, M.R.; MAÍSTRO, V.I.A.; TSUZUKI, F. Políticas educacionais e a formação docente: o que dizem os documentos oficiais brasileiros sobre diversidade e sexualidade? **Revista Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, v.19, n.2, p. 93-112, maio/ago., 2021.

XAVIER, C. F. **Educação para a(s) sexualidade(s)**: carregar água na peneira. *Revista Diversidade e Educação*, v. 5, n. 2, p. 16-39, Jul./Dez. 2017.

ZUANON, A.C.A.A.; DINIZ, R.H.S.; NASCIMENTO, L.H. Construção de jogos didáticos para o ensino de Biologia: um recurso para integração dos alunos à prática docente. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, v.3, n.3, p. 49-59, 2010.

ANEXOS

ANEXO 01 – Termo de Compromisso

TERMO DE COMPROMISSO

Declaro para os devidos fins que cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares na execução da pesquisa intitulada “**EDUCAÇÃO SEXUAL: CONCEPÇÕES DE PROFESSORES E ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO CAMPUS SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS**”. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados, sejam eles favoráveis ou não.

Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima.

Local, Urutaí - GO, 07 de fevereiro de 2022.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante

ANEXO 02 – Termo de Anuência de Instituição Coparticipante

TERMO DE ANUÊNCIA DE INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Declaro estar ciente do interesse de execução do projeto de pesquisa intitulada “EDUCAÇÃO SEXUAL: CONCEPÇÕES DE PROFESSORES E ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO CAMPUS SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS” de responsabilidade da pesquisadora Cleocides Silva Soares, que tem como Orientadora a Dr^a. Cristiane Maria Ribeiro, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão Campus São Raimundo das Mangabeiras.

Nossa instituição está ciente de suas corresponsabilidades como coparticipante do presente projeto de pesquisa e requer, por parte dos pesquisadores envolvidos, o compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados, em consonância com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares. Autorizo a execução deste projeto no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus São Raimundo das Mangabeiras, desde que haja parecer consubstanciado de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal Goiano.

Local, São Raimundo das Mangabeiras – MA, 09 de fevereiro de 2022.

Assinatura e Carimbo do responsável legal pela instituição coparticipante

APÊNDICES

APÊNDICE 01 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Pais e/ou Responsáveis)

Sr./Sra. _____, responsável pelo aluno (a), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus São Raimundo das Mangabeiras, solicito sua autorização para que o menor sob sua responsabilidade participe da pesquisa intitulada “EDUCAÇÃO SEXUAL: CONCEPÇÕES DE PROFESSORES E ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO CAMPUS SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS”.

Meu nome é Cleocides Silva Soares, sou aluna do Curso de Mestrado em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como é ensinada Educação Sexual no IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras. Além disso, verificar o que os alunos e professores entendem sobre educação sexual, através da aplicação de questionários e com base nessas respostas do questionário, irei construir um produto para auxiliar na abordagem da educação sexual.

Caso você autorize seu filho ou o menor sobre sua responsabilidade a participar desta pesquisa, informo que ele irá responder 01 (um) questionário, com 12 perguntas sobre educação sexual. Pedimos sua permissão para usar os resultados obtidos através desta pesquisa na dissertação deste mestrado. O nome do aluno que participar desta pesquisa não será utilizado em nenhum momento, garantindo seu ANONIMATO e a CONFIDENCIALIDADE.

A participação do aluno é VOLUNTÁRIA, o que significa que ele terá total liberdade para decidir se quer ou não responder o questionário, bem como desistir de participar desta pesquisa a qualquer momento. Sua decisão será respeitada e não irá gerar quaisquer custos financeiros, nem afetará o apoio institucional (auxílio moradia, auxílio alimentação, entre outros) que ele porventura já recebe.

A participação do aluno nesta pesquisa não terá nenhum custo para você, assim como não receberá nenhuma vantagem financeira. No entanto, caso aconteça uma eventual situação na qual ocorra gastos ou prejuízos decorrentes da pesquisa, não previstos pela pesquisadora, você poderá pleitear a indenização correspondente ao valor do seu prejuízo, dentro dos termos da lei.

Em caso de qualquer DESCONFORTO referente às questões apresentadas, o aluno terá todo o direito de não responder ou caso se sinta CANSADO, poderá realizar uma pausa para descansar e retomar quando achar conveniente ou entregar o questionário incompleto se assim desejar.

Com relação à COVID-19, adotaremos todos os protocolos preconizados pelos órgãos competentes contra a COVID -19, dentre os quais estão o uso de máscaras, distanciamento mínimo de 01 (um) metro entre pessoas, lavagem das mãos com sabão e higienização com álcool gel e outros. É importante ressaltar que esses protocolos já são adotados pelo IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras, uma vez que as aulas na instituição já estão acontecendo de modo híbrido (presencial e online) e estão se preparando para o retorno de modo 100% (cem por cento) presencial.

A qualquer momento durante a pesquisa, você poderá esclarecer suas dúvidas entrando em contato com a responsável pela pesquisa, Cleocides Silva Soares, mestranda do Curso de Mestrado em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí, no endereço: Rua Roseno Pires, S/N – Centro, São Raimundo das Mangabeiras - MA, CEP: 65.895-000. Telefone: (99) 98499-3626 ou WhatsApp (99) 98203-2624. Em caso de dúvida

sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50) pelo telefone: (62) 9 9226 3661 ou pelo e-mail: cep@ifgoiano.edu.br.

Caso você esteja de acordo com a participação do aluno menor de idade sob sua responsabilidade nesta pesquisa, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo que a primeira ficará sob a responsabilidade e confidencialidade da Pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Eu declaro ter ciência dos propósitos da pesquisa e concordo de forma livre e espontânea com a participação do aluno menor sob minha responsabilidade, nome do aluno: na pesquisa intitulada “EDUCAÇÃO SEXUAL: CONCEPÇÕES DE PROFESSORES E ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO CAMPUS SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS”, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento que desejar.

Local Data: / /

Assinatura do responsável pela pesquisa

Assinatura do participante (pais ou responsáveis)

APÊNDICE 02 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Alunos maiores de 18 anos)

Nome: _____, aluno do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus São Raimundo das Mangabeiras, você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “EDUCAÇÃO SEXUAL: CONCEPÇÕES DE PROFESSORES E ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO CAMPUS SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS”.

Meu nome é Cleocides Silva Soares, sou aluna do Curso de Mestrado em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como é ensinada Educação Sexual no IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras. Além de verificar sua concepção sobre educação sexual e construir um produto para auxiliar na abordagem da temática.

Você poderá participar desta pesquisa através de sua concordância em responder 01 (um) questionário, que conterà 12 perguntas abertas e fechadas. Pedimos sua permissão para usar os resultados obtidos através desta pesquisa na dissertação deste mestrado. Seu nome não será utilizado em nenhum momento, garantindo seu ANONIMATO e a CONFIDENCIALIDADE. A sua participação é VOLUNTÁRIA, o que significa que você terá total liberdade para decidir se quer ou não responder o questionário, bem como desistir de participar desta pesquisa a qualquer momento. Sua decisão será respeitada e não irá gerar quaisquer custos financeiros, nem afetará o apoio institucional (auxílio moradia, auxílio alimentação, entre outros) que você porventura já recebe.

Caso você resolva participar desta pesquisa, informo não terá nenhum gasto financeiro, assim como não receberá nenhuma vantagem financeira. No entanto, caso aconteça uma eventual situação na qual ocorra gastos ou prejuízos decorrentes da pesquisa, não previstos pela pesquisadora, você poderá pleitear a indenização correspondente ao valor do seu prejuízo, dentro dos termos da lei.

Em caso de qualquer DESCONFORTO referente às questões apresentadas, você terá todo o direito de não responder ou caso se sinta CANSADO, poderá realizar uma pausa para descansar e retomar quando achar conveniente ou entregar o questionário incompleto se assim desejar.

Com relação à COVID-19, adotaremos todos os protocolos preconizados pelos órgãos competentes contra a COVID -19, dentre os quais estão o uso de máscaras, distanciamento mínimo de 01 (um) metro entre pessoas, lavagem das mãos com sabão e higienização com álcool gel e outros. É importante ressaltar que esses protocolos já são adotados pelo IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras, uma vez que as aulas na instituição já estão acontecendo de modo híbrido (presencial e online) e estão se preparando para o retorno de modo 100% (cem por cento) presencial.

A qualquer momento durante a pesquisa, você poderá esclarecer suas dúvidas entrando em contato com a responsável pela pesquisa, Cleocides Silva Soares, mestrande do Curso de Mestrado em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí, no endereço: Rua Roseno Pires, S/N – Centro, São Raimundo das Mangabeiras - MA, CEP: 65.895-000. Telefone: (99) 98499-3626 ou WhatsApp (99) 98203-2624. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº310, Setor Sul, CEP 74085-010,

Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50) pelo telefone: (62) 9 9226 3661 ou pelo e-mail: cep@ifgoiano.edu.br.

Caso estejas de acordo em participar desta pesquisa, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo que a primeira ficará sob a guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Eu declaro ter ciência dos propósitos da pesquisa e concordo de forma livre e espontânea em participar da pesquisa “EDUCAÇÃO SEXUAL: CONCEPÇÕES DE PROFESSORES E ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO CAMPUS SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS”, podendo retirar meu consentimento a qualquer que desejar.

Local, Data: / /

Assinatura do responsável pela pesquisa

Assinatura do participante (maior de 18 anos)

APÊNDICE 03 - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Adolescentes com 12 anos completos, maiores de 12 anos e menores de 18 anos)

Informação geral: O assentimento não substitui a necessidade de consentimento dos pais ou responsáveis. O assentimento assinado pelo adolescente demonstra a sua cooperação na pesquisa.

Nome: _____, aluno (a) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus São Raimundo das Mangabeiras, você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “EDUCAÇÃO SEXUAL: CONCEPÇÕES DE PROFESSORES E ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO CAMPUS SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS”.

Meu nome é Cleocides Silva Soares, sou aluna do Curso de Mestrado em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como é ensinada Educação Sexual no IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras. Além de verificar sua concepção sobre educação sexual e construir um produto para auxiliar na abordagem da temática.

Você poderá participar desta pesquisa através de sua concordância em responder 01 (um) questionário, que conterà 12 questões abertas e fechadas. Pedimos sua permissão para usar os resultados obtidos através desta pesquisa na dissertação deste mestrado. Seu nome não será utilizado em nenhum momento, garantindo seu ANONIMATO e a CONFIDENCIALIDADE. A sua participação É VOLUNTÁRIA, o que significa que você terá total liberdade para decidir se quer ou não responder o questionário, bem como desistir de participar desta pesquisa a qualquer momento. Sua decisão será respeitada e não irá gerar quaisquer custos financeiros, nem afetará o apoio institucional (auxílio moradia, auxílio alimentação, entre outros) que você porventura já recebe.

Caso você resolva participar desta pesquisa, informo não terá nenhum gasto financeiro, assim como não receberá nenhuma vantagem financeira. No entanto, caso aconteça uma eventual situação na qual ocorra gastos ou prejuízos decorrentes da pesquisa, não previstos pela pesquisadora, você poderá pleitear a indenização correspondente ao valor do seu prejuízo, dentro dos termos da lei.

Em caso de qualquer DESCONFORTO referente às questões apresentadas, você terá todo o direito de não responder ou caso se sinta CANSADO, poderá realizar uma pausa para descansar e retomar quando achar conveniente ou entregar o questionário incompleto se assim desejar.

Com relação à COVID-19, adotaremos todos os protocolos preconizados pelos órgãos competentes contra a COVID -19, dentre os quais estão o uso de máscaras, distanciamento mínimo de 01 (um) metro entre pessoas, lavagem das mãos com sabão e higienização com álcool gel e outros. É importante ressaltar que esses protocolos já são adotados pelo IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras, uma vez que as aulas na instituição já estão acontecendo de modo híbrido (presencial e online) e estão se preparando para o retorno de modo 100% (cem por cento) presencial.

A qualquer momento durante a pesquisa, você poderá esclarecer suas dúvidas entrando em contato com a responsável pela pesquisa, Cleocides Silva Soares, mestranda do Curso de Mestrado em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí, no endereço: Rua Roseno Pires, S/N – Centro, São Raimundo das Mangabeiras - MA, CEP: 65.895-000. Telefone: (99) 98499-3626 ou WhatsApp (99) 98203-2624. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em

Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº310, Setor Sul, CEP 74085-010, Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50) pelo telefone: (62) 9 9226 3661 ou pelo e-mail: cep@ifgoiano.edu.br.

Caso estejas de acordo em participar desta pesquisa, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo que a primeira ficará sob a guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Eu declaro ter ciência dos propósitos da pesquisa e concordo de forma livre e espontânea em participar da pesquisa intitulada “EDUCAÇÃO SEXUAL: CONCEPÇÕES DE PROFESSORES E ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO CAMPUS SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS”, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento que desejar.

Local, Data: / /

Assinatura do responsável pela pesquisa

Assinatura do participante (menores de 18 anos)

APÊNDICE 04 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Professor)

Nome: _____, professor da disciplina de _____, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus São Raimundo das Mangabeiras, você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “EDUCAÇÃO SEXUAL: CONCEPÇÕES DE PROFESSORES E ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO CAMPUS SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS”.

Meu nome é Cleocides Silva Soares, sou aluna do Curso de Mestrado em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como é ensinada Educação Sexual no IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras. Além de identificar sua concepção sobre educação sexual e construir um produto para auxiliar na abordagem da temática.

Você poderá participar desta pesquisa através de sua concordância em responder 02 (dois) questionários, o primeiro conterà 11(onze) perguntas abertas e fechadas e será referente às suas concepções sobre a educação sexual, o segundo questionário, conterà 10 perguntas abertas e fechadas e terá por finalidade a avaliação do produto educacional, que será elaborado com base nas respostas obtidas nesta pesquisa. Pedimos sua permissão para usar os resultados obtidos através desta pesquisa na dissertação deste mestrado. Será garantida a CONFIDENCIALIDADE dos dados coletados, bem como o ANONIMATO de todos que participarem da pesquisa.

A sua participação é VOLUNTÁRIA, o que significa que você terá total liberdade para decidir se quer ou não responder os questionários ou participar da utilização e avaliação do produto educacional, bem como desistir de participar desta pesquisa a qualquer momento. Sua decisão será respeitada e não irá gerar quaisquer custos financeiros.

Sua participação nesta pesquisa não terá nenhum custo, assim como não receberá nenhuma vantagem financeira. No entanto, caso aconteça uma eventual situação na qual ocorra gastos ou prejuízos decorrentes da pesquisa, não previstos pela pesquisadora, você poderá pleitear a indenização correspondente ao valor do seu prejuízo, dentro dos termos da lei.

Em caso de qualquer DESCONFORTO referente às questões apresentadas, você terá todo o direito de não responder ou caso se sinta CANSADO, poderá realizar uma pausa para descansar e retomar quando achar conveniente ou entregar o questionário incompleto se assim desejar.

Com relação à COVID-19, adotaremos todos os protocolos preconizados pelos órgãos competentes contra a COVID -19, dentre os quais estão o uso de máscaras, distanciamento mínimo de 01 (um) metro entre pessoas, lavagem das mãos com sabão e higienização com álcool gel e outros. É importante ressaltar que esses protocolos já são adotados pelo IFMA Campus São Raimundo das Mangabeiras, uma vez que as aulas na instituição já estão acontecendo de modo híbrido (presencial e online) e estão se preparando para o retorno de modo 100% (cem por cento) presencial.

A qualquer momento durante a pesquisa, você poderá esclarecer suas dúvidas entrando em contato com a responsável pela pesquisa, Cleocides Silva Soares, mestranda do Curso de Mestrado em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí, no endereço: Rua Roseno Pires, S/N – Centro, São Raimundo das Mangabeiras - MA, CEP: 65.895-000. Telefone: (99) 98499-3626 ou WhatsApp (99) 98203-2624. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Goiano (situado na Rua 88, nº310, Setor Sul, CEP 74085-010,

Goiânia, Goiás. Caixa Postal 50) pelo telefone: (62) 9 9226 3661 ou pelo e-mail: cep@ifgoiano.edu.br.

Caso estejas de acordo em participar desta pesquisa, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo que a primeira ficará sob a guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Eu declaro ter ciência dos propósitos da pesquisa e concordo de forma livre e espontânea em participar da pesquisa “EDUCAÇÃO SEXUAL: CONCEPÇÕES DE PROFESSORES E ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO CAMPUS SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS”, podendo retirar meu consentimento a qualquer que desejar.

Local, Data: / /

Assinatura do responsável pela pesquisa

Assinatura do participante (professor)

APÊNDICE 05 - Questionário A

QUESTIONÁRIO DE CONCEPÇÕES DO PROFESSOR SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL

Você está sendo convidado (a) a participar voluntariamente de uma pesquisa. Meu nome é Cleocides Silva Soares, aluna do Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Campus Urutaí. Minha pesquisa tem como título: Educação Sexual: Concepções de Professores e Alunos do Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus São Raimundo das Mangabeiras, com o objetivo de analisar como é ensinada Educação Sexual nesta instituição. A responsável pela orientação desta pesquisa é a professora Doutora Cristiane Maria Ribeiro. Manteremos as identidades dos participantes inteiramente resguardadas e serão tratadas de forma anônima e confidencial.

Idade:

Sexo:

Formação:

Disciplina que leciona:

1. Na sua concepção, o que é educação sexual?
2. A educação sexual é ensinada na instituição na qual você trabalha?
 - a) sim
 - b) não
3. Você é favorável que a educação sexual nas escolas? (sim
(não, por quê?
4. Você acha que tem idade para introdução da educação sexual na escola? Qual? Por quê?
5. Você já participou de alguma formação para trabalhar com a educação sexual na escola? Quando?
6. Você já ensinou Educação Sexual ou trabalhou com algum projeto sobre educação sexual? Caso sua resposta seja "SIM", diga de que forma você ensinou/trabalhou e quais recursos didáticos utilizou?
7. Você conhece diretrizes, documentos e legislação sobre a educação sexual? Quais?
8. Você conhece algum documento do IFMA que mencione que educação sexual deve ser trabalhada nos seus Campi? Qual?

9. Nos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos que você leciona, tem algum que faz menção a Educação Sexual? Qual(is)?
9. Você se sente à vontade e preparado (a) para falar sobre educação sexual com seus alunos? por quê?
10. Na sua opinião, o que deveria ser ensinado na escola sobre educação sexual?
11. Quais são as dificuldades que você enfrenta na prática pedagógica do ensino de educação sexual?

Fonte: Autoria própria, 2022.

APÊNDICE 06 - Questionário B

QUESTIONÁRIO: CONCEPÇÕES DO ALUNO SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL

Você está sendo convidado (a) a participar voluntariamente de uma pesquisa. Meu nome é Cleocides Silva Soares, aluna do Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Campus Urutaí. Minha pesquisa tem como título: Educação Sexual: Concepções de Professores e Alunos do Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus São Raimundo das Mangabeiras, com o objetivo de analisar como é ensinada Educação Sexual nesta instituição. A responsável pela orientação desta pesquisa é a professora Doutora Cristiane Maria Ribeiro. Manteremos as identidades dos participantes inteiramente resguardadas e serão tratadas de forma anônima e confidencial.

1. Idade:
2. Sexo:
3. Para você, o que é Educação Sexual?
4. Você tem dúvidas sobre Educação Sexual? a () não
b () sim

Caso sua resposta seja SIM, diga quais são as dúvidas?

5. Com quem você conversa e tira dúvidas sobre Educação Sexual?
6. Você já teve ou tem aulas de Educação Sexual na escola que estuda? () não
() sim
7. Você já participou de algum projeto, oficina, palestra ou evento sobre Educação Sexual em sua escola?

() não
() sim

Caso sua resposta seja SIM, descrever as atividades desenvolvidas.

8. Os alunos de sua turma já fizeram alguma pergunta ao professor que envolva a Educação Sexual?

a () não
b () sim

Caso sua resposta seja SIM, diga quais eram as perguntas?

9. Quando você acha que a Educação Sexual deve ser ensinada? Por quê?

10. Quem você acha que deveria ensinar Educação Sexual?
11. Você tem dúvida sobre algum assunto relacionado à Educação Sexual?
- b) não
- a) sim, qual
12. Quais assuntos você gostaria que fossem ensinados sobre Educação Sexual?

Fonte: A autoria própria, 2022.

APÊNDICE 07 - Questionário C

QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Você está sendo convidado (a) a participar voluntariamente de uma pesquisa. Meu nome é Cleocides Silva Soares, aluna do Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Campus Urutaí. Minha pesquisa tem como título: Educação Sexual: Concepções de Professores e Alunos do Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus São Raimundo das Mangabeiras, com o objetivo de analisar como é ensinada Educação Sexual nesta instituição. A responsável pela orientação desta pesquisa é a professora Doutora Cristiane Maria Ribeiro. Manteremos as identidades dos participantes inteiramente resguardadas e serão tratadas de forma anônima e confidencial.

1. Idade:

2. Sexo:

3. Como você classifica a LINGUAGEM utilizada no Produto Educacional? (Em uma escala de 1 a 5. Onde 1 é Muito Ruim e 5 é Excelente)

1

2

3

4

5

4. E quanto à ESCOLHA DOS CONTEÚDOS, como você avalia? (Em uma escala de 1 a 5. Onde 1 é Muito Ruim e 5 é Excelente)

1

2

3

4

5

5. Com relação às FIGURAS, ILUSTRAÇÕES e ORGANIZAÇÃO do Produto Educacional, como você classifica?

(Em uma escala de 1 a 5. Onde 1 é Muito Ruim e 5 é Excelente) 1

2

3

4

5

6. O produto educacional poderá facilitar sua atuação na educação sexual em sala de aula?

7. O produto educacional ajudou você sobre os assuntos relacionados à educação sexual?

a) sim

b) não, por quê?

8. Você indicaria o produto educacional para seus colegas que não participaram da pesquisa?

a) sim

b) não, por quê?

9. Você utilizaria o produto educacional como suporte pedagógico no planejamento de aulas sobre educação sexual?

10. Qual a importância deste produto educacional para você?

Fonte: Autoria própria, 2022.

APÊNDICE 08 - Roteiro de Validação do Produto Educacional

ROTEIRO DE VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Você está sendo convidado (a) a participar voluntariamente de uma pesquisa. Meu nome é Cleocides Silva Soares, aluna do Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Campus Urutaí. Minha pesquisa tem como título: Educação Sexual: Concepções de Professores e Alunos do Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus São Raimundo das Mangabeiras, com o objetivo de analisar como é ensinada Educação Sexual nesta instituição. A responsável pela orientação desta pesquisa é a professora Doutora Cristiane Maria Ribeiro. Manteremos as identidades dos participantes inteiramente resguardadas e serão tratadas de forma anônima e confidencial.

1. CRÍTICAS:

2. SUGESTÕES:

3. ERROS (ORTOGRÁFICOS, CONFIGURAÇÕES, FIGURAS, ETC.):

4. ELOGIOS:

5. CONTRIBUIÇÃO:

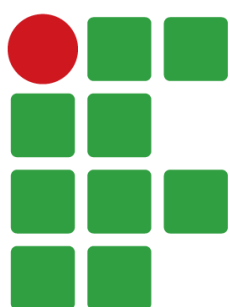
Fonte: A autoria própria, 2022.

APÊNDICE 09 – Roteiro de Análise dos Documentos da Instituição

ROTEIRO DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA INSTITUIÇÃO

1. DATA DA ANÁLISE:
2. NOME DO DOCUMENTO:
3. CONTEMPLA A EDUCAÇÃO SEXUAL:
 - A) NÃO ()
 - B) SIM ()
4. DIRETRIZES DE COMO É ENSINADA A EDUCAÇÃO SEXUAL:

Fonte: Autoria própria, 2022.



**INSTITUTO
FEDERAL**

Goiano

Campus
Urutaí